

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO

SUELEN SANTOS MORAES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE
TAQUARA/RS (2021-2024)

TAQUARA/RS

2025

SUELEN SANTOS MORAES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE
TAQUARA/RS (2021-2024)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Jung

TAQUARA/RS

2025

SUELEN SANTOS MORAES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE
TAQUARA/RS (2021-2024)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Ao Mestre dos mestres, Jesus Cristo, toda honra, louvor e glória sejam dadas. Que este trabalho reflita o amor que tens por cada vida e sirva para edificação e cuidado daqueles que envelhecem com dignidade e esperança. Que, assim como Tu jamais desamparas os que confiam em Ti, este estudo possa ser um instrumento de amparo e valorização da vida. Pois em Ti encontramos força, propósito e a certeza de que somos amados por toda a eternidade.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Jesus, meu sustento e minha fortaleza. Foi Ele quem me concedeu forças, sabedoria e a oportunidade de cursar este mestrado em Desenvolvimento Regional. Sem Sua graça e amor incondicional, essa jornada não teria sido possível.

Minha gratidão e amor ao meu pai, Dilson dos Santos, meu exemplo de perseverança. Mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar, sempre me ensinou que o conhecimento transforma vidas e me incentivou a buscar meus sonhos com dedicação. À minha mãe, Evanilda Lourenço da Rosa, que sempre acreditou em mim e me encorajou em cada passo, meu eterno carinho e reconhecimento.

Ao meu esposo, Nelson Júnior, meu refúgio nos momentos de cansaço e angústia, que com amor e paciência acalmou minha alma quando tantas vezes me senti aflita. Seu apoio incondicional fez toda a diferença nesta caminhada. Te amo infinitamente.

Ao meu amigo Cassiano Gottlieb, obrigada por cada palavra de incentivo, pelo auxílio constante e por estar ao meu lado nessa trajetória. Sua amizade é um presente valioso.

Minha imensa gratidão à Dra. Professora Aleteia Hummes, que desde a graduação acreditou no meu potencial e me incentivou a seguir no caminho da pesquisa acadêmica. Seu exemplo e dedicação são uma grande referência para mim, e serei eternamente grata por todos os ensinamentos que carrego comigo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Fernando Jung, meu sincero agradecimento por toda paciência, dedicação e disponibilidade ao longo do período de orientação. Seu olhar atento e compromisso com a excelência foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos idosos que participaram desta pesquisa, minha mais profunda gratidão. Suas histórias, experiências e generosidade em compartilhar suas vivências enriqueceram imensamente este estudo. Que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir para a valorização e o respeito que vocês tanto merecem.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa conquista, seja com palavras de apoio, ensinamentos ou gestos de carinho. Cada um deixou sua marca nesta jornada, e levo comigo um coração repleto de gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa teve como tema as políticas públicas voltadas à pessoa idosa, delimitando-se ao estudo da assistência à população idosa no Município de Taquara - RS, na gestão municipal de 2021 a 2024, e sua contribuição para o desenvolvimento humano. O estudo insere-se na linha de pesquisa Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-estar Social, ao analisar as dimensões políticas, institucionais e socioculturais do desenvolvimento regional, com enfoque nas políticas públicas de promoção do bem-estar social, na atuação dos atores sociais locais e na garantia de direitos da pessoa idosa. O problema central que orientou a investigação foi: como as políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa, implementadas pelo Município de Taquara, podem contribuir para o desenvolvimento humano destas e, por via de consequência, para o desenvolvimento regional? Nesse sentido, o objetivo geral consistiu em analisar em que medida tais políticas públicas contribuem para a promoção do desenvolvimento humano, e, como desdobramento, para o desenvolvimento regional. Os objetivos específicos incluíram: a) contextualizar o conceito de pessoa idosa no cenário social, jurídico e normativo, tanto internacional quanto nacional; b) identificar e especificar as políticas públicas destinadas a este público; e c) verificar a implementação das ações desenvolvidas pelo Município de Taquara/RS, com ênfase nas áreas da saúde, lazer e cultura, analisando seu impacto no desenvolvimento humano. A metodologia adotada compreendeu pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com técnicas bibliográficas, documentais e de campo. A coleta de dados incluiu levantamento bibliográfico, análise documental e a realização de grupos focais com idosos, além de entrevistas semiestruturadas com representantes do Executivo Municipal e da Secretaria de Desenvolvimento Social. Os resultados demonstraram que, embora existam iniciativas relevantes, como a disponibilização de profissional de educação física, a reforma de parques públicos, a oferta de academias ao ar livre e a realização de eventos culturais, as políticas implementadas se mostraram limitadas em alcance e efetividade. A ausência de documentos comprobatórios, a baixa divulgação das ações e a dificuldade de acesso dos idosos residentes em áreas rurais restringem o impacto das políticas. Constatou-se, ainda, que os idosos enfrentam desafios relacionados à empregabilidade, mobilidade urbana, transporte público e atendimento em saúde especializada, com destaque para a carência de

acompanhamento psicológico. Além disso, a inatividade prolongada do Conselho Municipal do Idoso fragilizou os canais de participação e controle social. Apesar das limitações, a criação do Fundo Municipal do Idoso representa um avanço institucional e uma oportunidade de ampliar o financiamento e o alcance das políticas. Conclui-se que as ações desenvolvidas contribuem para o desenvolvimento humano em alguns aspectos, sobretudo no fomento à convivência comunitária, à cultura e ao lazer. Todavia, permanecem insuficientes para promover transformações estruturais no desenvolvimento regional, demandando fortalecimento institucional, descentralização das políticas e valorização do envelhecimento ativo como estratégia de inclusão e cidadania.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pessoa idosa. Desenvolvimento humano. Desenvolvimento regional. Taquara-RS.

ABSTRACT

This research focused on public policies aimed at the elderly, specifically analyzing the assistance provided to this population in the municipality of Taquara – RS, during the 2021–2024 administration, and its contribution to human development. The research is aligned with the research line Institutions, Society, Culture and Social Well-being, as it examines the political, institutional, and sociocultural dimensions of regional development, emphasizing public policies for social welfare promotion, the performance of local social actors, and the guarantee of the rights of older persons. The central research problem was: how can the public policies directed at elderly assistance, implemented by the Municipality of Taquara, contribute to the human development of this group and, consequently, to regional development? The general objective was to analyze to what extent such policies contribute to the promotion of human development and, as a consequence, to regional development. The specific objectives included: a) contextualizing the concept of the elderly within the social, legal, and normative frameworks, both international and national; b) identifying and specifying public policies directed at the elderly; and c) verifying the implementation of actions developed by the Municipality of Taquara/RS, especially in the areas of health, leisure, and culture, and analyzing their impact on human development. The methodology adopted was applied research with a qualitative approach, using bibliographic, documentary, and field techniques. Data collection included bibliographic review, document analysis, focus groups with elderly participants, and semi-structured interviews with representatives of the Municipal Executive and the Municipal Department of Social Development. The results indicated that although relevant initiatives exist such as the provision of physical education professionals, the renovation of public parks, the installation of outdoor gyms, and the organization of cultural events the implemented policies proved limited in both scope and effectiveness. The lack of supporting documentation, insufficient dissemination of actions, and the difficulty of access for elderly residents in rural areas restricted the impact of these initiatives. It was also found that older adults face challenges related to employability, urban mobility, public transportation, and access to specialized health services, particularly regarding the shortage of psychological support. Furthermore, the prolonged inactivity of the Municipal Council for the Elderly

weakened the channels of participation and social control. Despite these limitations, the creation of the Municipal Fund for the Elderly represents an institutional advance and an opportunity to broaden financing and expand the scope of policies. It is concluded that the actions developed contribute to human development in some respects, especially by encouraging community life, culture, and leisure. However, they remain insufficient to promote structural transformations in regional development, demanding institutional strengthening, decentralization of policies, and the promotion of active aging as a strategy for inclusion and citizenship.

Keywords: Public Policies. Elderly. Human Development. Regional Development. Taquara-RS.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO	17
2.1 Definição de Políticas Públicas	17
2.2 Os Aspectos que Envolvem o Desenvolvimento Humano e as Suas Repercussões no Desenvolvimento Regional	23
2.2.1 Desenvolvimento Humano	27
2.2.2 Desenvolvimento Regional	31
2.3 Direitos da Pessoa Idosa	35
2.3.1 Definição de Pessoa Idosa na Sociedade	35
2.3.2 Legislação Internacional de Proteção ao Idoso e Legislação Nacional: Constituição, Política Nacional do Idoso e Estatuto da Pessoa Idosa	36
2.3.1.1 Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso	41
3 METODOLOGIA	45
3.1 Classificação da Pesquisa	45
3.2 Participantes e local da pesquisa	46
3.3 Coleta de dados	48
3.3.1 Grupos Focais	50
3.3.2 Do sigilo, privacidade, confidencialidade e proteção dos dados coletados	54
3.4 Análise e Interpretação de Dados	54
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	57
4.1. Apresentação dos Dados	57
4.2 Categorização e Codificação	102
4.2.1 Percepção sobre a inserção do idoso na sociedade (Idosos e Prefeita)	102
4.2.2 Políticas públicas e desafios na execução (Secretário e Prefeita de Taquara - RS)	104
4.2.3 Barreiras ao Acesso a Serviços Públicos (Idosos e Municipalidade)	106
4.2.4 Envelhecimento Ativo e Lazer (Idosos e Prefeita)	108
4.2.5 Participação e Representatividade dos Idosos nas Políticas Públicas (Prefeita e	

	10
Secretário de Desenvolvimento Social)	110
4.2.6 Condições de Trabalho para Idosos (Idosos e Município de Taquara - RS)	112
4.2.7 Propostas e Melhorias Sugeridas pelos Idosos (Idosos, Prefeitura e Secretário do Desenvolvimento Social- RS)	113
4.3 Análise das Categorias	115
4.3.1 PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE O ENVELHECIMENTO	115
4.3.2 Políticas Públicas e sua Divulgação	117
4.3.3 Acesso à Saúde, Lazer e Cultura	119
4.3.4 Mercado de Trabalho e Preconceito	122
4.3.5 Percepção Sobre a Inserção do Idoso na Sociedade	123
4.4 Discussão e Interpretação	126
CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES	143
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	144
APÊNDICE B - MODELO DE INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Forma de coleta de dados para atingir os objetivos.....	47
Quadro 2 - Perguntas e Síntese da Resposta e transcrição: Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social.....	55
Quadro 3 - Perguntas e Síntese das Respostas: Prefeita do Município de Taquara, RS.....	60
Quadro 4 - Perguntas e Sínteses de Respostas: Participantes do Projeto Informática para Terceira Idade – Grupo Focal.....	64
Quadro 5 - Perguntas e Sínteses de Respostas: Residentes do Lar Oase - Grupo focal.....	68
Quadro 6 - Perguntas e Sínteses de Respostas: Coral Viva a Vida – Grupo Focal..	77

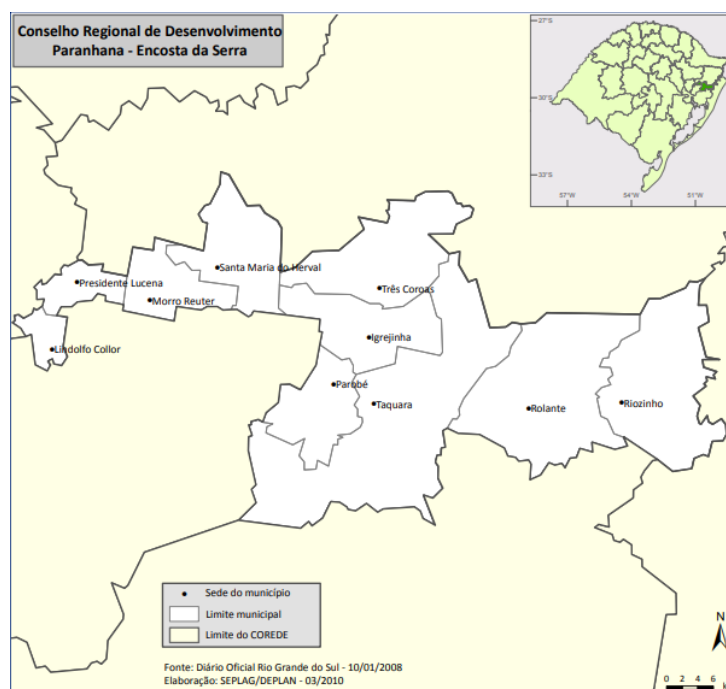
1 INTRODUÇÃO

A população idosa brasileira corresponde ao número de 31,2 milhões de brasileiros, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2023). Dessa forma, o instituto apresenta um aumento na expectativa de vida da população, que deve crescer a cada ano, consequentemente, aumentando o número de pessoas com mais de 60 anos a cada ano. Nesse contexto, diversas legislações foram criadas no Brasil, com o fim de proteger e resguardar os direitos fundamentais dos idosos, como por exemplo o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), que prevê garantias e também crimes contra os idosos, a Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842/1994), e também a Constituição Federal Brasileira, que prevê diversas garantias fundamentais.

À vista disso, o presente estudo possui como tema Políticas Públicas voltada à pessoa idosa, delimitado sobre a perspectiva das Políticas Públicas voltadas à assistência da pessoa idosa no Município de Taquara – RS e sua contribuição para o desenvolvimento humano. A pesquisa é a primeira desenvolvida com essa temática no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - RS.

O município, situado no Vale do Paranhana, integra a região metropolitana de Porto Alegre e possui, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 53.242 habitantes. Está localizado a aproximadamente 72 km de Porto Alegre e próximo a cidades como Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Novo Hamburgo, inserido em um território com diversidade econômica, cultural e social. Esse contexto local torna-se relevante, pois permite observar de que forma políticas públicas destinadas às pessoas idosas são implementadas em um município de porte médio, situado em uma região estratégica no Estado do Rio Grande do Sul. Para melhor situar o leitor quanto ao recorte territorial adotado, apresenta-se abaixo o mapa de localização do Município de Taquara/RS, evidenciando sua inserção no Vale do Paranhana e no Estado do Rio Grande do Sul. (Figura 1 - Localização do Vale do Paranhana).

Figura 1 - Localização do Vale do Paranhana



Fonte: SEPLAG/RS – Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. (2010).

O problema da pesquisa abordado foi: Como as políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa, implementadas pelo Município de Taquara, na última gestão municipal (2021-2024), podem contribuir para o desenvolvimento humano destas e, por via de consequência para o desenvolvimento regional?

Para possibilitar a resolução desta problemática, empregou-se como objetivo geral: Analisar em que medida as políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa no Município de Taquara, implementadas na última gestão municipal, (2021-2024), contribuem para o desenvolvimento regional e, por via de consequência, para o desenvolvimento regional.

Ainda, os objetivos específicos são: a) contextualizar o conceito de pessoa idosa, considerando sua inserção na sociedade, bem como nas normas e documentos internacionais e nacionais que tratam da sua proteção; b) identificar e especificar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa; c) verificar a implementação, pelo Município de Taquara/RS, das políticas públicas destinadas à pessoa idosa e discutir suas diferentes abordagens, especialmente no âmbito da saúde, do lazer e da cultura, analisando em que medida podem contribuir para o desenvolvimento humano.

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, e quanto a natureza, ela pode ser classificada como aplicada, pois visa a obtenção de conhecimento para ser aplicado em um cenário próprio, com abordagem qualitativa. Como técnica de pesquisa, empregou-se a bibliográfica e documental. Por sua vez, a coleta de dados utilizada foi a bibliográfica, documental e também pesquisa de campo, por meio da realização de grupos focais com idosos, e entrevista semiestruturada com representantes do Município de Taquara - RS e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

A pesquisa justifica-se em decorrência do envelhecimento populacional brasileiro, pois os idosos, em decorrência de sua idade, muitas vezes podem ser acometidos pelo surgimento de comorbidades, impactando significativamente em seu dia-a-dia. À vista disso, a população idosa é considerada pessoa vulnerável pelo ordenamento jurídico brasileiro, merecendo proteção de seus direitos fundamentais, consagrados na Constituição Federal Brasileira, Estatuto da Pessoa Idosa e Política Nacional do Idoso, legislações de suma importância para a efetivação dos direitos sociais da população com mais de 60 anos de idade. Além disso, o envelhecimento é considerado como um direito fundamental, intrinsecamente relacionado ao direito à existência com dignidade, devendo ser resguardado pelo Estado.

Nesse contexto, questiona-se como as políticas públicas contribuem para o desenvolvimento humano dessa população, uma vez que, conforme os ensinamentos de Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, para que ocorra o desenvolvimento é necessário a ampliação das liberdades das pessoas, sob diversas perspectivas, desde ao acesso aos recursos básicos de saúde, até a garantia do bem-estar e felicidade (Sen, 2000).

Sabe-se que a garantia de direitos fundamentais muitas vezes pode se apresentar como um desafio, tendo em vista o extenso território brasileiro, ocasionando ainda, desigualdades especialmente entre populações mais carentes. Dessa forma, estudar políticas públicas mostra-se de grande importância para identificar seu propósito e os meios de serem aprimoradas, inclusive com a participação da população e estudos como o presente, que visa fomentar o debate sobre a importância da defesa dos direitos das pessoas idosas, além da sua implementação de forma efetiva.

Nesse sentido, avaliar de que forma as políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa, implementadas pelo Município de Taquara, podem

contribuir para o desenvolvimento humano destas e, por via de consequência para o desenvolvimento regional, mostra-se importante para verificar as consequências dessas políticas perante à sociedade.

Em termos pessoais, a pesquisa mostra-se relevante na medida em que permite o estudo aprofundado sobre a temática de políticas públicas voltadas aos idosos e pode contribuir para a comunidade acadêmica possibilitando novos olhares e novas pesquisas sobre a população idosa. Além disso, a proteção dos idosos sempre ocupou espaço especial no interesse acadêmico da pesquisadora. Desde à graduação em Direito, percebeu-se que a defesa dos direitos dos idosos é uma causa nobre e de relevância social. Durante a trajetória profissional, deparou-se com inúmeras situações de violação desses direitos, o que reforçou a convicção de que a pesquisa é um meio de promover mudanças significativas na sociedade.

Além disso, aprofundar o estudo sobre a temática de direitos dos idosos atrelado às políticas públicas, não se trata apenas de uma decisão acadêmica, mas também uma responsabilidade de ordem moral. Ao compreender melhor as necessidades e desafios da pessoa idosa, pode-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e humanas. Portanto, o estudo não se traduz em apenas um exercício acadêmico, mas uma forma plausível de impactar as vidas dessa população que merece ser respeitada e protegida.

Portanto, estudar políticas públicas voltadas para a pessoa idosa é imprescindível para garantir que essa população tenha seus direitos respeitados e possam viver com dignidade, possibilitando, por meio da presente pesquisa, que a população avalie e indique como tem sido alcançada pelas políticas públicas no Município de Taquara, RS.

O método de abordagem aplicado corresponde ao dedutivo, de modo a explicar a temática das primícias, por meio da análise das garantias estabelecidas nas legislações análogas à população idosa, e na doutrina relacionada à temática de Políticas Públicas, Idosos e Desenvolvimento.

A estrutura da pesquisa corresponde, inicialmente, à presente introdução da temática abordada, apresentando os objetivos e metodologia. A segunda seção apresenta o referencial teórico, aborda a definição de políticas públicas. O terceiro capítulo por sua vez, apresenta os aspectos que envolvem o desenvolvimento humano e suas repercussões no desenvolvimento regional, apresentando o conceito de desenvolvimento, desenvolvimento humano e desenvolvimento regional. O quarto

capítulo apresenta as legislações nacionais e internacionais sobre os direitos dos idosos. No quinto capítulo é apresentado a análise e discussão dos resultados e no último, as conclusões sobre a pesquisa, com a resposta sobre a problemática levantada.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, serão abordadas as políticas públicas, com enfoque especial na população idosa, considerando sua relação com o desenvolvimento humano e regional. Inicialmente, na subseção 2.1, será apresentado o conceito de políticas públicas, abordando definições, características e fundamentos que sustentam sua formulação e implementação.

Em seguida, na subseção 2.2, serão discutidos os aspectos que envolvem o desenvolvimento humano e suas repercussões no desenvolvimento regional, destacando como as políticas públicas podem influenciar a qualidade de vida, ampliar oportunidades e promover bem-estar. Já a seção terciária 2.2.1 detalha o conceito de desenvolvimento humano, enquanto a 2.2.2 abordará o desenvolvimento regional, demonstrando a relação entre políticas públicas eficazes e os impactos sociais, econômicos e culturais para a população, com ênfase na pessoa idosa.

2.1 Definição de Políticas Públicas

Após a Segunda Guerra Mundial, o estudo das políticas públicas, chamada de policy science, tomou forma mais abrangente, por meio de pesquisas sobre a ação governamental, iniciando-se nos Estados Unidos, a partir do aumento do Estado/Administração Norte Americano. (FONTE, 2021).

O principal marco para o crescimento de políticas públicas foi em razão da crise econômica que ocorreu durante o ano de 1929, consistente na quebra da bolsa de valores. Assim, o governo passou a adotar uma série de medidas para intervir na economia, chamado New Deal (novo acordo), momento em que o Estado assume o papel de organizar a sociedade e intervir por meio de políticas públicas, exigindo, por este motivo, maiores recursos, por meio da tributação. (FONTE, 2021).

Por sua vez, no Brasil, os estudos sobre políticas públicas surgem entre os anos de 1970 e 1980, com a transição do autoritarismo para a democracia, conforme explica Griebeler (2017). A conceituação de política pública pode ser compreendida a partir das ações desenvolvidas pelo Poder Público para viabilizar maior igualdade entre todas as pessoas da sociedade, a fim de que todos possam alcançar um status de vida em consonância com a dignidade humana. (DIAS; MATOS, 2012).

Para que uma ação do governo seja considerada como política pública, faz-se necessário que ela contenha intencionalidade pública e problema de ordem pública. O primeiro elemento corresponde ao impulso ou motivação que o Estado tem em buscar solucionar problemas da sociedade. O segundo elemento se traduz na problemática a ser solucionada ou transformada pelo estado (GONÇALVES; AFFONSO; TEIXEIRA, 2017).

A política pública não é vista apenas como uma intervenção do Estado, mas exercício de poder do Estado Democrático de Direito, consistente na identificação de um problema social pelo Estado e a formulação de alternativas para solucioná-lo, conforme Giovani (2009). Além disso, Sen (2010) ao abordar a temática do desenvolvimento como liberdade, apresenta que o desenvolvimento ocorre por meio da ampliação das liberdades individuais. Assim, para ele, a restrição da população aos serviços públicos, mostra-se como restrição à própria liberdade. Dessa forma, as políticas públicas para Sen (2010) devem estar atreladas ao desenvolvimento das capacidades humanas, a fim de fomentá-las.

Nesse mesmo sentido, Griebeler (2017) apresenta que as políticas públicas podem consistir em um fazer ou não fazer do Estado. Essa ação está ligada a diversos focos, como igualdade de gênero, diminuição do desemprego, melhoria da saúde pública, entre outros. Para que aconteçam as intervenções e surtam efeitos, é necessária a implementação de políticas governamentais. Portanto, as políticas públicas são as soluções, decorrentes das propostas incluídas nos programas políticos, a partir de objetivos técnicos visando atingir decisões que resultem na concretização desses projetos políticos. (GRIEBELER, 2017).

Destaca-se a definição clássica proposta por Dye (2013), que apresenta política pública como “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou deixar de fazer”. Essa concepção evidencia que não apenas as ações do Estado, mas também suas omissões, possuem consequências diretas na organização social. Portanto, políticas públicas englobam tanto decisões deliberadas quanto a ausência de atuação em determinadas áreas, o que pode acarretar em desigualdades e negligenciar direitos fundamentais.

Lasswell (1951), propôs a criação da chamada ciência da política voltada à resolução de problemas sociais, que levasse em consideração a análise de “quem ganha o quê, quando e como”. Para o autor, compreender o funcionamento das políticas públicas exige o estudo das relações de poder e das decisões institucionais

que afetam diretamente a distribuição de recursos e oportunidades na sociedade. Essa conceituação contribui para situar as políticas públicas como ferramentas de transformação social, cujos efeitos repercutem diretamente sobre a justiça e a equidade.

Por sua vez, Hall (1993) traz o conceito de mudança de paradigma nas políticas públicas, ressaltando que os programas governamentais não sofrem apenas alterações técnicas ou instrumentais, mas também podem ser influenciados por transformações nas ideias e nos valores que orientam os formuladores de políticas. Desse modo, uma política pública efetiva depende não apenas da sua formulação técnica, mas também do alinhamento entre seus objetivos e as normas que orientam a ação do Estado em determinado contexto.

Bresser-Pereira (1998) destaca que o fortalecimento das políticas públicas está relacionado à modernização do Estado e à adoção de práticas gerenciais orientadas por resultados. Ele argumenta que o modelo tradicional burocrático é insuficiente para responder de forma eficaz às demandas sociais complexas, sendo necessário que o Estado atue de forma mais flexível e eficiente, com foco na qualidade dos serviços públicos prestados à população. Essa perspectiva reforça a ideia de que a gestão pública deve estar comprometida com a equidade social e a efetividade das ações governamentais.

Fischer (2003) argumenta que as políticas públicas são construídas também a partir da linguagem, dos significados e das disputas simbólicas existentes na sociedade. Para ele, o sucesso de uma política depende não apenas de sua base técnica, mas também da sua legitimidade junto aos diferentes atores sociais. Assim, o processo de formulação e implementação deve ser permeado pela participação cidadã e pelo diálogo público, garantindo maior aceitação e efetividade das ações estatais.

Arretche (2003) destaca os desafios relacionados à descentralização das políticas públicas e à coordenação entre os entes federativos. A autora analisa como a fragmentação institucional pode afetar a implementação de programas sociais, especialmente em países com grandes desigualdades regionais, como o Brasil. Nesse sentido, defende a importância de mecanismos de articulação e cooperação entre os diferentes níveis de governo, a fim de garantir maior equidade na distribuição dos recursos e na oferta de serviços públicos essenciais.

Pinheiro e Areosa (2019), ao discutirem a importância das políticas públicas voltadas à população idosa, destacam que a mera existência de legislações específicas não é suficiente para garantir a efetivação dos direitos nelas previstos. Para os autores, é essencial que essas normas sejam devidamente implementadas, acompanhadas e avaliadas, a fim de assegurar sua concretização no cotidiano das pessoas idosas. Além disso, alertam que delegar exclusivamente ao Estado a responsabilidade pela criação e execução dessas políticas é um equívoco, ressaltando a necessidade do envolvimento de toda a sociedade na construção coletiva de ações que promovam o desenvolvimento social e a valorização da pessoa idosa.

Nesse mesmo sentido, Andrade *et al.* (2013), em revisão integrativa sobre as políticas públicas voltadas aos idosos no Brasil, identificam um obstáculo entre a formulação normativa e sua execução nos territórios. Segundo os autores, as ações ainda são fragmentadas e carecem de articulação intersetorial, o que dificulta a promoção de um envelhecimento ativo e saudável da população. Destacam a necessidade de estratégias que integrem saúde, assistência social, educação e cultura, bem como o fortalecimento da gestão pública e da qualificação dos profissionais que atuam com esse público. A efetivação das políticas, depende de uma abordagem integrada e da ampliação dos espaços de controle social, garantindo que as ações saiam do plano teórico e se concretizem no cotidiano dos idosos.

Dias e Simões (2013) esclarecem que as políticas públicas estão ligadas ao desenvolvimento, apresentando que uma das principais funções do Estado Social representa-se não somente pela criação de leis pelo governo (*government by law*), mas, principalmente, por meio de um governo de políticas (*government by policies*), a partir de propostas e planos sociais, afastando-se de propostas voltadas para economia, mas não extinguindo-as. Dessa forma, o governo teria um ideal de planejamento quando dotado de políticas públicas com intuito de diminuir as desigualdades sociais.

Dworkin (2002) traz uma diferenciação entre políticas, regras e princípios, apresentando que política corresponde a um determinado objetivo a ser alcançado, para fins de melhoria, seja no aspecto econômico, político ou social. Assim, pode-se inferir que a política pública não se limita apenas a estabelecer metas, mas alcançá-las e executá-las. Nesse sentido, o autor defende que elas devem estar

comprometidas com a promoção da igualdade, liberdade e dignidade humana, de modo a garantir que todos tenham acesso aos recursos básicos e necessários para a sobrevivência, como alimentação e saúde, medidas que se traduzem em justiça social. Dessa forma, é responsabilidade do governo oportunizar o acesso da população aos recursos necessários para subsistência, concretizando direitos fundamentais de cada cidadão, como liberdade de expressão, propriedade, entre outros.

De acordo com Dias e Matos (2012), às políticas públicas são compostas por atividades e decisões do governo que visam solucionar conflitos originados pela sociedade, contribuindo para o bem-estar geral por meio de um projeto, gestão e avaliação dessas ações. Além disso, existem duas abordagens para a política pública: a estatista e a policêntrica/multicêntrica. A primeira corresponde à pessoa jurídica que estabelece a política, consistente na figura da autoridade do Estado, por meio da criação de leis e imposição do cumprimento delas pela população. A segunda, está relacionada com a articulação de órgãos privados e organizações não governamentais em conjunto com o Estado na criação das políticas públicas (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

À vista disso, a abordagem policêntrica da política pública mostra-se mais eficaz, uma vez que permite e envolve a participação de diversas personalidades, como órgãos governamentais e não governamentais, como até mesmo da população, que pode se dispor a contribuir na melhoria de um problema público, que é alvo da política pública.

Ademais, convém destacar que a política pública perpassa por diversas etapas/fases. A primeira corresponde à formulação, a segunda na implementação e a terceira na avaliação. Todas as etapas são imprescindíveis para o surgimento de uma política pública, pois para que o problema público seja devidamente enfrentado, é necessário que seja incluído na agenda do governo, possibilitando debates sobre a temática. Além disso, é necessário criar alternativas para a solução de problemas, analisando custos e quais são as prioridades.

Portanto, a formulação consiste na seleção de uma possível solução para o problema público, que se evidencia por meio da edição de uma legislação específica sobre a temática, com objetivos devidamente alinhados. (MULLER; SUREL, 2002).

Após a formulação da política pública, ela é implementada, por meio da definição de todos os recursos necessários, sejam eles pecuniários ou humanos.

Ainda, é necessário a elaboração de um plano de ação, estipulando prazos e metas a serem atingidas. Com isso, parte-se para a prática, quando é executada a política pública, devendo ser acompanhada em cada etapa, verificando a necessidade ou não, de alguma adaptação, dependendo da realidade de cada local onde ela é aplicada. Finalmente, a avaliação consiste na verificação dos resultados alcançados a partir da implementação e execução da política pública, analisando todas as adversidades que ocorreram durante a implementação, sejam elas previstas ou não. (MULLER; SUREL, 2002).

As políticas públicas tratadas no presente estudo visam concretizar direitos sociais, fazendo-se necessário esclarecer a definição do que seriam esses direitos. Para a Constituição Federal Brasileira, os direitos sociais são aqueles que possibilitam a dignidade da pessoa humana, estando atrelada ao direito à vida, bem-estar, direitos individuais, como à propriedade e coletivos, como o direito ao meio ambiente, conforme descrito no artigo 5º e 6º (BRASIL, 1988).

Ademais, para que esses direitos sejam positivados, o Estado deve protegê-los e concretizá-los, por meio da criação de leis e a criação de alternativas para efetivá-los. Portanto, os direitos sociais estão ligados aos direitos fundamentais sendo o alvo das políticas públicas, conforme esclarece Carvalho (2019).

Em termos práticos, no que se refere às políticas públicas direcionadas à população idosa, Vieira e Vieira (2016), ao analisarem a execução da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), instituída pela Portaria n. 2.528/2006, destacaram a relevância atribuída pela Constituição Federal de 1988 à pessoa idosa, reconhecendo-a como sujeito de direitos fundamentais.

Contudo, ao investigarem a aplicação da PNSPI no âmbito da atenção básica à saúde nos municípios da Região Carbonífera de Santa Catarina (AMREC), os autores constataram limitações significativas, especialmente quanto à escassez de ações voltadas à promoção da saúde da pessoa idosa. Tais limitações decorrem, entre outros fatores, do reduzido incentivo à participação dos idosos na definição das prioridades da política e da ausência de atuação efetiva dos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa. (VIEIRA; VIEIRA, 2016).

Segundo Vieira e Vieira (2016), os principais entraves à plena implementação da PNSPI estão relacionados à insuficiência de recursos financeiros, à ausência de planejamento político de médio e longo prazo, à frágil participação familiar no cuidado com os idosos e à dificuldade de envolvimento da própria população idosa

nas ações de saúde. Soma-se a isso a indicação de profissionais para cargos de coordenação por critérios predominantemente políticos, em detrimento de critérios técnicos, o que compromete a continuidade e a eficácia das políticas públicas. Vieira e Vieira (2016) concluem que a efetivação da PNSPI demanda a superação de obstáculos estruturais, culturais e políticos, sendo essencial o fortalecimento do controle social, a valorização da educação em saúde e a garantia de continuidade administrativa por parte dos responsáveis pela implementação das ações no âmbito municipal.

Por fim, para que ocorra o desenvolvimento, visando a melhoria da qualidade de vida da população em diversas áreas, tem-se como ferramenta para concretização disso as políticas públicas (GRIEBELER, 2017). Assim, compreendido o que são políticas públicas, faz-se necessário o estudo do que é desenvolvimento, tendo em vista que o Estado busca desenvolver o seu território, mostrando-se necessário analisar os aspectos que envolvem o desenvolvimento humano e suas repercussões no desenvolvimento regional, como se verá a seguir.

2.2 Os Aspectos que Envolvem o Desenvolvimento Humano e as Suas Repercussões no Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento pode ser compreendido em diversos ângulos, como na área da saúde, da educação, meio ambiente e também no contexto histórico. Além disso, o termo pode estar atrelado às riquezas que determinado país possui, avaliado por meio do Produto Interno Bruto (PIB) ou por meio da Renda per Capita, que corresponde a média de renda por pessoa, conforme esclarece Riedl (2017).

Os direitos fundamentais da pessoa humana, inerentes à sociedade em geral, sem distinções, são previstos tanto na legislação brasileira quanto na externa, como será demonstrado no capítulo 3, que trata do direito da pessoa idosa. Nesse contexto, convém destacar que, esses direitos precisam ser concretizados por meio de políticas públicas, como por meio da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) prevista na Lei 8.742/1993 (BRASIL, 1993).

A PNAS atua especificamente em determinados territórios, por meio da colaboração entre o Estado e a Sociedade, a fim de garantir a proteção social, garantindo a vida, e a proteção à velhice (art. 2º, I, alínea a). À vista disso, a Assistência Social atua em duas frentes principais: proteção social básica e proteção

social especial. A primeira corresponde a um grupo de serviços que visam a prevenção de situações de vulnerabilidade, além do robustecimento das relações familiares. A segunda, consiste em ações que buscam reconstruir a relação familiar, mas também a comunitária, assim como a proteção de direitos, bem como proteção de famílias e pessoas de situações de risco, conforme previsto no artigo 6º, I e II. (BRASIL, 1993).

Essa política protetiva é concretizada em âmbito Municipal, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que possui como função a *“articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias”*. (BRASIL, 1993, ART. 6º, §1º).

Do mesmo modo, a Assistência Social é realizada por intermédio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), responsável pela *“prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.”* (Brasil, 1993, art. 6º, §2º). No contexto da Pessoa Idosa, a Assistência Social mostra-se como principal responsável por protegê-la, sendo as Secretarias Municipais do CREAS e CRAS, as principais frentes protetivas.

Destaca-se que uma forma de possibilitar o mínimo existencial (conjunto básico de serviços, como alimentação, saúde, moradia, atrelado à dignidade humana, que é a base dos direitos fundamentais e não pode ser relativizado) (Alexy, 2008), à pessoa idosa, que não possua recursos próprios ou familiares para se manter, é o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos. (BRASIL, 1993).

Nos últimos 4 anos (2020 - 2024), o número total de idosos no Brasil beneficiários do BPC foi de cerca de 2 milhões de pessoas em cada ano, sendo que no ano de 2024 o número foi de R\$ 2.723.393 (dois milhões, setecentos e vinte três mil, trezentos e noventa e três pessoas), perfazendo um montante de R\$ 45.252.829.685,34 (quarenta e cinco bilhões, duzentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), só no ano de 2024, conforme dados do Governo Federal. (Brasil, 2025).

Especificamente no Município de Taquara, RS, somente no ano de 2024 foram beneficiadas pelo BPC 1.324 pessoas no total, sendo 527 idosos,

correspondendo a um valor total de R\$ 21.423.405,46 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e seis centavos).(BRASIL, 2025). Para melhor compreensão dos dados sobre os beneficiários, pode-se observar a imagem a seguir:

Figura 2 - Série Histórica BPC em Taquara, RS

📊 Série histórica - TAQUARA/RS

Buscar:

[Baixar CSV](#)
[Imprimir](#)
[Mostrar colunas](#)

UF	Referência	Idosos beneficiários do BPC	Valor Repassado a Idosos pelo BPC	Total de Beneficiários do BPC	Valor Total repassado ao BPC
RS	2020	418	R\$ 4.999.127,20	961	R\$ 11.914.785,80
RS	2023	515	R\$ 7.837.663,61	1.216	R\$ 18.102.608,01
RS	2024	527	R\$ 8.747.441,04	1.324	R\$ 21.423.405,46
RS	2022	476	R\$ 6.633.324,06	1.085	R\$ 15.156.181,19
RS	2021	433	R\$ 5.617.732,03	994	R\$ 12.929.466,97
UF	Referência	Idosos beneficiários do BPC	Valor Repassado a Idosos pelo BPC	Total de Beneficiários do BPC	Valor Total repassado ao BPC

Fonte: Brasil – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025)

Como destacado na figura acima, no ano de 2023, 515 idosos receberam o benefício no Município de Taquara - RS, em 2022, foram 476 e em 2021 foram 433 idosos. A cada ano, os beneficiários recebem o salário mínimo nacional vigente, a partir do preenchimento de critérios específicos previstos na legislação. Essa política pública específica permite o acesso aos recursos que são essenciais para garantir a subsistência do idoso. (BRASIL, 2025).

Avaliando o Benefício de Prestação Continuada - BPC no Brasil, Duarte *et al.* (2010) destacam que a pobreza e exclusão social da população idosa implica na importância de políticas assistenciais não contributivas como forma de inclusão social e redução das desigualdades. (DUARTE, *et al.*, 2017). Nessa mesma perspectiva, Soares *et al.* (2006), indicam que o BPC é um grande fator para afastar da pobreza diversas famílias.

Por outro lado, Vianna e Teixeira (2005), sustentam que o benefício é insuficiente para combater a pobreza, em que pese o número de beneficiários cresça a cada ano. O problema central indicado por eles é a falta da efetividade do valor disponibilizado, pois um salário mínimo mostra-se insuficiente para prover as despesas básicas.

No contexto da presente pesquisa, o Município de Taquara/RS conta atualmente com aproximadamente 10 mil idosos, dos quais apenas 527 foram beneficiados com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no ano de 2024, o que corresponde a cerca de 5,27% dessa população. Esse baixo alcance reflete o cenário apontado por Castro e Lima *et al.* (2025), em pesquisa acerca dos desafios no acesso ao BPC, ao relatarem a existência de aproximadamente 5 milhões de processos administrativos em análise junto ao INSS, sem qualquer decisão, em descumprimento aos prazos estabelecidos na legislação para a conclusão da tramitação. Tal situação implica na crescente judicialização dos pedidos e na exclusão de inúmeras pessoas do acesso ao benefício, mesmo quando preenchidos os requisitos legais.

A demora na análise dos pedidos do BPC tem como causa a falta de servidores para responder aos pedidos e a suposta ausência de recursos financeiros do governo, sob a invocação da reserva do possível pelo Estado. (Castro e Lima *et al.*, 2025). Essas justificativas implicam na violação da dignidade da pessoa humana, impedindo que os idosos tenham o mínimo existencial assegurado, fechando as portas da inclusão, mantendo-os em estado de vulnerabilidade social. (MENDES, 2022).

Além disso, é importante ressaltar que o desenvolvimento humano não se limita às políticas de assistência social. A promoção da saúde, o acesso ao lazer e à cultura são fundamentais para a qualidade de vida dos indivíduos e para o fortalecimento das comunidades. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída pelo Ministério da Saúde, enfatiza a importância de ações intersetoriais que envolvem diversos setores, incluindo saúde, educação, cultura e lazer, visando à melhoria das condições de vida e à redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2006).

No âmbito local, políticas públicas voltadas ao lazer e à cultura têm se mostrado eficazes na promoção do bem-estar e na inclusão social. Gussoli (2020) destaca que, embora o direito ao lazer esteja previsto na Constituição Federal, sua efetivação ainda é iniciante no Brasil. O autor aponta a necessidade de políticas públicas exclusivas de lazer que sejam planejadas e implementadas de forma autônoma, garantindo que o lazer seja reconhecido como um direito legítimo e não como um luxo acessível apenas a uma parcela da população (GUSSOLI, 2020).

Além disso, Cardoso e Milani (2016) enfatizam que as políticas públicas de cultura, esporte e lazer desempenham um papel crucial no desenvolvimento regional, especialmente entre os jovens. Elas contribuem para a inclusão social, o fortalecimento da identidade cultural e a promoção de uma cidadania ativa. No entanto, os autores observam que, em muitos municípios, a falta de recursos e a ausência de uma gestão eficaz limitam o alcance e a efetividade dessas políticas (CARDOSO; MILANI, 2016).

Dessa forma, é evidente que o desenvolvimento humano e regional está intrinsecamente ligado à implementação de políticas públicas que abrangem diversas áreas, incluindo saúde, lazer e cultura. A integração dessas políticas é essencial para garantir uma melhoria significativa na qualidade de vida da população e para promover um desenvolvimento regional mais equitativo e sustentável.

À vista disso, será analisado na subseção seguinte os aspectos que envolvem o desenvolvimento humano e suas repercussões no desenvolvimento regional.

2.2.1 Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano pode ser compreendido como um meio de aumentar as escolhas da população para possibilitar oportunidades para que elas sejam aquilo que escolherem ser. Assim, ao contrário da perspectiva econômica, no tocante a auferir a qualidade de vida por meio da renda, o desenvolvimento humano está ligado às oportunidades e capacidades da população. Essa definição é apresentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é uma agência de desenvolvimento global das Nações Unidas que procura conectar os países por meio do conhecimento e recursos para contribuir para uma vida melhor. (PNUD, 2023).

O PNUD está presente em 170 países e territórios, é conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o desenvolvimento humano com base em três dimensões: saúde, educação e renda. O IDH traduz uma concepção mais ampla e precisa de desenvolvimento humano que o PIB, pois produz relatórios sobre as condições de vida da população, bem como realiza projetos com fins de promover a melhoria de vida das pessoas nos quais o órgão possui representantes. (PNUD, 2023).

Com relação ao Brasil, o último dado disponível é referente a 2020, quando o IDH do Brasil foi de 0,765 conforme Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esse índice é considerado alto. Assim, quanto mais próximo de 1 (um), melhor é o desenvolvimento humano, ao passo que, quanto mais próximo de 0 (zero), pior é esse índice. (Ibge, 2020). Por sua vez, com relação ao Município de Taquara - RS, o IDH corresponde a 0,73, também considerado alto, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios (2022).

Conforme esclarece Sen (2010), o desenvolvimento está relacionado a ampliação das liberdades das pessoas, dependendo dos direitos civis, além de outros benefícios obtidos por meio da industrialização e tecnologia, que permitiram o acesso à informação instantânea a diversas pessoas, por exemplo. Além disso, o desenvolvimento verdadeiro ocorre quando as privações de liberdade, como pobreza, ausência de serviços públicos, intolerâncias e Estados/Governos autoritários são removidos do meio da população. A liberdade, então, corresponde a um processo de desenvolvimento, por meio de dois motivos, o primeiro deles condiz com a chamada “razão avaliatória”, quando se avalia o desenvolvimento a partir do aumento das liberdades individuais. Por sua vez, a “razão da eficácia” reflete no estado de agente das pessoas.

Dessa forma, as liberdades correspondem aos meios, ou caminhos essenciais para que ocorra o desenvolvimento. Como exemplo de liberdade, pode-se citar as oportunidades sociais, por meio de serviços adequados de educação e saúde, participação da população na sociedade, por meio de programas de inserção social. Assim, um indivíduo se torna agente, por meio de oportunidades, possibilitando que além de si mesmo, possa contribuir para que outras pessoas tenham acesso a recursos e oportunidades, ocasionando a melhoria de vida. Por sua vez, os meios de privação de liberdades, como falta de acesso à saúde e saneamento, podem ocorrer mesmo em países considerados ricos, tendo em vista que muitas vezes, esses recursos não são alcançados pela população mais carente. (SEN, 2000).

A liberdade política também é apresentada como ponto importante para o desenvolvimento, pois é necessário que as pessoas participem ativamente das escolhas políticas que refletirão em suas vidas. (SEN, 2000).

Ademais, outro ponto importante é apresentado como crucial para o desenvolvimento: a renda. A influência da renda nas capacidades das pessoas é fonte importante para acesso às liberdades. O baixo nível de renda de uma

população acaba por estar relacionada ao analfabetismo, condições precárias de saúde e fome. Por outro lado, a população que auferir maior renda, alcança melhor sistema de educação e sistema de saúde. (SEN, 2000).

Ainda, ponto importante para o desenvolvimento humano está ligada a qualidade de vida, que está relacionada ao modo que as pessoas vivem, e não apenas na renda que auferem. A qualidade de vida consiste na compreensão que a pessoa tem de si mesma, com relação aos seus valores, culturas, objetivos de vida e felicidade. (SEN, 2000).

Tratando sobre a temática de desenvolvimento, Bassan e Siedenberg (2003), apresentam a perspectiva do desenvolvimento a partir da redução das desigualdades, tendo em vista que no Brasil, as diferenças regionais são grandes, em função do grande território brasileiro, uma política que contribui para o desenvolvimento é aquela que visa contribuir para a melhoria de vida de sua população.

Nussbaum (2011) aprofunda o conceito de desenvolvimento humano ao propor uma lista de capacidades centrais que todas as pessoas devem ter garantidas para que possam viver com dignidade. Para a autora, o desenvolvimento não se restringe a índices econômicos, mas envolve o acesso efetivo a condições mínimas de bem-estar, como a saúde física e mental, a liberdade de pensamento, o afeto, a participação política e a interação com o meio ambiente. Essas capacidades são universais, mas sua efetivação exige políticas públicas adaptadas às realidades culturais e sociais de cada grupo, de modo a combater injustiças históricas e desigualdades persistentes.

Em consonância com essa abordagem, Sachs (2004) defende que o desenvolvimento humano precisa estar atrelado a uma perspectiva de sustentabilidade, o que ele denomina ecodesenvolvimento. Para o autor, não há verdadeiro progresso se o crescimento econômico não for acompanhado da preservação ambiental, da equidade social e do respeito à diversidade cultural. O desenvolvimento, portanto, deve promover a melhoria da qualidade de vida no presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações, exigindo planejamento, participação cidadã e justiça que perpassasse gerações.

Singer (2000) ressalta que o desenvolvimento humano depende, fundamentalmente, da inclusão social e da geração de trabalho. O autor critica modelos de crescimento excludentes e propõe alternativas baseadas na economia

solidária, nas formas cooperativas de organização da produção e no fortalecimento de políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis. Para o autor Singer (2000), o acesso à renda e ao trabalho digno é condição essencial para a ampliação das capacidades humanas, sendo dever do Estado garantir meios de vida adequados para todos os cidadãos.

Furtado (2000), ao tratar do desenvolvimento na América Latina, destaca que o desafio maior não está apenas em crescer economicamente, mas em criar condições para que os indivíduos possam desenvolver suas potencialidades. O autor aponta que a superação da pobreza exige não só reformas estruturais, como a agrária e a educacional, mas também o reconhecimento do valor do capital humano e cultural de cada povo. Dessa forma, a política de desenvolvimento deve priorizar a valorização das pessoas, fortalecendo sua autonomia e capacidade de ação.

Beck (2011), por sua vez, adverte que a modernização produziu novos riscos sociais, como a precarização do trabalho, a exclusão digital e o aumento das desigualdades mesmo em países considerados ricos. Para o autor, a sociedade contemporânea vive uma "sociedade de risco", em que os efeitos colaterais do progresso afetam desproporcionalmente os mais pobres. Nesse cenário, o desenvolvimento humano passa a depender da criação de mecanismos de proteção e participação social, que assegurem segurança existencial e liberdade real às pessoas.

Pogge (2005) aduz que o desenvolvimento humano deve estar diretamente vinculado à realização dos direitos humanos básicos. Para ele, a pobreza extrema e a exclusão social não são fenômenos naturais, mas resultado de estruturas globais injustas, que mantêm milhões de pessoas em condições de vulnerabilidade. O autor argumenta que é responsabilidade ética dos Estados e das instituições internacionais garantir que todos tenham acesso a condições mínimas de vida, como alimentação, moradia, educação e saúde, elementos fundamentais para o exercício pleno da liberdade e da cidadania.

Além disso, destaca-se que o desenvolvimento deve ser voltado para um determinado local, uma vez que possibilitará maiores reduções de desigualdades, agindo localmente, em determinada região, explorando as potencialidades específicas de cada região, apresentando-se, assim, a perspectiva do desenvolvimento regional.

2.2.2 Desenvolvimento Regional

A Região corresponde a uma determinada unidade espacial, onde se localiza determinado território. Conforme esclarecem Bassan e Siedenberg (2003), a palavra região deriva do latim *regio*, que significa governar determinada região ou determinada superfície terrestre.

Por sua vez, Santos (1992) dispõe que a região corresponde a um espaço de identidade, que se modifica com o passar do tempo, das culturas e das tradições. Além disso, a região corresponde às determinações de um momento histórico. Ademais, a ideia de desenvolvimento regional no Brasil está relacionada a supressão de desigualdades sociais, direcionadas especialmente para a região Nordeste do país, que possui diversas situações de desigualdades evidentes, conforme destaca Riedl (2017).

No ano de 1959, com intuito de fomentar o desenvolvimento regional, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Logo em seguida, com intuito de aumentar a abrangência, criou-se, no ano de 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), influenciando que diversas outras regiões também se organizassem para fomentar o desenvolvimento, por meio de concessões econômicas, que corresponde a uma transferência temporária de direitos de exploração de bens ou serviços públicos, em troca de remuneração. À vista disso, foram criadas a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1967, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. (RIEDL, 2017).

Dentro desse contexto, se tem no Brasil, a Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR), que é atualizada pelo Decreto n. 11.962/2024, representando um instrumento basilar para fomentar e buscar a redução das desigualdades sociais e econômicas, dentro e fora das regiões brasileiras, criando possibilidades de desenvolvimento voltadas ao crescimento, geração de renda e aumento da qualidade de vida das pessoas. Dessarte, para que ocorra o desenvolvimento regional, é importante que sejam analisadas as regiões em suas diversidades e peculiaridades, uma vez que cada uma possui uma escala diversa para ocorrer a intervenção, devendo ser atingidas por recursos e instrumentos apropriados à realidade, de modo a contribuir para a efetiva implementação. (BRASIL, 2023).

Destaca-se que a PNDR (2024) possui quatro objetivos principais: 1) promover a integração dos níveis de desenvolvimento e qualidade de vida das regiões brasileiras, possibilitando a equidade de oportunidades, nas regiões que apresentem indicadores socioeconômicos em níveis baixos; 2) fortalecer uma rede policêntrica de cidades, de modo a permitir a desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional, observando as peculiaridades de cada região; 3) fomentar a produtividade e aumento da competitividade regional, em regiões com declínio populacional e índices de emigração; 4) fomentar a agregação de valor e diversidade de aldeias produtivas para o desenvolvimento regional.

Convém destacar que o desenvolvimento regional, como já citado, visa promover, por meio de políticas públicas, a melhoria da qualidade de vida, redução de desigualdades, bem como a proteção dos recursos naturais, com a participação de diversos atores locais. Assim, um dos principais estudos sobre essa temática é abordado por Celso Furtado, que apresenta a Teoria do Desenvolvimento Regional, que não está restrita ao crescimento econômico, mas a aspectos culturais, políticos e institucionais que interferem positivamente nas vidas das pessoas. Em sua teoria, quatro princípios são basilares: a diversidade, complementaridade, interdependência e participação. A primeira condiz com a diversidade de potencialidades das regiões, que devem ser valorizadas para gerar concorrência. A segunda, refere-se à necessidade de conciliar atividades produtivas, a fim de equilibrar demandas internas e externas. A terceira está atrelada à relação de colaboração entre as regiões, que necessitam compartilhar experiências. Por fim, a participação se refere ao papel dos diversos atores sociais nos debates sobre o desenvolvimento regional, fomentando a democracia e transparência. (AGUIAR, 2020).

Ainda, a Teoria do Desenvolvimento Regional é aplicada em diversos países, obtendo-se diversos resultados, especialmente na América Latina, buscando-se promover uma integração regional ampla. Além disso, no caso da Europa, busca-se enfrentar os desafios da economia. Assim, a função do Estado no desenvolvimento regional é imprescindível no tocante a implementação e criação de políticas públicas adequadas a cada realidade social de determinada região. Deve, portanto, o Estado agir como agente regulador e facilitador, promovendo o bem-estar social, fomentando a participação social no controle e formulação das políticas regionais, por meio do fortalecimento dos conselhos regionais como espaços de conversa e representatividade. (LIMA, 2009).

Entretanto, o desenvolvimento regional é um processo complexo, envolvendo diversos atores dentro e fora da região, bem como da população e requer uma visão integrada das questões espaciais, que leve em consideração tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos de determinada realidade local. Além disso, o desenvolvimento regional necessita de uma abordagem participativa e democrática dos atores sociais envolvidos no processo, buscando construir consensos sobre os objetivos, as estratégias e as formas de avaliação do desenvolvimento regional. (THEIS, 2019).

Nessa perspectiva, Furtado (1999) tratando sobre a temática de desenvolvimento regional, examina a situação do federalismo brasileiro:

Como somos um país com fronteiras que se deslocam permanentemente dentro do próprio território, nosso conceito de região é necessariamente dinâmico. Mas essa consciência de unidade nacional, dentro de um espaço que se expande, coexiste com o senso de identidade que se definiu historicamente em cada região particular. A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional (...) (Furtado, 1999, p. 47).

Como se vê, o autor destaca a grandeza do território brasileiro, devendo as políticas para o desenvolvimento regional atentar-se para as peculiaridades de cada região, com suas diversas espécies de desigualdades, apresentando, especialmente o Nordeste, regiões menos desenvolvidas no Brasil. Ainda, propôs diversas medidas para buscar superar as desigualdades regionais, como por exemplo, a reforma agrária, a industrialização, visando diminuir importações e fomento à educação e a pesquisa.(DINIZ, 2020).

Entretanto, o desenvolvimento regional é um processo complexo, envolvendo diversos atores dentro e fora da região, bem como da população e requer uma visão integrada das questões espaciais, que leve em consideração tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos de determinada realidade local. Além disso, o desenvolvimento regional necessita de uma abordagem participativa e democrática dos atores sociais envolvidos no processo, buscando construir consensos sobre os objetivos, as estratégias e as formas de avaliação do desenvolvimento regional (THEIS, 2019).

Santos (2000) esclarece que o território não deve ser compreendido apenas como base física para o desenvolvimento, mas como resultado de relações sociais historicamente constituídas, marcadas por desigualdades, contradições e usos diversos do espaço. Para o autor, o desenvolvimento regional exige políticas que

levem em conta o conteúdo social e cultural do território, promovendo ações que dialoguem com as necessidades reais e específicas da população local.

Além disso, Brandão (2007) defende que o desenvolvimento não deve ser concebido exclusivamente a partir de diretrizes externas ou centralizadas, mas construído a partir dos saberes, práticas e experiências das comunidades locais. Nesse sentido, o desenvolvimento regional só será efetivo se valorizar o protagonismo das populações envolvidas, permitindo sua participação ativa na definição dos rumos e estratégias a serem adotados.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento regional precisa integrar as dimensões econômica, social e ambiental, propondo o conceito de ecodesenvolvimento. Essa abordagem parte do princípio de que o crescimento não pode se dar à custa da degradação ambiental ou da exclusão social. Assim, propõe-se um modelo de desenvolvimento mais sensível às características ecológicas e culturais de cada região, o que implica na formulação de políticas públicas adaptadas à realidade local.

No que diz respeito à estrutura institucional, Abranches (2002) contribui com o conceito de governança multinível, essencial em países federativos como o Brasil. Ele aponta a importância de uma gestão compartilhada entre os diferentes entes federativos, União, estados e municípios, além de instituições da sociedade civil e do setor produtivo, como forma de ampliar a eficácia e a legitimidade das políticas regionais. Essa governança integrada permite maior coerência e articulação entre os diversos programas e ações implementados no território.

Castells (1999) reflete sobre o desenvolvimento no contexto da globalização e da sociedade em rede. Para o autor, embora os fluxos globais ganhem cada vez mais relevância, o território permanece como ponto estratégico para o enraizamento de ações e identidades. Dessa forma, políticas regionais devem estar atentas às novas dinâmicas econômicas e tecnológicas, articulando as realidades locais às oportunidades globais, sem perder de vista a inclusão social e o fortalecimento das comunidades.

Esse entendimento reforça a complexidade do desenvolvimento regional, evidenciando que sua efetivação depende não apenas de investimentos financeiros ou decisões técnicas, mas de um processo construído com base na participação social, no respeito à diversidade territorial e na articulação entre os diversos níveis de governo e segmentos da sociedade.

Seguindo essa perspectiva sobre a atenção às peculiaridades de cada região para elaboração de políticas para o desenvolvimento regional, além da teoria de desenvolvimento apresentada por Amartya Sen, que sustenta que o desenvolvimento só ocorre por meio da ampliação das liberdades das pessoas, faz-se necessário refletir e analisar as garantias da população idosa no Brasil, assim como as políticas públicas voltadas para essas pessoas, concretizando seus direitos fundamentais, como se verá na subseção seguinte.

2.3 Direitos da Pessoa Idosa

2.3.1 Definição de Pessoa Idosa na Sociedade

A velhice e o conceito de pessoa velha, conforme destaca Ramos (2017), surgiu entre o século XVIII e o XIX, momento em que o envelhecimento era visto como algo negativo, sem valor para a sociedade, representando expressão de decadência. Assim, ela era analisada somente na perspectiva biológica, e não como fato social, pois em virtude da falta de condições sanitárias, envelhecer era incomum, em virtude da pouca expectativa de vida das pessoas.

Ademais, com o aumento da expectativa de vida da população, o envelhecimento transformou-se em temática de âmbito social (BRAGA, 2011). Todavia, o envelhecer pode ser assimilado tanto de maneira positiva quanto negativa, dependendo da visão que o indivíduo tem de si mesmo. Quando o processo de envelhecimento é compreendido de forma negativa, existem maiores possibilidades de desenvolvimento de doenças prejudiciais à saúde, conforme esclarece Zimmerman (2000).

Bobbio (1997) esclarece que a velhice é forma de continuidade da juventude, das experiências vividas, que permitem alcançar a maturidade do ser humano, permitindo uma melhor compreensão sobre situações corriqueiras do dia-a-dia, possibilitando que essas experiências sirvam de exemplo para as próximas gerações. Ainda, destaca que as pessoas são aquilo que vivenciaram no decorrer da vida, que o estado de velho é breve, devendo ser aproveitado na busca da compreensão do sentido da vida.

Além disso, Bobbio (1997) dispõe que a velhice pode ser analisada pelas seguintes perspectivas: burocrática, cronológica e psicológica. A primeira

corresponde à idade em que a pessoa adquire acesso aos mais diversos benefícios, como a aposentadoria, além de políticas públicas específicas para a sua idade. A segunda, é o momento em que o indivíduo passa a ser considerado idoso por toda população e também pelo governo, devido ao alcance de determinada idade. No Brasil, pessoas com mais de 60 (sessenta) anos são consideradas idosas, conforme estabelecido no artigo 2º da Política Nacional do Idoso . Já a psicológica, é a consciência que a própria pessoa se identifica como velha.

Braga (2011) sustenta que, com o avanço das tecnologias e da medicina, a população em geral passou a viver mais. Surgiu, então, a necessidade de assegurar direitos à população de mais idade. A autora destaca que o envelhecimento não pode ser visto somente como um estado de deterioração do corpo humano, mas, sim, como uma continuidade da evolução da pessoa, pois traz mudanças físicas e psicológicas. Tais mudanças devem ser observadas por toda a sociedade, de modo a possibilitar o respeito por essa população.

No entanto, o termo velho, em virtude de expressar um viés negativo, tornou-se inapropriado para definir a pessoa com idade avançada, ou aquela estabelecida na legislação como sendo pessoa idosa. Dessa forma, propagou-se a palavra idoso, expressões como terceira idade e melhor idade, tendo em vista transmitirem viés de mais respeito, observando a dignidade dos idosos. (MARTINEZ, 1997).

A partir da necessidade de proteção do ser humano, na medida em que os direitos humanos passaram a ser urgentes na sociedade, a pessoa idosa passou a ter especial proteção, prevista tanto em documentos internacionais, com abrangência em todo o mundo, como em legislações específicas no Brasil, como se verá a seguir.

2.3.2 Legislação Internacional de Proteção ao Idoso e Legislação Nacional: Constituição, Política Nacional do Idoso e Estatuto da Pessoa Idosa

Ao tratar sobre a dignidade, Sarlet (2015) destaca a dignidade da pessoa humana, prevista como princípio no âmbito internacional, consagrada por intermédio da Declaração Universal da ONU datada de 1948. O documento foi essencial para destacar o princípio da dignidade humana, uma vez que previu o direito ao

envelhecimento sadio e com bem-estar, como direito de todos, expresso no artigo 25. (UNICEF, 1948).

Em 1982, promoveu-se a Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, resultando no Plano de Ação Internacional de Viena sobre Envelhecimento, previsto na Resolução n. 33/52, abordando políticas públicas voltadas ao envelhecimento com intuito de garantir a independência e promover a proteção dessa parcela da população, conforme destacam Notari e Fragoso. (2011).

Nessa mesma linha, a Resolução n. 46/91 da Organização das Nações Unidas, estabelece os princípios das Nações Unidas para a pessoa idosa, prevendo a proteção aos idosos no contexto de independência, possibilitando o trabalho, alimentação, moradia e, também, apoio familiar e comunitário. Além disso, o documento estabelece a participação do idoso na sociedade, para que ele permaneça ambientado com a comunidade, inclusive participando efetivamente de políticas públicas que estejam relacionadas ao seu bem-estar, além de transmitir vivências para a sua assistência, tanto na esfera da saúde quanto emocional. Também estabelece a autorrealização e dignidade aos idosos. Ainda, a Resolução prevê que deverão ser asseguradas oportunidades para que os idosos participem na sociedade e contribuam para o desenvolvimento dela. (ONU, 1991).

Salienta-se que o Brasil submete-se à Corte Interamericana de Direitos Humanos, conforme Decreto n. 4.463/02, que estabelece as regras para a implementação das decisões da Corte no país. Essa Corte corresponde a um tribunal internacional que possui objetivo de proteger os direitos humanos no âmbito das Américas. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) foi ratificada pelo Brasil em 1992, atribuindo a obrigatoriedade do país cumprir com as medidas ali estabelecidas. Dessa forma, o Estado Brasileiro deve observar e respeitar as diretrizes da Convenção, adotando as providências necessárias para promover o cumprimento das determinações nela contidas, conforme esclarece Gomes (2018).

Mendes (2017) destaca que no ano de 2015, a Organização dos Estados Americanos outorgou a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, ante a necessidade de atenção aos idosos, visto sua condição de vulnerabilidade presumida. A Convenção é considerada como o primeiro documento voltado ao idoso e ao envelhecimento. O documento, ao ser ratificado pelos Estados, exige destes a promoção e proteção dos direitos humanos das

peessoas idosas, possibilitando a elas, os mesmos direitos das demais pessoas, assim como direitos específicos. Destaca-se que no direito brasileiro, ao ser ratificado quaisquer tratados ou convenções, estes adquirirão força equivalente às emendas constitucionais, conforme disposto no artigo 5º, § 3º da Constituição Federal Brasileira. Ainda, segundo Mendes (2017), em que pese a supracitada Convenção ainda não tenha sido ratificada pelo Brasil, ela pode servir como base valorativa para significação dos direitos dos idosos no estado brasileiro por meio do Poder Judiciário, servindo como caminho e base sobre o assunto. Atualmente, com o objetivo de ratificar a supracitada Convenção, está em tramitação, desde o ano de 2018, o Projeto de Decreto Legislativo de Acordos n. 863/2017. A última movimentação do Projeto aconteceu na data de 10 de agosto de 2023, quando foi levada para pauta na Câmara dos Deputados, mas não apreciada em face do encerramento da Sessão (BRASIL, 2023). Assim, após a aprovação nas duas casas legislativas, a proposta segue para a ratificação pelo Presidente da República, e passará a valer com status de Emenda Constitucional.

Destaca-se que, por meio da consagração do princípio da dignidade humana, busca-se assegurar a autonomia de todas as pessoas, bem como estabelecer restrições a essa autonomia em virtude de interesses coletivos, conforme esclarece Barroso (2020). O autor indica que a autonomia retrata a capacidade de liberdade da pessoa de determinar-se sobre sua própria existência, correspondendo a característica ética desse princípio. Além disso, a autonomia define-se como a possibilidade de fazer valorações e escolhas morais com independência e ausência de intervenções externas, como por exemplo, decisões sobre religião e trabalho. O impedimento à autodeterminação dessas decisões intrínsecas, configura violação ao princípio da dignidade humana.

Nesse contexto, o canal do Disque Direitos Humanos ou Disque 100, registrou no Brasil, no ano de 2022, cerca de 35 mil registros de violações de direitos à pessoa idosa, sendo essa modalidade de violência a terceira colocada no ranking de registros de denúncias. (BRASIL, 2022). As principais formas de violação de direitos dos idosos, conforme dados do ano de 2019, representam-se através de negligência, com cerca de 38 mil registros, violência psicológica, física e institucional, além de abuso pecuniário. (BRASIL, 2020).

O Ministério da Cidadania, por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colhidos na Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios, no ano de 2017, destaca que o número de idosos no Brasil equivale a 14,6% da população brasileira, correspondendo a 30,3 milhões de idosos. À vista disso, o Órgão Federal, com o fim de possibilitar o envelhecimento saudável da população, instituiu, no ano de 2018, a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, por meio do Decreto n. 9.328. (BRASIL, 2018). Este Decreto foi revogado pelo Decreto n. 9.921 de 18 de julho de 2019, que está vigente e dispõe sobre a temática da pessoa idosa. (BRASIL, 2019).

Assim, no âmbito federal, a supracitada estratégia visa estabelecer o caminho, por meio de ações visando o envelhecimento ativo e sustentável dos idosos, estimulando essa política. Assim, os municípios brasileiros são o foco principal, pois são eles os executores das ações voltadas aos idosos, principalmente os mais vulneráveis. Destaca-se que as diretrizes da Estratégia, conforme o artigo 22 do Decreto n. 9.328 enfatizam o protagonismo da pessoa idosa, o fortalecimento dos serviços públicos destinados aos idosos, no contexto de políticas de assistência social, de saúde e desenvolvimento urbano (incisos I, IV).

Ainda, segundo a mesma Estratégia, no artigo 23 do Decreto Lei n. 9.328, destaca-se as definições de envelhecimento ativo, saudável, sustentável, envelhecimento cidadão e comunidade e cidade amiga das pessoas idosas. O envelhecimento ativo é o processo de melhores condições de saúde e segurança, além da participação do idoso na sociedade com o fim de possibilitar a qualidade de vida no decorrer do avanço da idade.

O envelhecimento saudável decorre do desenvolvimento e preservação da capacidade funcional do idoso permitindo seu bem-estar, conforme disposto no inciso II. O envelhecimento cidadão corresponde ao exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Já o envelhecimento sustentável, garante o bem-estar do idoso em relação aos seus direitos, atividades, à sociedade, convivência intergeracional e de harmonia e está disposto no inciso IV. Por fim, o Decreto conceitua a comunidade e cidade amiga das pessoas idosas, como aquela que incentiva o envelhecimento ativo e proporciona possibilidades para a melhoria da saúde, participação e segurança de modo a melhorar a vida dos idosos durante o envelhecimento (Brasil, 2019).

No contexto brasileiro, Viegas e Barros (2016) destacam as legislações vigentes imprescindíveis para proteger e garantir direitos aos idosos, como sendo os seguintes diplomas: Constituição Federal de 1988, Código Civil (Lei n. 10.406/2002),

Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842/1994) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei n. 8.742/1993).

A proteção ao idoso na legislação brasileira consagrou-se a partir da Constituição Federal de 1988, que passou a dispor expressamente garantias aos mais velhos, de modo a assegurar a sua proteção, determinar responsabilidades para a família, Estado e também para a sociedade. (ALMEIDA, 2021).

Moraes (2022) define Constituição como a lei superior e fundamental de um Estado, razão pela qual, as demais leis ao serem criadas, as chamadas leis infraconstitucionais, devem observar os princípios e normas estabelecidas na Constituição. Desse modo, a não observância torna a lei inconstitucional. Conforme o autor, é a Constituição que irá organizar o Estado, a forma de governo, a distribuição das competências, além de assegurar direitos, garantias e também deveres a todos os cidadãos.

Assim, a vigente Constituição prevê no artigo 229, o dever dos filhos maiores ampararem os pais na velhice, carência ou enfermidade. Além disso, o artigo 230 determina que a família, o Estado e a sociedade devem amparar os idosos, defendendo a dignidade, seu bem-estar e garantindo o direito à vida. (BRASIL, 1998). Contudo, levando em conta que o Brasil já teve sete Constituições Federais, somente a partir da Carta vigente, o País passou a garantir direitos efetivos aos idosos.

A primeira Constituição, datada do ano de 1824, foi a Constituição Política do Império, que não expressou nenhuma garantia aos idosos. Conforme explica Ramos (2017), embora possuísse 179 artigos, nenhum deles mencionou a pessoa idosa ou período da vida que necessitasse cuidado do Estado.

Além disso, o autor destaca que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, do ano de 1981, apenas referiu sobre a aposentadoria, no artigo 75, contudo, o benefício destinava-se aos casos de invalidez e não por idade e somente para servidores públicos. Ademais, o artigo 6º estabeleceu a aposentadoria por tempo de serviço, no entanto, apenas para magistrados com mais de 30 anos de carreira, ou seja, apenas a minoria da população mais velha era privilegiada com o benefício.

Por sua vez, a Constituição de 1934, dedicou um título para a Ordem Econômica e Social, estabelecendo no artigo 121, §1º, alínea “a”, que as leis trabalhistas deveriam garantir a assistência previdenciária, por meio de contribuição

da União, do empregado e do empregador. Do mesmo modo, a Constituição de 1937, não acrescentou nenhuma novidade ao tratamento do idoso contido na Constituição anterior, apenas alterou a redação que passou a ser prevista no artigo 137. Seguindo o mesmo raciocínio, as Constituições de 1946 e 1967, não apresentaram novidades. Por conseguinte, a Constituição de 1969, nada acrescentou sobre os direitos aos idosos, reproduzindo no artigo 165, XVI, os artigos dispostos nas três Constituições anteriores. (RAMOS, 2017).

A Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, foi um marco na consagração de direitos, principalmente os direitos fundamentais. Ela assegura o princípio da dignidade humana, assim como os objetivos fundamentais da sociedade livre, justa e solidária, a redução de desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer discriminações, inclusive quanto à idade. (BRASIL, 1988).

Ramos (2017) destaca que a Constituição produz a certeza de que todos os cidadãos possuem direitos e o Estado tem o dever de promover os meios para a sua plena garantia. Além disso, o artigo 5º estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Desse modo, percebe-se que, a idade também não pode ser utilizada como meio de discriminação.

O artigo 203 da Carta Magna, prevê a possibilidade de assistência social a todo aquele que necessitar, independentemente de contribuição à previdência, tendo como objetivos a proteção à família, à velhice, entre outros. Garante, no inciso V do mesmo artigo, a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso que não possua condições de prover seu próprio sustento. (BRASIL, 1988).

Ademais, o artigo 201, garante a aposentadoria ao idoso após determinado período de contribuição e trabalho. Assim, Ramos (2017) considera que a Constituição vigente tratou a velhice como um direito fundamental. Assim, conforme dispõe o artigo 5º, §1º da Constituição, as garantias fundamentais têm aplicação imediata, determinando que o Poder Público as efetive. Assim, essenciais para essa efetivação, destacam-se o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso.

2.3.2.1 Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso

Promulgada em 1994 e regulamentada pelo Decreto n.1.948/96, a Política Nacional dos Idosos (PNI) é uma política pública voltada especialmente para a população idosa. Tem como objetivo garantir direitos sociais, promover a autonomia

e integração dos idosos na sociedade. Essa previsão está disposta já no artigo 1º da Lei n. 8.842. Ademais, a referida lei estabelece princípios e diretrizes para viabilizar a efetivação dos direitos dos idosos (BRASIL 1994).

Além disso, a PNI criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável por tomar decisões para o cumprimento das medidas necessárias à consagração da atuação do idoso na sociedade. Ainda, determina a criação de conselhos municipais do idoso nos âmbitos estadual, distrital e municipal, a fim de possibilitar a fiscalização e implementação da PNI. (CAVALCANTI; *et al*, 2014). O Conselho Municipal é “órgão permanente, paritário e deliberativo, composto por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área”, conforme artigo 6º da Lei n. 8.842/1994 (BRASIL, 1994). Ainda, possui a atribuição de viabilizar a interlocução entre os idosos e a municipalidade, além da “supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso”, nos termos do artigo 7º da Lei 8.842/1994. (BRASIL, 1994). No Município de Taquara, Rio Grande do Sul, o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso foi criado por meio da Lei Ordinária n. 2995/2002, possui 9 (nove) artigos que especificam as atribuições do órgão e seus membros. (TAQUARA, 2002).

A partir dos princípios expressos no artigo 3º da Política Nacional do Idoso, a família, o estado e a sociedade devem proporcionar aos idosos os direitos da cidadania, a defesa à dignidade, à vida, ao bem-estar, além da participação na comunidade. A norma, ainda determina a proteção dos idosos contra a discriminação, e o estabelece como principal destinatário das mudanças que serão consagradas a partir da política prevista, conforme disposto nos incisos III e IV (BRASIL, 1994).

As diretrizes fundamentais da Política Nacional do Idoso, previstas no artigo 4º, determinam os planos necessários para a perfectibilização dos direitos dos idosos, como a viabilização da participação e convívio do idoso de modo que possibilite sua inclusão nas futuras gerações. Da mesma forma, estabelece a priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos, além de apoio às pesquisas relacionadas ao envelhecimento. (BRASIL, 1994).

Merece destaque no Capítulo IV da PNI, o artigo 10, que determina que os órgãos e entidades públicas devem, na área de assistência social, o desenvolvimento de mecanismos voltados ao atendimento das carências básicas

dos mais velhos, por meio da atuação da família, da sociedade e entidades do governo. (BRASIL, 1994).

Nessa linha de consagração de direitos, o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/2003, possui o objetivo de regular os direitos assegurados aos idosos, constituindo-se em sete títulos que preveem o direito à liberdade, dignidade, saúde, transporte, habitação, acesso à justiça, crimes, direitos e garantias fundamentais às pessoas maiores de 60 anos, idade em que passam a ser consideradas idosas. (BRASIL, 2003).

Ramos (2017) destaca que o envelhecimento no Brasil tornou-se um tema de relevância pública. Dessarte, o Poder Legislativo, com o fim de efetivar as garantias estabelecidas na Constituição Federal, como a dignidade da pessoa humana, independente de sua idade, promulgou o Estatuto do Idoso no ano de 2003, sendo essencial para efetivação desses direitos.

Além disso, Ramos (2017) destaca as medidas de proteção ao idoso previstas nos artigos 43, 44 e 45, que serão aplicadas quando os direitos previstos no Estatuto forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão do Estado, da sociedade ou da família, ou maus-tratos e abusos dos núcleo familiar, como também por conta da própria condição do idoso que poderá colocar-se em risco.

Boas (2015) salienta que o Ministério Público possui papel imprescindível para a efetivação das medidas protetivas. Conforme expresso no artigo 45, constatada situação de risco à integridade dos idosos, violação ou ameaça de violação aos direitos assegurados, caberá ao órgão, determinar uma das seis hipóteses de medidas protetivas previstas nos incisos I ao VI do referido artigo.

Ainda, Boas (2015) destaca que o Poder Judiciário agirá em prol do idoso, aplicando as medidas protetivas desde que provocado pelo órgão ministerial, que irá deferir ou indeferir o requerimento. Assim, sendo deferidas, serão adotadas as disposições do artigo 45.

A primeira medida, prevista no inciso I, estabelece que o idoso em situação vulnerável, será encaminhado à família ou curador para receber abrigo, mediante termo de compromisso. Além disso, os incisos II e III, prevêm a possibilidade de orientação, apoio e acompanhamento temporário, que ocorrerá por determinação judicial, para que o idoso receba o atendimento necessário por profissionais específicos para tratamentos hospitalares, ambulatoriais ou na sua residência. (BRASIL, 2003).

Em caso de situação de dependência química, o idoso poderá ser incluído no programa de tratamento, nos termos do inciso IV. Por fim, os incisos V e VI, indicam a possibilidade de abrigo temporário e abrigo em entidade. Além disso, destaca-se que o Estatuto também tipifica crimes aplicáveis dos artigos 94 a 108. (Boas, 2015).

Assim, a partir da análise da Constituição Federal, da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do idoso, que tratam sobre a tutela e garantias dos mais velhos, Barboza (2020) afirma que pode-se constatar, ainda que implicitamente, o princípio do melhor interesse do idoso, que advém do princípio da dignidade humana, devendo essa parte da população ser protegida integralmente e com a devida prioridade.

3 METODOLOGIA

Para possibilitar o desenvolvimento da presente pesquisa, faz-se necessária a aplicação de métodos para delinear de que forma ela será desenvolvida, possibilitando a compreensão do tema pesquisado, contribuindo para formulação de hipóteses e interpretações dos resultados, conforme esclarece Lakatos (2021).

3.1 Classificação da Pesquisa

Com relação à natureza da pesquisa, pode-se classificá-la como aplicada, uma vez visa a obtenção de conhecimento para ser aplicado em um cenário próprio (GIL, 2022). Dessa forma, o cenário a ser aplicado a pesquisa, permitirá identificar de que forma as políticas públicas voltadas aos idosos contribuem para o desenvolvimento regional do Município de Taquara, Rio Grande do Sul. Além disso, possibilitará analisar em que medida tais políticas públicas contribuem para a promoção do desenvolvimento humano e, como desdobramento, para o desenvolvimento regional, além de contextualizar o conceito de pessoa idosa no cenário social, jurídico e normativo, tanto internacional quanto nacional; identificar e especificar as políticas públicas destinadas a esse público; e verificar a implementação das ações desenvolvidas pelo Município de Taquara, RS, com ênfase nas áreas da saúde, lazer e cultura, analisando seu impacto no desenvolvimento humano.

Por sua vez, a abordagem do problema de pesquisa classifica-se como qualitativa, pois visará estabelecer a ligação entre o objeto de estudo e o ambiente, de forma detalhada, sem a intenção de alcançar dados estatísticos, mas identificar os motivos pelos quais se obtiveram as conclusões. (Silva; Menezes, 2005). Assim, o problema de pesquisa abordado visará compreender de que forma são executadas as políticas para a população idosa; como a Administração Municipal compreende e a executa, além de como os idosos usuários destas, enxergam sua aplicação.

Quanto aos objetivos da pesquisa, pode-se classificá-la como descritiva e explicativa. Para Gil (2022), o estudo descritivo tem o condão de descrever e explicar determinados fenômenos ou particularidades de grupos. Dessa forma, a

pesquisa buscar-se-á identificar de que forma o Ente Público atende as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no município de Taquara, por meio da destinação de recursos oriundos de políticas públicas.

Por seu turno, os procedimentos técnicos empregados na pesquisa são: bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A pesquisa permitiu o desenvolvimento do referencial teórico que embasa a pesquisa, por meio da consulta de livros e documentos já publicados. Além disso, a análise das legislações pertinentes à temática foram imprescindíveis para alicerçar os direitos assegurados aos idosos, bem como a forma de execução de políticas públicas. (GIL, 2022). A pesquisa de campo consiste na obtenção de informações diretamente na localidade na qual os fenômenos acontecem, coletando dados relacionados ao problema da pesquisa. (LAKATOS, 2021). Dessa forma, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com a Prefeita do Município de Taquara, da Secretaria de Desenvolvimento Social, bem como com idosos taquarenses.

Relativamente ao método de abordagem, utilizar-se-á a saturação teórica, que significa quando os dados coletados, na visão do pesquisador, repetem-se, com certa frequência, não sendo mais considerada relevante a continuidade do estudo, tendo em vista a obtenção de todas as informações necessárias para a pesquisa. (LAKATOS, 2021).

3.2 Participantes e local da pesquisa

A fim de possibilitar a obtenção de dados necessários para a solução da problemática da pesquisa, mostra-se necessário delimitar a população e a amostra dos participantes do estudo. A primeira característica corresponde às similaridades entre os participantes que serão entrevistados, a totalidade de integrantes de uma determinada classe, chamada de população. (Gil, 2022). Portanto, a população objeto do estudo serão pessoas com mais de 60 anos de idade, do sexo feminino e masculino, consideradas idosas pela Lei n. 10.741/2003, residentes no Município de Taquara - RS.

Por sua vez, a amostra corresponde a uma parte da população selecionada. (LAKATOS, 2021). Para possibilitar a realização da pesquisa e, conseqüentemente, a participação de idosos, optou-se por incluir como participantes aqueles que frequentam atividades promovidas pelas Faculdades Integradas de Taquara

(FACCAT), direcionadas especificamente ao público idoso. Essas atividades estão organizadas em dois projetos principais: Informática para a Terceira Idade, com aproximadamente 35 (trinta e cinco) idosos participantes, e Coral Viva a Vida, com cerca de 25 (vinte e cinco) participantes. Dessa forma, a amostra final compreendeu um total estimado de 60 (sessenta) idosos, o que possibilita uma análise qualitativa significativa do impacto das políticas públicas voltadas a essa faixa etária.

Além disso, também englobarão como participantes, os idosos que residam no Lar Oase do Município de Taquara - RS, instituição fundada no ano de 1973, pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, que possui importante notoriedade regional pelos serviços prestados à população idosa.

Ainda, o Poder Público Municipal participou do estudo, por meio de entrevista semi-estruturada, com a representante do executivo municipal, Prefeita Municipal, a fim de apontar e esclarecer como as Políticas Públicas de âmbito nacional são executadas por ela. Do mesmo modo, será realizada uma entrevista semi-estruturada com o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Taquara - RS.

Como critério de exclusão para os participantes da pesquisa, no que tange a aplicação de grupos focais com os idosos, não participaram da pesquisa as pessoas com idade inferior a 60 anos e que não residam no Município de Taquara - RS. Do mesmo modo, não participaram da pesquisa os idosos matriculados nas atividades dos projetos desenvolvidos pela FACCAT que estejam afastados por quaisquer motivos.

Em contrapartida, o critério de inclusão para os participantes consistiu em pessoas que residam no Município de Taquara, com idade igual ou superior a 60 anos, regularmente matriculados e participando dos projetos Coral Viva a Vida, Informática para Terceira Idade e residentes ou frequentadores do Lar Oase.

A amostra de idosos participantes da pesquisa foi composta por 27 indivíduos, selecionados com base no critério de idade igual ou superior a 60 anos, abrangendo ambos os gêneros. Esse número corresponde aos idosos que voluntariamente manifestaram interesse em participar do estudo. A participação voluntária garantiu maior engajamento dos envolvidos e proporcionou uma interação mais espontânea e rica durante a coleta de dados. Essa composição possibilitou o estabelecimento de um diálogo diversificado entre participantes de diferentes faixas etárias dentro do grupo idoso, preservando, entretanto, o critério comum de

caracterização como pessoa idosa. O procedimento buscou garantir a coerência da análise, evitando conclusões destoantes em relação ao objeto de estudo, ao mesmo tempo em que ressalta a importância da representatividade da amostra na interpretação dos resultados. (HARDY, 2002).

3.3 Coleta de dados

A presente pesquisa de dissertação foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE n.: 79775324.3.0000.8135, foi iniciada a coleta de dados que se realizou nas seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A fim de possibilitar a realização do estudo, no tocante aos procedimentos técnicos do estudo, será utilizada a pesquisa bibliográfica por meio de livros de autores clássicos e contemporâneos de modo a verificar quais pesquisas já foram realizadas sobre a temática de desenvolvimento regional atrelado às políticas públicas sociais, possibilitando a formação de um referencial teórico para utilizar como base norteadora de todo o desenvolvimento da pesquisa.

Além disso, foi empregada a pesquisa documental, consistente na identificação das legislações pertinentes aos direitos da pessoa idosa, especialmente a Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842/1994), do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n. 10.741/2003), Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como tratados de convenções internacionais. Dessa forma, a utilização desse método possibilitará a compreensão dos conceitos necessários que fundamentam as teorias relacionadas às Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional, Conselhos Municipais e Direitos Humanos.

Para obter informações sobre a temática da presente pesquisa diretamente com o representante do Município de Taquara - RS, além dos idosos participantes dos projetos Coral Viva a Vida, Informática para Terceira Idade e do Lar Oase, foram utilizados instrumentos apropriados para a coleta de dados com cada um dos participantes. Dessa forma, será possível captar de forma fidedigna suas percepções, por intermédio de uma entrevista semi-estruturada e por meio de grupos focais.

Na pesquisa de campo foram utilizados, como instrumento de coleta de dados:

a) entrevistas semi-estruturadas que serão realizadas com a Prefeita do Município de Taquara, RS, e com o Secretário de Desenvolvimento de Desenvolvimento Social do município, e;

b) grupos focais para coletar os dados dos idosos participantes da pesquisa, realizado nas dependências do Lar Oase e na FACCAT, em horário e data apropriados para todos, previamente agendados.

De modo a esclarecer o método utilizado para atingir cada um dos objetivos específicos da pesquisa, obtidos por meio da coleta de dados, realizou-se o seguinte quadro elucidativo:

Quadro 1 - Forma de coleta de dados para atingir os objetivos

OBJETIVOS	METODOLOGIA
a) Contextualizar o conceito de pessoa idosa, considerando sua inserção na sociedade, bem como nas normas e documentos internacionais e nacionais que tratam da sua proteção;	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental
b) Identificar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa;	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental
c) Verificar a implementação, pelo Município de Taquara/RS, das políticas públicas destinadas à pessoa idosa e discutir suas diferentes abordagens, especialmente no âmbito da saúde, do lazer e da cultura, analisando em que medida podem contribuir para o desenvolvimento humano.	Pesquisa de campo utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e grupos focais

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Para que se possa identificar em que medida as políticas públicas voltadas aos idosos contribuem para o desenvolvimento humano destes, será necessário coletar dados por meio de entrevista semi-estruturada com representantes do Município de Taquara e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Taquara - RS, a fim de identificar as percepções do Ente Público com relação às políticas aplicadas, bem como o contexto e quais as ações que são desenvolvidas.

Dessa forma, se estabelecerá uma relação entre o entendimento do Município, com a forma que a população idosa reconhece que as políticas públicas são concretizadas. Essa abordagem detalhada permite aprofundar-se sobre a temática próxima da realidade da população (YIN, 2016).

3.3.1 Grupos Focais

Foram obtidas informações com as pessoas idosas, por meio de grupos focais, que corresponde a uma técnica atrelada a pesquisa qualitativa, com foco em identificar as principais ideias e percepções de determinados grupos sobre assuntos específicos e suas experiências. (DIAS, 2000). A escolha por essa técnica de coleta de dados se justifica pelo fato de que os participantes poderão ser agentes ativos da pesquisa, permitindo a problematização aprofundada do tema da pesquisa, além da interação com os demais participantes a fim de expandir pontos de vistas. (STEIN BACKS; *et al*, 2011).

Conforme Stein Backs, *et al*, (2011) os grupos focais mostram-se relevantes uma vez que possibilitam análises mais profundas do que outras formas comumente utilizadas em pesquisas qualitativas. Com essa técnica, os participantes sentem-se confortáveis para descrever suas percepções de forma espontânea, por meio de motivações dos demais, além da discussão em grupo.

A organização dos grupos teve como objetivo proporcionar um ambiente acolhedor, de familiaridade dos participantes, e propício à troca de experiências, estimulando o diálogo sobre as percepções e impactos das políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

O primeiro grupo focal foi realizado no Lar Oase, contando com a participação de 10 idosos que voluntariamente manifestaram interesse em contribuir com a pesquisa. As características dos participantes estão apresentadas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Características dos participantes do Grupo Focal 1 - Lar Oase

Participante	Gênero	Idade
P1	Homem	81
P2	Homem	96
P3	Homem	91
P4	Mulher	92
P5	Mulher	96
P6	Homem	89
P7	Mulher	98
P8	Mulher	95
P9	Mulher	85
P10	Homem	54

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No encontro, foram discutidos aspectos relativos às necessidades, expectativas e percepções sobre as políticas públicas disponíveis no Município de Taquara, além da avaliação do impacto dessas ações em sua qualidade de vida. As dinâmicas foram conduzidas de maneira dialogada, com estímulo à participação equitativa de todos.

No projeto Informática para a Terceira Idade, participaram do grupo focal apenas 2 idosas voluntárias, com idade de 64 e 66 anos. Essa atividade teve caráter mais individualizado, possibilitando um aprofundamento maior nas experiências e percepções das participantes.

Já o grupo focal do projeto Coral Viva a Vida contou com a participação de 15 idosas voluntárias. As características das participantes estão apresentadas na tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Características dos participantes do Grupo Focal 3 - Coral Viva a Vida

Participante	Sexo	Idade
P1	Mulher	87 anos

P2	Mulher	83 anos
P3	Mulher	90 anos
P4	Mulher	68 anos
P5	Mulher	80 anos
P6	Mulher	67 anos
P7	Mulher	70 anos
P8	Mulher	65 anos
P9	Mulher	71 anos
P10	Mulher	68 anos
P11	Mulher	64 anos
P12	Mulher	70 anos
P13	Mulher	73 anos
P14	Mulher	61 anos
P15	Mulher	74 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As discussões abrangeram tanto a experiência com a atividade artística quanto a percepção sobre o papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento humano e regional.

Todos os grupos focais seguiram roteiro previamente elaborado pela pesquisadora, contendo questões abertas para estimular a reflexão e permitir que os participantes compartilhassem livremente suas experiências. As sessões foram gravadas, com a autorização dos participantes, garantindo a fidelidade das informações coletadas, e posteriormente transcritas para análise qualitativa. Essa organização possibilitou uma abordagem rica e aprofundada, valorizando a voz dos idosos enquanto sujeitos ativos no processo de avaliação das políticas públicas.

À vista disso, a pesquisa foi realizada por saturação teórica, que corresponde a uma técnica utilizada para determinar o tamanho de uma amostra na pesquisa. Além disso, nessa técnica, a análise dos dados ocorre no mesmo momento, a fim de

identificar quando as informações coletadas começam a se repetir e nenhum novo dado é obtido (Farias; Falqueto; Hoffmann, 2019). À vista disso, foram realizados grupos focais, divididos por participantes dos projetos e por faixa etária, da seguinte forma:

Grupo 1 - participantes do Projeto Informática para Terceira Idade, com idade superior a 60 anos, participaram apenas 2 idosas;

Grupo 2 - participantes do Coral Viva a Vida, com idade superior a 60 anos, participaram 15 idosas;

Grupo 3 - participantes do Lar Oase com idade , com idade superior a 60 anos, participaram 10 idosos;

A duração dos encontros foi de 1 (uma) hora, no Residencial Lar Oase e na estrutura da Faccat, na sala da informática para terceira idade e na sala onde são realizados os ensaios do coral. Os questionamentos foram feitos tendo por base perguntas semiestruturadas, permitindo maior ampliação do diálogo entre todos. Além disso, os participantes autorizaram gravação de áudio, para possibilitar a transcrição e permitir a fiel interpretação das respostas e diálogos coletados, por meio da análise de conteúdo.

A coleta de dados com os idosos se realizou de forma presencial, a fim de obter informações sobre o problema de pesquisa. Ademais, antes da aplicação da pesquisa, foi realizada uma conversa de forma a esclarecer a finalidade da pesquisa e a importância da participação na pesquisa, destacando-se a confidencialidade das informações prestadas, bem como, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e com coleta de assinaturas.

Por sua vez, a coleta de dados com a Prefeita do Município de Taquara e com o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social de Taquara - RS, foi por meio de entrevista semiestruturada, com um roteiro de 10 (dez) perguntas, com a realização de demais perguntas pertinentes, oportunizando uma melhor comunicação entre as partes. (GIL, 2022). A duração da entrevista foi de 1 hora. Os áudios das entrevistas foram gravadas, com as devidas autorizações, com posterior transcrição para melhor compreensão e análise das informações prestadas.

3.3.2 Do sigilo, privacidade, confidencialidade e proteção dos dados coletados

Para permitir a confidencialidade, bem como em respeito ao sigilo das informações, além da proteção dos dados coletados, não foram revelados os nomes dos participantes das entrevistas, bem como dos integrantes dos grupos focais. Os interessados em participar da pesquisa foram orientados quanto aos seus direitos acima elencados, sendo que a participação será viabilizada por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em consonância com as disposições e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018.

Dessa forma, assegura-se aos participantes da pesquisa a confidencialidade, não sendo divulgada nenhuma informação que permita identificá-los. A pesquisadora e o orientador se comprometeram com o sigilo das informações colhidas. Em situação de necessidade de indicar a pessoa do participante, como no caso de autoridades, serão utilizados pseudônimos, a fim de preservação da identidade.

O tratamento dos dados coletados se dará por meio do armazenamento na nuvem, na plataforma Google Drive, em conta de propriedade exclusiva da pesquisadora, com acesso restrito da pesquisadora e orientador. Após a finalização da pesquisa, os dados permanecerão armazenados pelo prazo de 5 (cinco) anos, tendo em vista a finalidade da coleta, uma vez que trata-se de pesquisa de cunho científico, em consonância com o disposto no artigo 28 da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais. Findo o prazo, todos os dados serão excluídos.

3.4 Análise e Interpretação de Dados

A análise de dados foi realizada por meio da interpretação dos fatos estudados, detalhando-os e interpretando-os. À vista disso, a análise dos dados coletados foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011).

O procedimento envolveu a organização e sistematização das informações obtidas nos grupos focais, seguida da categorização dos dados em unidades temáticas relevantes ao objeto da pesquisa. Inicialmente, foram feitas leituras exaustivas das transcrições, com o intuito de identificar significados recorrentes e

padrões emergentes. Em seguida, procedeu-se à codificação dos dados, agrupando as informações em categorias temáticas que refletissem as percepções dos participantes acerca das políticas públicas voltadas à pessoa idosa e seus impactos no desenvolvimento humano e regional. Por fim, realizou-se a interpretação dos conteúdos, buscando compreender as relações e implicações desses significados no contexto analisado. (SOUZA; SANTOS, 2020).

A interpretação dos dados por meio da análise de conteúdo ocorre em três fases: *“pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados”*. A primeira corresponde à leitura flutuante dos dados, (re)formulação de objetivos e a forma como será desenvolvido o estudo. (MENDES; MISKULIN, 2017).

Por sua vez, a segunda fase se dá por meio da exploração do material coletado, que consiste na busca por semelhanças e diferenças entre as respostas sobre os questionamentos formulados, além das críticas e reflexões apresentadas por cada um dos grupos focais. Após a classificação e agrupamento das informações em categorias, se inicia a terceira etapa, que busca dar sentido às respostas apontadas pelos participantes, interpretando-os de acordo com os objetivos da pesquisa, a fim de responder a problemática por meio de inferências.

A partir da terceira etapa, se buscará responder de que forma as políticas públicas para os idosos contribuem para o desenvolvimento regional de Taquara - RS. É por meio da aplicação de cada uma das fases elencadas por Bardin que será possível validar a pesquisa e possibilitar sua confiabilidade. (BARDIN, 2011).

Ademais, foi realizada a interpretação dos dados coletados nos grupos focais por meio de amostragem por saturação, método aplicado especialmente em pesquisas qualitativas. Esse método corresponde a não determinação da quantidade de participantes da pesquisa ou da amostra a ser estudada. Na medida do desenvolvimento da coleta de dados, grupos focais, o pesquisador não se atenta a um número previamente determinado de participantes, mas ao identificar que as informações coletadas repetem-se, sem nenhuma nova informação, configura-se a saturação teórica. Na medida que os dados são coletados, o pesquisador já realiza a interpretação deles, avaliando-os logo em seguida. Portanto, no momento que é constatada a repetição das informações, é identificado o ponto de saturação, momento em que será concluída a coleta. (GIL, 2019).

Dessa forma, por meio desse método, o próprio pesquisador identifica o momento que o entendimento sobre o objeto da pesquisa mostra-se perfeito, ou

seja, não se faz mais necessário continuar com a coleta de dados, pois a partir da análise de dados que é feita concomitantemente, verifica-se que as informações coletadas mostram-se mais do que suficientes. Entretanto, embora possa parecer de simples utilização a saturação teórica, faz-se de suma importância estruturá-la, de modo a viabilizar na aplicação de fatores e categorias, para identificar o momento em que a saturação ocorre.(FARIAS, FALQUETO; HOFFMANN, 2019).

Flick (2012) esclarece que a amostragem por saturação corresponde ao ponto da pesquisa em que a continuidade da coleta não produz mais “*insights*” ou percepções novas sobre a problemática estudada, razão pela qual não é possível estabelecer antecipadamente o tamanho ideal da amostra. Com a consolidação desse processo e tendo sido alcançado o ponto de saturação teórica, o capítulo seguinte dedica-se à análise e discussão dos resultados, apresentando as principais categorias emergentes e suas implicações para o objeto investigado.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada no Município de Taquara - RS. O Município de Taquara - RS possui sua história vinculada à presença indígena e ao processo de colonização européia, especialmente por imigrantes alemães a partir de 1846. A emancipação administrativa ocorreu no final do século XIX, sendo elevada à condição de cidade em 17 de abril de 1886. (TAQUARA, 2024).

No que se refere ao desenvolvimento humano, Taquara alcançou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,727 no Censo de 2010, classificado como alto. Conforme informações do Censo Demográfico de 2022, a população total é de 53.242 habitantes, com densidade de 117,64 habitantes por quilômetro quadrado e taxa de escolarização de 99,55% entre crianças de 6 a 14 anos, refletindo avanços significativos no acesso à educação básica (IBGE, 2024).

A partir do contexto do Município de Taquara - RS, passará a ser demonstrado de que forma os dados foram coletados e suas repercussões para a pesquisa.

4.1. Apresentação dos Dados

A pesquisa qualitativa foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas e grupo focais, com três espécies de participantes distintos:

- a) Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social;
- b) Prefeita do Município de Taquara-RS;
- c) Idosos participantes dos grupos focais.

Para compreender as implicações das políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa no Município de Taquara - RS, foi utilizada a abordagem do desenvolvimento humano de Amartya Sen (2000), que enfatiza a importância da ampliação das liberdades e oportunidades individuais, possibilitando qualidade de vida.

Além disso, foram considerados conceitos de envelhecimento ativo, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), e a relação entre políticas públicas e bem-estar social, segundo Carvalho e Neri (2013).

Os discursos dos participantes foram organizados em categorias temáticas para possibilitar melhor compreensão e observação dos principais apontamentos levantados, como se verá a seguir.

Para a análise qualitativa deste estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais locais envolvidos na temática do desenvolvimento humano de idosos. A coleta de dados foi organizada da seguinte forma: um representante do município, um representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e grupos focais compostos por idosos. As perguntas foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa e buscavam compreender as percepções, experiências e desafios enfrentados no contexto das políticas públicas voltadas ao envelhecimento.

No Quadro 2, apresentam-se as perguntas realizadas para cada entrevistado, acompanhadas por uma síntese das principais respostas obtidas, que serviram como base para a análise interpretativa.

Quadro 2 - Perguntas e Síntese da Resposta e transcrição: Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social

Pergunta	Síntese da resposta e transcrição
1. Quais os trabalhos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social para as pessoas idosas no Município de Taquara - RS?	Por meio da resposta do Secretário, demonstrou-se que a Secretaria de Desenvolvimento Social realiza ações para pessoas idosas por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, promovendo a integração e amizade entre os participantes. Além disso, atua na vigilância socioassistencial, monitorando casos de abandono e realizando visitas para acompanhamento e encaminhamento

	adequado. Em parceria com a vigilância em saúde, acompanha os lares de longa permanência, assegurando atendimento adequado. Recentemente, reestruturou o Conselho Municipal do Idoso e propôs a criação do Fundo Municipal do Idoso, visando fortalecer as políticas públicas diante do aumento da população idosa. Trecho da Transcrição: <i>“Nós temos, dentro do SUAS, alguns serviços específicos, como por exemplo o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo [...] Apresentamos na Câmara de Vereadores a proposta de criação do Fundo Municipal do Idoso.”</i>
Quantos idosos participam dessa atividade de recreação?	Trecho da Transcrição: <i>“A estimativa é que, somando o serviço de convivência, o projeto Maturidade Ativa do Sesc e outras atividades para o público 60+, o número de idosos participantes ultrapasse 150 a 160.”</i>
2. Nesse momento, quais são as atribuições específicas da Secretaria de Desenvolvimento Social na área da pessoa idosa?	O secretário relatou que as atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Social na área da pessoa idosa incluem serviços de convivência, vigilância socioassistencial, cuidados relacionados ao abandono e o projeto para criação do fundo municipal do idoso. O Conselho do Idoso, que é instável em sua atividade, está atualmente se reestruturando para

	retornar o funcionamento após um período de inatividade. Trecho da transcrição: <i>“Serviços de convivência, vigilância socioassistencial, o cuidado com o idoso na questão do abandono e o projeto para criação do fundo municipal do idoso.”</i>
3. A população idosa tem conhecimento das ações praticadas pela Secretaria?	A resposta indica que a população idosa tem conhecimento das ações da Secretaria, mas nem todos estão informados, sendo alcançados principalmente por redes sociais ou demanda própria. Trecho da transcrição: <i>“Toda população não. [...] mas tenho convicção de que nem todo mundo tem conhecimento daquilo que é feito.”</i>
4. Quais são as maiores dificuldades encontradas no dia-a-dia da Secretaria?	O secretário relatou que as maiores dificuldades enfrentadas pela Secretaria incluem a falta de mão de obra qualificada e a sobrecarga em atender urgências, o que prejudica ações preventivas. Trecho da transcrição: <i>“Precisamos ter mais técnicos capacitados para atuar com esse público. [...] não conseguimos realizar tudo o que gostaríamos por conta disso.”</i>
5. Qual o procedimento da Secretaria quando da ocorrência de uma urgência	A resposta indicou que em casos de urgência, a vigilância socioassistencial

relacionada à pessoa idosa, como por exemplo, idosos em situação de risco e sem abrigo?	realiza visitas e, se necessário, encaminha os idosos ao CREAS para proteção. Trecho da transcrição: <i>“A vigilância já faz o encaminhamento para o CREAS, este por sua vez, aciona todos os meios protetivos existentes.”</i>
6. Há êxito na obtenção de recursos para ações desenvolvidas pela Secretaria? Como são obtidos esses recursos?	O Secretário destacou que a Secretaria enfrenta dificuldades financeiras, com um orçamento limitado e depende principalmente de recursos municipais, buscando parcerias e emendas para ampliar os serviços. Trecho da transcrição: <i>“Criar o fundo é importante para ser um ponto para captação de recursos e trabalhar em prol do idoso. [...] Lei aprovada há menos de uma semana.”</i>
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente pela população idosa residente no município de Taquara?	A resposta indicou que a falta de planejamento familiar e apoio financeiro são as maiores dificuldades para a população idosa de Taquara, resultando em abandono e baixos níveis de qualidade de vida. Trecho da transcrição: <i>“A maior dificuldade passa a ser um binômio financeiro e apoio familiar [...] em razão da falta de vínculo e apoio familiar, aliado à questão financeira.”</i>

Há algum tipo de registro caso algum idoso solicite algum tipo de auxílio?	Trecho da transcrição: <i>“A Secretaria mantém registros mensais de atendimentos, identificando quais atendimentos são provenientes de idosos 60+.”</i>
8. Quais programas em andamento ou em desenvolvimento que podem ser destacados pela Secretaria em prol da pessoa idosa?	O Secretário destacou o projeto "Família Cuidadora", previsto para 2025, visando qualificar cuidadores sociais para atender idosos, com o objetivo de reduzir o abandono. Trecho da transcrição: <i>“A ideia da família cuidadora é permitir a redução da questão do abandono. Assim não terá necessidade do idoso ir para um lar.”</i>
9. Como é possível garantir que a pessoa idosa tenha acesso pleno à saúde, espaços de lazer, serviços públicos e a possibilidade de se fazer presente no mercado de trabalho?	A resposta indicou que para garantir o acesso do idoso, é fundamental fortalecer a educação, promovendo respeito ao idoso e normalizando sua presença em diversas atividades, além de criar mecanismos para integrar os idosos ao mercado de trabalho. Trecho da transcrição: <i>“Tudo passa por uma questão de educação [...] criando mecanismos ao longo do tempo para que seja normal ter funções exercidas por pessoas acima de 65 ou 70 anos.”</i>
10. Qual o principal avanço que a Secretaria espera ter nos próximos anos,	O principal avanço destacado pelo secretário foi a efetivação do fundo do idoso, que permitirá captar recursos e

em relação ao bem-estar da população idosa?	fortalecer parcerias, além da implementação do projeto "Família Cuidadora" para reduzir o abandono e melhorar o bem-estar dos idosos. Trecho da transcrição: <i>“Pretendemos que o fundo do idoso seja efetivo [...] e que possamos ter o projeto da família cuidadora em funcionamento.”</i>
---	---

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A entrevista realizada com o Secretário de Desenvolvimento Social evidenciou um conjunto de ações voltadas à população idosa de Taquara - RS, destacando a atuação estruturada em três eixos principais: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a vigilância socioassistencial e o acompanhamento dos lares de longa permanência.

O SCFV tem entre seus objetivos promover integração, socialização e fortalecimento das relações comunitárias, alcançando aproximadamente 150 idosos por meio do serviço de atividades recreativas e da parceria com o Sesc, no âmbito do projeto Maturidade Ativa. Já a vigilância socioassistencial exerce papel central no monitoramento de situações de risco, especialmente casos de abandono, realizando visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos aos serviços especializados, como o CREAS. O acompanhamento dos lares de longa permanência ocorre de forma articulada com a Vigilância em Saúde, buscando assegurar que as instituições mantenham padrões mínimos de cuidado e proteção.

Outro ponto importante refere-se à dimensão institucional da política pública voltada ao envelhecimento no município. O Secretário relatou o esforço recente para reestruturar o Conselho Municipal do Idoso, que permaneceu inativo entre 2021 e 2024, limitando a capacidade de controle social e participação democrática da população idosa. Além disso, a criação do Fundo Municipal do Idoso, instituído pela Lei Municipal nº 6.996/2024, representa um avanço significativo, pois abre a possibilidade de captação de recursos específicos, permitindo ampliar projetos e fortalecer a rede de proteção social. Essa iniciativa dialoga com outra ação mencionada como prioritária para os próximos anos: o projeto Família Cuidadora,

previsto para 2025, que pretende qualificar cuidadores sociais e reduzir a necessidade de institucionalização, proporcionando alternativas de acolhimento e acompanhamento mais próximas do ambiente familiar, semelhante ao projeto família acolhedora, que acontece no âmbito de situações de risco com crianças.

A entrevista também revelou que, embora parte da população idosa tenha conhecimento das ações da Secretaria, a informação não chega de forma uniforme a todos, especialmente aqueles que residem na zona rural do município. Muitos idosos só têm acesso às atividades e serviços por meio das redes sociais ou quando buscam atendimento espontaneamente. Esse cenário indica falhas na comunicação institucional e reforça a importância de estratégias mais inclusivas de divulgação, capazes de alcançar idosos em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles sem acesso a meios digitais.

Entre as dificuldades enfrentadas pela gestão, o Secretário enfatizou a falta de profissionais qualificados para atuar diretamente com o público idoso, destacando que a sobrecarga de demandas urgentes compromete a capacidade de realizar ações preventivas. A insuficiência de recursos financeiros agrava esse quadro, evidenciada pela dependência de orçamento municipal, pela restrição de investimentos e pela busca constante por emendas parlamentares e parcerias externas. Nesse contexto, o Fundo Municipal do Idoso surge como instrumento fundamental para ampliar a capacidade de financiamento das políticas públicas.

No que se refere às vulnerabilidades vivenciadas pela população idosa, o entrevistado apontou que os principais desafios relacionam-se à falta de apoio familiar e às dificuldades econômicas, que frequentemente resultam em abandono e dificuldade das condições de vida. A Secretaria mantém registros mensais dos atendimentos realizados, o que contribui para mapear demandas e orientar ações. O Secretário mencionou ainda a necessidade de investimentos em educação e conscientização social, a fim de promover maior respeito ao idoso, combater preconceitos e normalizar a permanência dessa população no mercado de trabalho, especialmente diante do aumento da longevidade.

Por fim, as expectativas para os próximos anos concentram-se na consolidação do Fundo Municipal do Idoso e na implementação efetiva do Família Cuidadora, iniciativas consideradas essenciais para ampliar a rede de proteção e promover o bem-estar desse segmento populacional. Essas ações reforçam o compromisso da Secretaria em estruturar políticas intersetoriais capazes de

responder às demandas decorrentes do envelhecimento populacional, alinhando-se ao objetivo de fortalecer o desenvolvimento humano e regional.

O quadro a seguir apresenta a entrevista realizada com a Prefeita do Município de Taquara - RS e, logo após, as considerações sobre a fala.

Quadro 3 - Perguntas e Síntese das Respostas: Prefeita do Município de Taquara, RS

Pergunta	Síntese da resposta
1. De que forma o Município de Taquara percebe a pessoa idosa no contexto da sociedade?	A prefeita indicou que o Município valoriza a participação ativa dos idosos em diversas atividades, como eventos culturais e administração municipal. A criação do Fundo do Idoso visa fortalecer políticas públicas voltadas para essa população. Trecho da transcrição: <i>“Nós temos um carinho, um olhar muito atento... temos um maior respeito. Aqui está falando uma pessoa também acima dos 60 anos.”</i>
2. O Município de Taquara - RS recebe demandas, por parte dos idosos, para utilizar espaços de convívio ou serviços públicos que são disponibilizados pelo município? O Município possui informações sobre o número de pessoas idosas residentes na cidade?	A resposta indicou que o Município não possui dados exatos sobre a população idosa, mas atende demandas de espaços e atividades específicas, como academias ao ar livre e oficinas. Trecho da transcrição: <i>“Tem pedidos para resolver sim, e é justamente nessa questão física, de espaços adequados para fazerem atividade física.”</i>

3. Quais políticas praticadas pelo município que podem ser destacadas como ações que promovam o pleno acesso aos serviços essenciais, como saúde, lazer e assistência social na cidade, para os idosos?	A prefeita destacou a implementação de coleta de exames no interior, centros de convivência, corais e apoio financeiro a iniciativas comunitárias. Trecho da transcrição: <i>“A gente faz a coleta de sangue até o interior para facilitar a vida dos idosos...”</i>
4. Qual a situação atual do Conselho Municipal do Idoso e qual o seu papel desempenhado perante a Municipalidade? O Município tem ou pretende criar o Fundo Municipal do Idoso?	A prefeita indicou que o conselho precisa de reestruturação para maior eficiência. O Fundo Municipal do Idoso foi criado para captação de recursos, informando situação atual de inatividade. Trecho da transcrição: <i>“Vamos rever e reestruturar o Conselho Municipal do Idoso.”</i>
5. Existem entidades não governamentais que contribuem de alguma forma com ações voltadas para a população idosa?	A prefeita indicou que associações de moradores e empresas apoiam ocasionalmente. A reativação do Conselho do Idoso pode fortalecer essa parceria. Trecho da transcrição: <i>“Se tivermos um conselho que funcione... teremos pessoas que vão se envolver conosco com certeza.”</i>
6. O envelhecimento saudável se dá por diversas formas, como lazer, práticas de exercícios físicos, inclusive com a continuidade no mercado de trabalho. Como o município percebe a inserção e/ou manutenção do idoso no mercado	A prefeita destacou que o Município não possui políticas específicas, mas valoriza a permanência de idosos ativos no serviço terceirizado e em escolas.

de trabalho? Existe alguma ação, por parte do município, que promova o acesso dos idosos no mercado de trabalho?	Trecho da transcrição: <i>“Tem muito idoso disposto... esse trabalhar evita que tenhamos que fornecer medicamentos...”</i>
7. Na sua opinião, qual a importância do idoso para o desenvolvimento do município?	A prefeitura indicou que os idosos participam ativamente de eventos culturais e sociais, como o Natal Mágico, contribuindo para a identidade e economia local. Trecho da transcrição: <i>“Difilmente uma jovem vai poder se doar um ano inteiro, como as voluntárias idosas...”</i>
Existem práticas voltadas ao envelhecimento saudável?	A prefeitura informou que sim, como PICS (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde), atividades físicas com orientação profissional e criação de espaços públicos adequados. Trecho da transcrição: <i>“Estamos implementando essas práticas dentro das UBS e orientando as pessoas a participarem.”</i>
8. Qual o papel do Município para o desenvolvimento humano do idoso?	A resposta da prefeita indica que o Município reconhece a necessidade de um conselho atuante e busca melhorar suas políticas públicas para a população idosa. Trecho da transcrição: <i>“A forma como elaboramos um conselho nessa gestão</i>

	<i>foi falha, por não estruturar o conselho do idoso, impossibilitando a realização de ações específicas...”</i>
9. No seu entendimento, quais as maiores dificuldades que o município enfrenta para que os idosos tenham um envelhecimento ativo no município e quais as virtudes do município para propiciar bem-estar às pessoas acima de 60 anos?	A prefeitura destacou que o abandono de idosos é um problema crescente, exigindo respostas do poder público. A existência de centros de acolhimento é uma virtude. Trecho da transcrição: <i>“O abandono é uma dificuldade enorme e o município vai ter uma conta bem difícil de ser paga...”</i>
10. O município possui algum projeto a médio ou longo prazo voltado para a promoção do desenvolvimento humano da pessoa idosa residente no município?	A prefeita indicou que a reestruturação do Conselho Municipal do Idoso e a capacitação de agentes comunitários são prioridades. Trecho da transcrição: <i>“Precisamos divulgar as atividades... com o conselho participativo e atuante irá auxiliar.”</i>

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A entrevista realizada com a Prefeita de Taquara-RS permitiu identificar um conjunto de percepções e práticas que revelam como o Município compreende o envelhecimento e a inserção da pessoa idosa no contexto social. De modo geral, observa-se que a Administração Municipal atribui valor à participação ativa dos idosos, tanto em atividades culturais quanto em ações administrativas, reconhecendo sua contribuição histórica e social para a cidade.

A prefeita destacou que o idoso é visto com respeito e atenção, reforçando que a gestão busca, sempre que possível, contemplar suas demandas, especialmente no que se refere a espaços de convivência, academias ao ar livre e oficinas, elementos considerados pelos próprios idosos como fundamentais para a

saúde e o lazer. Em termos de acesso a serviços essenciais, identificou-se a ampliação da coleta de exames para os bairros do interior, a manutenção de centros de convivência, o incentivo a atividades culturais, como corais, e o apoio financeiro a iniciativas comunitárias, evidenciando ações que promovem inclusão e facilitam o cuidado em saúde.

Entretanto, alguns desafios se destacam. Um dos pontos centrais mencionados pela gestora foi a necessidade urgente de reestruturação do Conselho Municipal do Idoso, que esteve inativo nos últimos 4 (quatro) anos, o que compromete a articulação e o acompanhamento das políticas voltadas a essa população. A prefeita reconhece que a ausência de um conselho atuante enfraquece a implementação de ações mais específicas, além de dificultar a captação de recursos por meio do Fundo Municipal do Idoso, já instituído, mas sem funcionamento pleno.

O crescente problema do abandono de idosos, apontado como um desafio significativo para o Município, prevê a ampliação da demanda por acolhimento institucional, por meio do projeto família acolhedora, que será lançado no próximo ano (2026). Os centros de acolhimento são considerados essenciais para garantir proteção social adequada aos idosos, em consonância com a de proteção à velhice prevista na Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 1993).

A entrevista também evidenciou a importância das redes comunitárias, como associações de moradores e empresas locais, que contribuem com atividades voltadas ao público idoso quando mobilizadas. A prefeita destacou ainda a relevância econômica e cultural da participação dos idosos em eventos comunitários, afirmando que a dedicação e o envolvimento desse grupo são fundamentais para iniciativas como o Natal Mágico, que fortalecem a identidade local. Quanto ao envelhecimento saudável, o Município desenvolve iniciativas como Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), atividades físicas orientadas e implantação de espaços públicos adequados, reconhecendo a importância da promoção da saúde de forma preventiva.

Apesar disso, a gestora reconhece que ainda não existem políticas estruturadas de inserção ou reinserção da pessoa idosa no mercado de trabalho, embora valorize os casos de idosos que permanecem ativos em atividades terceirizadas e escolas, ressaltando os benefícios físicos e emocionais gerados pelo trabalho na velhice. A perspectiva para os próximos anos inclui a reativação do

Conselho Municipal do Idoso, a capacitação de agentes comunitários de saúde e a ampliação da divulgação das atividades já existentes, especialmente para os bairros do interior do município. De modo geral, as respostas da prefeita evidenciam uma gestão que reconhece a importância da população idosa para o desenvolvimento local, mas que enfrenta limitações institucionais e estruturais, exigindo avanços na coordenação das políticas públicas e no fortalecimento das instâncias de participação social.

A previsão de estruturação para uma atuação efetiva do Conselho Municipal do Idoso, mostra-se imprescindível para o aprimoramento das políticas públicas locais, por se tratar de um espaço institucional de participação, deliberação e controle social. Os conselhos permitem que diferentes atores como, governo, sociedade civil e representantes da população idosa, contribuam para a definição de prioridades, monitoramento das ações e fiscalização da aplicação de recursos, fortalecendo a governança democrática.

Estudos recentes indicam que os conselhos, quando estruturados e ativos, contribuem significativamente para a construção de políticas mais adequadas às necessidades dos usuários, pois permitem o diálogo permanente entre gestores e comunidade. Fernandes e Andrade (2019) destacam que os Conselhos Municipais do Idoso desempenham papel estratégico na defesa de direitos, na medida em que possibilitam o compartilhamento de responsabilidades e a elaboração coletiva de soluções para os desafios vivenciados pelos idosos.

Dessa forma, a efetividade dessas instituições depende de sua organização interna, capacitação dos conselheiros e reconhecimento institucional. Nesse sentido, a reativação e o fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso em Taquara constituem passos essenciais para assegurar maior participação social, qualificar a gestão e ampliar a capacidade do Município em desenvolver ações integradas e alinhadas às demandas da população idosa.

Na sequência, o próximo quadro apresenta as perguntas e respostas obtidas no grupo focal realizado com os idosos participantes da informática para a terceira idade, permitindo ampliar a compreensão das percepções e experiências dos próprios idosos acerca das políticas públicas municipais.

Quadro 4 – Perguntas e Sínteses de Respostas: Participantes do Projeto Informática para Terceira Idade – Grupo Focal

Pergunta	Síntese da resposta e transcrição
1. Na percepção de vocês, o que é ser uma pessoa idosa?	P1 (mulher, 65 anos): Enxerga a velhice como uma fase de mais liberdade e oportunidades, após anos de dedicação ao trabalho e à família. Acredita que a idade está mais ligada à mentalidade do que ao número de anos vividos. Trecho da transcrição: <i>"Agora a gente aposentado, com experiência para auxiliar os filhos, auxiliar os netos, dá para aproveitar melhor a vida."</i> P2 (mulher, 69 anos): Destaca que agora pode aproveitar a vida, viajar e participar de grupos de apoio. Trecho da transcrição: <i>"Acho que é uma coisa muito boa e a oportunidade que temos nos grupos de apoio que oferecem esses momentos para interagir."</i>
2. Dentro do conceito que vocês têm de pessoas idosas, como vocês se sentem inseridos na sociedade? Como se dá essa inserção?	P1: Sente-se bem inserida, especialmente ao reencontrar amigos. Trecho da transcrição: <i>"A gente está reencontrando colegas de trabalho e escola."</i>

	P2: Sempre foi comunicativa e não percebe exclusão. Trecho da transcrição: <i>"Eu sempre fui muito de conversar, de interagir, então eu me sinto muito bem."</i>
3. Quais as atividades no dia-a-dia que vocês mais gostam de fazer?	P1: Ginástica e visitas sociais. <i>"Prefiro ir visitar alguém que está precisando de uma conversa."</i> P2: Leitura, artesanato e interação social. Trecho da transcrição: <i>"Sempre estou envolvida com crochê e tricô."</i>
4. O Município de Taquara oferece opções de lazer que satisfaçam plenamente as pessoas idosas?	Participante 1: Destaca as atividades físicas no Parcão. Trecho da transcrição: <i>"Era muito bom, mas depois da pandemia não fui mais."</i> P2: Lembra do antigo clube de mães, mas sente falta de outras opções. Trecho da transcrição: <i>"Existia um clube de mães, mas não sei se ainda existe"</i>
5. Em termos de atendimento à saúde e demais serviços assistenciais, a cidade	P1: Acha que há demoras em consultas especializadas.

oferece condições adequadas para os idosos?	Trecho da transcrição: <i>“Mas acho que falta muita coisa ainda de prioridades, de ser mais rápida as chamadas para consulta, alguma especialidade”</i> P2: Espera por uma cirurgia há meses e percebeu mais agilidade no período eleitoral. Trecho da transcrição: <i>“Eu tô esperando desde abril, por uma cirurgia de catarata (7 meses) e até agora não aconteceu. A culpa é do GERCOM, nunca a culpa é deles aqui, mas, não sei.”</i>
6. Como é o mercado de trabalho na idade de vocês, há oportunidades em Taquara?	P1: Nota que poucos idosos trabalham, mas não há divulgação de vagas. Trecho da transcrição: <i>“Eu já vi mais pessoas trabalhando, mas não sei se tem”</i> P2: Já viu idosos no comércio, mas sem muitas oportunidades. Trecho da transcrição: <i>“Já vi uma idosa no supermercado trabalhando”</i>
7. Vocês sentem que há um preconceito da sociedade em função de já estarem na terceira idade ou isso não acontece?	P1 P2: Não percebem preconceito. Trecho da transcrição: <i>“Vejo que não tem preconceito. Nunca senti isso.”</i>
8. Vocês conhecem a Secretaria de Desenvolvimento Social? Se sim, qual	P1: Não tem muito conhecimento.

ação ou participação deles em determinado assunto, vocês têm conhecimento?	Trecho da transcrição: <i>“Não conheço muito bem, não tive contato.”</i> P2: Já ouviu falar. Trecho da transcrição: <i>“Já ouvi falar.”</i>
9. Se vocês tivessem que escolher um ponto específico para melhorar na cidade de Taquara - RS, que visa proporcionar uma vida mais agradável à pessoa idosa, o que seria? O que já é oferecido e que deve permanecer?	P1: Melhor atendimento na saúde e mais espaços de convivência. Trecho da transcrição: <i>“Eu até penso na área da saúde, mais apoio aos idosos, tanto doença como psicológica, às vezes a pessoa só precisa conversar. Um centro de convivência. Tem psicólogo na vila, mas é demorado.”</i> P2: Agilidade na saúde e mais apoio psicológico. Trecho da transcrição: <i>“Um pouco mais de agilidade em certas coisas na área da saúde.”</i>
10. Vocês entendem que as políticas públicas voltadas ao idoso, promovidas no município de Taquara auxiliam no desenvolvimento humano dos idosos? De que forma?	P1 e P2: Sim, ajudam na socialização, mas precisam de mais acessibilidade. Trecho da transcrição: <i>“Acredito que sim. Tanto físico como para mente, às vezes as pessoas estão em seu mundo fechado e precisam sair para se manter ativa”</i> Trecho da transcrição: <i>“Acredito que sim. Sair de casa para fazer algo é importante. Ficar só dentro de casa não</i>

	<i>é bom. A convivência com as pessoas é importante, sair de casa.”</i>
--	---

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise das respostas obtidas no grupo focal com os idosos participantes do projeto Informática para a Terceira Idade revela percepções significativas sobre o envelhecimento, a inserção social e as demandas das pessoas idosas residentes no Município de Taquara. As participantes compreendem a velhice como uma fase positiva da vida, marcada por maior liberdade pessoal após anos dedicados ao trabalho e ao cuidado familiar. O envelhecimento, para elas, associa-se menos à perda de capacidades e mais à possibilidade de “aproveitar a vida”, viajar e contribuir com a família, sobretudo no auxílio aos filhos e netos. Essa perspectiva reforça concepções contemporâneas sobre envelhecimento ativo, nas quais autonomia, bem-estar e participação social constituem elementos centrais dessa etapa da vida, conforme destaca Sen (2000).

No que se refere à inserção social, as participantes relataram sentir-se incluídas e valorizadas em suas relações cotidianas. Destacam o prazer em reencontrar colegas de escola e trabalho, bem como a facilidade em interagir socialmente, indicando a manutenção de vínculos afetivos e comunitários que fortalecem sua sensação de pertencimento. Essa percepção dialoga com a literatura que reconhece a convivência social como fator essencial para o desenvolvimento humano na velhice, contribuindo para o bem-estar psicológico, a manutenção da autonomia e a construção de sentidos positivos sobre essa etapa da vida. Conforme destacam Mantovani, Lucca e Neri (2016), a qualidade das relações sociais e a participação em atividades coletivas estão significativamente associadas ao bem-estar subjetivo, influenciando diretamente a satisfação com a vida e a forma como os idosos atribuem significado ao envelhecimento. Assim, a valorização da convivência e dos vínculos comunitários constitui elemento central para promover o envelhecimento ativo e saudável.

Quanto às atividades de rotina, evidenciam-se práticas diversificadas que incluem exercícios físicos, visitas a pessoas conhecidas, leitura, artesanato e participação em grupos sociais. As menções às atividades físicas no Parcão e ao

antigo clube de mães demonstram que espaços comunitários têm papel relevante na rotina das participantes, ainda que algumas dessas iniciativas tenham sido reduzidas ou descontinuadas após a pandemia. A valorização dessas atividades reforça a importância de equipamentos públicos que promovam lazer, convivência e promoção da saúde.

Apesar das percepções positivas sobre o envelhecimento e a convivência social, foram apresentadas críticas importantes relacionadas ao atendimento em saúde. As participantes apontam demora para consultas especializadas, dificuldades no agendamento e espera prolongada por procedimentos, como cirurgias. Esse cenário evidencia a necessidade de maior agilidade e eficiência na rede pública, especialmente considerando que o acesso adequado aos serviços de saúde é elemento fundamental para a garantia de um envelhecimento digno. Também aparece como demanda significativa a ampliação do atendimento psicológico, visto que muitas pessoas idosas necessitam de apoio emocional ou, muitas vezes, apenas de espaços de escuta técnica.

No que se refere ao mercado de trabalho, as participantes relatam poucas oportunidades de emprego para pessoas idosas e baixa divulgação de vagas, embora mencionem a presença de alguns idosos em atividades comerciais. Apesar disso, não relatam vivência de preconceito etário, mencionando sentir-se respeitadas no convívio social. A ausência de percepção de discriminação, entretanto, não impede que persistam barreiras estruturais à reinserção laboral, frequentemente naturalizadas e pouco discutidas. Singer (2010) destaca que o acesso ao trabalho digno com renda deve ser garantido pelo Estado, uma vez que possibilita a ampliação das capacidades humanas e favorece maior autonomia à pessoa.

Dessa forma, observa-se que, embora as participantes não identifiquem diretamente situações de preconceito, a escassez de políticas específicas e a falta de iniciativas voltadas à inclusão produtiva de pessoas idosas revelam um cenário em que o direito ao trabalho ainda não se materializa plenamente, reforçando a necessidade de ações públicas que promovam condições efetivas de permanência ou retorno ao mercado de trabalho para essa população.

Um ponto relevante identificado no grupo focal é o desconhecimento sobre as ações da Secretaria de Desenvolvimento Social, o que indica falhas de comunicação institucional e desafios para a divulgação das políticas públicas existentes. Essa

lacuna compromete o acesso da população idosa a programas e serviços que poderiam atender suas necessidades, reforçando a importância de ampliar estratégias de comunicação e aproximação com a comunidade. Beck (2011) indica a exclusão digital como forma de aumento das desigualdades, sobretudo quando parcela da população permanece à margem dos fluxos de informação e das tecnologias que mediam o acesso a direitos.

Nesse sentido, o desconhecimento das políticas públicas por parte das participantes revela não apenas uma falha comunicacional, mas um fator de vulnerabilidade que limita o exercício pleno da cidadania. Torna-se imprescindível que o poder público desenvolva ações de comunicação acessíveis, contínuas e adequadas ao perfil da população idosa, garantindo que informações essenciais sobre serviços, benefícios e oportunidades estejam amplamente disponíveis e compreensíveis, contribuindo para maior alcance das políticas e para a redução de desigualdades informacionais.

Por fim, ao serem questionadas sobre melhorias necessárias no Município, as participantes enfatizaram a necessidade de maior agilidade nos serviços de saúde, ampliação do apoio psicológico e criação de mais espaços de convivência. Em relação às políticas públicas voltadas ao idoso, reconhecem que as iniciativas existentes contribuem para a socialização e para a manutenção da saúde física e mental, embora ainda insuficientes para atender plenamente às demandas da população idosa. Reafirmam, assim, a importância de políticas que incentivem a participação social, promovam atividades regulares e garanta maior acessibilidade aos serviços.

Pogge (2005) esclarece que o desenvolvimento humano está ligado à concretização de direitos básicos, como o acesso à saúde, moradia e alimentação, o que reforça que avanços nas políticas municipais dependem da efetiva garantia desses direitos. Aprimorar os serviços ofertados e ampliar a cobertura das ações voltadas ao envelhecimento não é apenas uma demanda local, mas um requisito para assegurar condições dignas de vida durante o envelhecimento.

O próximo grupo focal foi realizado com os residentes do Lar Oase, instituição reconhecida no Município de Taquara - RS pelo seu trabalho com o cuidado de idosos. O nome Lar Oase significa Lar da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas de Taquara, em homenagem às senhoras que contribuíram financeiramente e com serviços para manter a instituição. As perguntas e síntese

das respostas estão elencadas no Quadro 5 a seguir e, logo após, as considerações sobre as percepções das respostas.

Quadro 5 – Perguntas e Sínteses de Respostas: Residentes do Lar Oase – Grupo Focal

Pergunta	Síntese da resposta e transcrição
1. Na percepção de vocês, o que é ser uma pessoa idosa?	Os participantes apresentaram visões diversas, desde limitações físicas (P4), até envelhecimento ativo com memória e interação social (P2, P5, P6, P3). Trecho da transcrição: P4 <i>"Uma pessoa que não pode mais fazer os serviços, quanto mais idade mais debilitada."</i> Trecho da transcrição: P2 <i>"Ser uma pessoa lúcida, de boa memória e tranquila."</i> Trecho da transcrição: P5 <i>"Ser uma pessoa que continua em atividades, não importando a idade."</i> Trecho da transcrição: P6 <i>"Tenho saúde plenamente, memória, a mesma de quando era jovem."</i> Trecho da transcrição: P3 <i>"Sou amigo de todo mundo, gosto de sair para conversar, sou amigo de todo mundo, gosto de visitar pessoas, fico contente com isso." e "Conheço várias pessoas, sou tratado muito bem, vou à praça, ao centro, e continuo interagindo."</i>

2. Dentro do conceito que vocês têm de pessoas idosas, como vocês se sentem inseridos na sociedade? Como se dá essa inserção?	<i>Muitos relataram facilidade de interação social (P3, P8), mas também apontaram que o apoio familiar/governamental é importante (P6).</i> <i>Trecho da transcrição: P3 "Pra mim não é nada difícil, sempre dou um jeito de fazer as coisas, interagir." e "Sendo espontâneas e procurando interagir e conversar com pessoas."</i> <i>Trecho da transcrição: P6 "Às vezes a omissão dos governantes atrapalha um pouco a interação, cabe às pessoas e aos familiares estar auxiliando na interação."</i> <i>Trecho da transcrição: P1: "Servindo ao próximo, como a si mesmo, em atos e ações e pensamentos, para que o próximo também tenha saúde e possa viver plenamente."</i> <i>Trecho da transcrição: P8 "Gosto de me envolver e ser alegre, procuro falar coisas positivas, estar com pensamentos bons para poder interagir com outras pessoas. Gosto de transmitir palavras alegres para o próximo, cantar e sempre estou fazendo o possível para ver as pessoas à minha volta sorrindo. Nós dependemos quase que totalmente dos outros. Ao dar um bom dia sorrindo já é</i>
--	--

	<i>uma grande atitude para alegrar o próximo."</i>
3. Quais as atividades no dia-a-dia que vocês mais gostam de fazer?	Foram destacadas atividades variadas como caminhada, crochê, leitura, orar, conversar, assistir TV, interagir. Envolvimento social e manutenção da mente ativa são destaques. Trecho da transcrição: P10: <i>"Gosto de olhar televisão, escutar rádio."</i> Trecho da transcrição: P9: <i>"Gosto de fazer atividade física, essas coisas. Gosto de interagir com as pessoas, conversar." e "Eu sempre me comuniquei com todos, de todas as idades. Tenho mais experiência de cada coisa, não tenho formação, mas tenho muita convivência com todos."</i> Trecho da transcrição: P5: <i>"Gosto muito de receber a visita dos amigos, da família, sou muito grata a Deus pois aqui nos sentimos uma família."</i> Trecho da transcrição: P2: <i>"Gosto de fazer meu ritual diário, com minhas orações, minha ginástica e isso me faz bem para continuar a vida todos os dias."</i> Trecho da transcrição: P3: <i>"Gosto de fazer caminhada, cantar, e conversar</i>

	<i>com o próximo, com muita alegria. Leitura bíblica e leitura de livros."</i> Trecho da transcrição: P6 <i>"Fazer leituras, para exercitar a mente."</i> Trecho da transcrição: P7: <i>"Além das amizades, ocupo a memória fazendo crochê todos os dias."</i> Trecho da transcrição: P8 <i>"Gosto de ter pensamentos positivos, criar frases bonitas, todos os dias, pego algumas frases, anoto e compartilho com meus colegas. Gosto de conversar e passear."</i> Trecho da transcrição: P4 <i>"Gosto de estar no residencial, pois os filhos não moram perto. Então estar entre pessoas, convivendo é muito bom, meditar, fazer ginástica."</i>
4. O Município de Taquara oferece opções de lazer que satisfaçam plenamente as pessoas idosas?	Verificou-se que alguns reconhecem benefícios como transporte gratuito e descontos (P8), outros não conhecem muito ou citam pequenas melhorias (P3, P9). Trecho da transcrição: P3 <i>"Não conheço, mas sei que o idoso tem preferência para estacionar, como por exemplo, ir ao banco ou médico e não tem lugar para estacionar. Com isso, auxilia os idosos essa vaga já reservada."</i>

	Trecho da transcrição: P8 <i>"Transporte público gratuito para os idosos. Preferência em filas. Descontos em remédio."</i> Trecho da transcrição: P9 <i>"Atividades físicas no parque."</i>
5. Em termos de atendimento à saúde e demais serviços assistenciais, a cidade oferece condições adequadas para os idosos?	A maioria relata bom atendimento, com ressalvas quanto à demora (P7, P5), mas com acesso garantido, inclusive com encaminhamentos a outras cidades. Trecho da transcrição: P3 <i>"Não conheço muito bem a cidade, mas já utilizei a saúde e sempre fui bem atendido."</i> Trecho da transcrição: P8 <i>"Já precisei ser atendida várias vezes, e fui muito bem atendida. Tem coisas para melhorar, pois às vezes a espera é longa, mas temos acesso à saúde." e "Tenho acesso à saúde privada, então sempre fui muito bem atendido, inclusive aqui no residencial. Tive problemas de saúde, perdendo peso, e com o tratamento adequado, recuperei o peso e a saúde. Minha irmã quebrou o fêmur, foi para o hospital e foi muito bem tratada, recebendo o tratamento adequado."</i> P7: <i>"Vejo que poderia ser mais ágil, mas como tem muitas pessoas precisando é</i>

	<i>normal a demora no atendimento, na saúde privada também demora."</i> Trecho da transcrição: P5 <i>"Fui levada até Porto Alegre pelo município de Taquara para receber o tratamento que eu precisava. Não tinha o especialista de dermatologia aqui na cidade, mas me deram o suporte para consultar em Porto Alegre, me buscaram aqui, me trouxeram e fui muito bem atendida. A espera é cerca de 1 a 2 meses para conseguirmos o devido atendimento na saúde, mas acontece, tem coisas que funcionam."</i> Trecho da transcrição: P9 <i>"Estou sendo sempre muito bem atendida, tenho convênios então o atendimento é bom."</i>
6. Como é o mercado de trabalho na idade de vocês, há oportunidades em Taquara?	Muitos relataram continuar trabalhando após aposentadoria, em diversas áreas. Há reconhecimento da importância da boa vontade e experiência. Trecho da transcrição: P3: <i>"Depois dos 70 anos, eu continuei ativo, fazendo artesanato, quadros com borboletas."</i> Trecho da transcrição: P9: <i>"Vejo que há opções de continuar trabalhando."</i> Trecho da transcrição: P7: <i>"Sempre trabalhei, trabalhava como costureira de calçados, inclusive após se aposentar."</i>

	Trecho da transcrição: P4: <i>"Trabalhei inclusive após se aposentar. Trabalhava auxiliando o governador, iniciei com 20 e trabalhei por 27 anos no governo, até me aposentar."</i> Trecho da transcrição: P6: <i>"Me aposentei com 50 anos. Depois de 30 anos de serviço. Continuei trabalhando e comandando equipes, fui o pioneiro em serviços de supermercados, em Porto Alegre. Já trabalhei em diversas áreas. As pessoas precisam ter boa vontade, isso faz a diferença."</i> Trecho da transcrição: P8: <i>"Trabalhei até meus 70 e poucos anos, na área da saúde. Com o avanço da idade, fui diminuindo os horários de trabalho, mas me foi dada a oportunidade de trabalhar até o momento que decidi parar."</i>
7. Vocês sentem que há um preconceito da sociedade em função de já estarem na terceira idade ou isso não acontece?	Em sua maioria, os idosos relataram não sofrer preconceito, embora um tenha citado olhares de indiferença (P3). Trecho da transcrição: P8: <i>"Isso não existe. Nunca senti isso."</i> Trecho da transcrição: P9: <i>"Não importa a idade, sempre fui respeitada."</i> Trecho da transcrição: P3: <i>"Tem pessoas que percebo olhar com indiferença."</i>

	Trecho da transcrição: P4: <i>"Não sinto preconceito, todos me tratam bem."</i> Trecho da transcrição: P5: <i>"Não percebo preconceito."</i>
8. Vocês conhecem a Secretaria de Desenvolvimento Social? Se sim, qual ação ou participação deles em determinado assunto, vocês têm conhecimento?	Poucos conhecem a secretaria ou suas ações. A maioria demonstrou desconhecimento. Trecho da transcrição: P3: <i>"Não conheço."</i> Trecho da transcrição: P9: <i>"Conheço, mas não sei ações que foram realizadas."</i> Trecho da transcrição: P1: <i>"Não conheço, nem sei quem é o secretário."</i>
9. Se vocês tivessem que escolher um ponto específico para melhorar na cidade de Taquara - RS, que visa proporcionar uma vida mais agradável à pessoa idosa, o que seria? O que já é oferecido e que deve permanecer?	Segurança pública e melhoria nas calçadas e praças são os principais pontos. Alguns destacam que o que já existe é positivo (P6, P3). Trecho da transcrição: P8: <i>"Que a cidade fosse mais protegida, a gente fica sabendo que tem muito roubo e drogas."</i> Trecho da transcrição: P3: <i>"Para mim está tudo bom."</i> Trecho da transcrição: P5: <i>"Acho que a segurança poderia ser melhor."</i> Trecho da transcrição: P2: <i>"As ruas deveriam ser melhores, pois pode</i>

	<i>acontecer algum acidente, já que temos um pouco de dificuldade de caminhar."</i> Trecho da transcrição: P4: <i>"As ruas realmente são irregulares. É difícil de caminhar."</i> Trecho da transcrição: P7: <i>"Algumas praças não são protegidas, com segurança." e "Deveria ter mais praças para que os idosos pudessem frequentar. Deveria ter uma praça aqui mais próximo do lar."</i> Trecho da transcrição: P6: <i>"O parque é bonito, a praça em frente à rodoviária está linda. Deve ter mais lugares assim."</i> Trecho da transcrição: P9: <i>"Não dá para andar sozinha na rua, é perigoso cair, pois tem calçadas irregulares. Devia melhorar isso."</i>
10. Vocês entendem que as políticas públicas voltadas ao idoso, promovidas no município de Taquara auxiliam no desenvolvimento humano dos idosos? De que forma?	A maioria considera que há melhorias e ações positivas, especialmente em saúde e infraestrutura. Alguns, por estarem em lar de idosos, não se sentem beneficiados diretamente. Trecho da transcrição: P2: <i>"Não beneficia diretamente nós idosos residentes do lar, pois estamos presos aqui, mas aos demais idosos e à coletividade, é muito bom ter atividades para a melhora da saúde, ruas adequadas."</i>

	Trecho da transcrição: P9: <i>"Melhorou muito a cidade, lembro de como era no passado e agora tem muitos recursos para nós. A cidade está crescendo e melhorando a cada dia. Esses parques são muito importantes para nós. Todos são bem atendidos na saúde."</i> Trecho da transcrição: P8: <i>"Acredito que a cidade tem bastante coisa positiva beneficiando a gente, a gente se sente bem cuidado."</i> Trecho da transcrição: P7: <i>"A saúde é boa, pode melhorar mas acredito que é difícil em todos os lugares."</i> Trecho da transcrição: P3: <i>"Não temos muito acesso às atividades desenvolvidas pelo município, mas sinto que o que tem é suficiente."</i> Trecho da transcrição: P6: <i>"Os parques, as atividades físicas ajudam na melhora da vida do idoso, nos sentimos ativos com isso."</i>
--	--

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise das respostas dadas pelos participantes do grupo focal com os residentes do Lar Oase evidencia um conjunto de percepções que refletem tanto a diversidade do envelhecimento quanto os desafios enfrentados pela população idosa institucionalizada. Diferentemente do grupo focal Informática para Terceira Idade e do Grupo Coral Viva a Vida, os residentes do lar em sua grande maioria são idosos com algum tipo de debilidade física, sendo que sua interação fica quase que restrita ao ambiente do Lar e com familiares que realizam visitas. Além disso, a maioria

possui plano de saúde particular, resultando em uma percepção positiva quanto à qualidade dos serviços de saúde que tem acesso.

Quando questionados sobre o significado de ser uma pessoa idosa, apresentaram visões distintas que vão desde a compreensão do envelhecimento como período de limitações físicas, até percepções relacionadas à vitalidade, autonomia e manutenção da memória. Essa diversidade reforça que o processo de envelhecer é plural e subjetivo, podendo coexistir, em um mesmo grupo, narrativas de fragilidade e, simultaneamente, de envelhecimento ativo e saudável. Para Bobbio (1997), essa concepção subjetiva sobre o envelhecimento é apresentada como perspectiva psicológica, quando a pessoa possui percepções específicas sobre o que é a velhice. Também se destacam concepções centradas no convívio social e na alegria de interagir, revelando que a identidade na velhice é construída não apenas por condições físicas, mas também pela forma como os idosos se percebem inseridos no tecido social.

No que se refere à inserção na sociedade, os participantes relataram facilidade de interação e manutenção de vínculos sociais, enfatizando atitudes positivas e disposição para o convívio. Entretanto, apresentaram também percepções de que a participação social depende de apoio tanto dos familiares quanto do poder público, ao ser mencionada a omissão governamental em alguns aspectos. Essas falas indicam que, embora parte do grupo se perceba integrada socialmente, há consciência da necessidade de políticas de fortalecimento das redes de apoio e de cuidado, especialmente para idosos residentes em instituições.

As atividades cotidianas preferidas pelos participantes revelam um conjunto variado de práticas que combinam lazer, espiritualidade, interação social e estimulação cognitiva. Caminhadas, crochê, leituras, conversas, criação de frases motivacionais, orações e atividades físicas compõem um repertório que evidencia a importância de manter a mente e o corpo ativos. Essas atividades não apenas reforçam o sentimento de autonomia, como também fortalecem vínculos sociais dentro do próprio lar, revelando que, mesmo em contexto institucional, os idosos buscam formas de participação e expressão pessoal.

Quando refletiram sobre as opções de lazer oferecidas pelo Município, muitos demonstraram desconhecimento ou restrito acesso às atividades externas, o que pode estar relacionado tanto à condição de institucionalização quanto à falta de informação. Entretanto, foram mencionados aspectos positivos, como o transporte

público gratuito, a preferência em filas e algumas iniciativas de atividade física. A percepção limitada sobre as opções de lazer também aparece associada à necessidade de melhorar a comunicação institucional e desenvolver estratégias de aproximação entre o Município e os idosos residentes em lares.

No campo da saúde, as falas indicam satisfação com o atendimento recebido, ainda que acompanhada de críticas relativas ao tempo de espera. Destaca-se que vários participantes relataram ter acesso garantido, inclusive a serviços especializados em outras cidades, o que reforça a importância de redes regionais de atenção à saúde. Ao mesmo tempo, as falas revelam que, além da garantia formal de atendimento, a experiência prática do cuidado envolve tempo, deslocamento e disponibilidade de profissionais, pontos que ainda podem ser aprimorados.

Em relação ao mercado de trabalho, muitos relataram experiências de continuidade laboral após a aposentadoria, desempenhando funções diversas e reconhecendo a importância da boa vontade, da experiência acumulada e da disposição pessoal para permanecerem ativos. Apesar disso, é perceptível que se trata de uma participação individualizada, não necessariamente vinculada a oportunidades estruturadas de reinserção no mercado, o que reforça a necessidade de políticas mais amplas de valorização da pessoa idosa no mundo do trabalho. Ainda que não tenham relatado vivências de preconceito etário, exceto um relato pontual de indiferença, é importante reconhecer que a ausência de percepção não significa inexistência de barreiras sociais e estruturais.

Outro ponto relevante é o desconhecimento generalizado sobre a Secretaria de Desenvolvimento Social e suas ações. A baixa familiaridade dos participantes com o órgão indica fragilidades na comunicação institucional e limitações quanto ao acesso à informação, o que compromete a participação cidadã e a efetivação dos direitos previstos na política de assistência social. A lacuna demonstra que, mesmo havendo iniciativas municipais voltadas à população idosa, elas não têm chegado de forma clara aos residentes do Lar Oase.

Sobre as melhorias necessárias no Município, os idosos apontaram especialmente questões relacionadas à segurança pública, à acessibilidade urbana e à ampliação de praças e espaços de convivência. Calçadas irregulares, risco de quedas e falta de áreas verdes próximas ao lar foram mencionados repetidamente, assim como a importância de manter parques e estruturas já existentes. Essas

demandas reforçam que o envelhecimento ativo depende tanto da oferta de serviços públicos quanto de um ambiente urbano acessível e seguro.

Ao avaliarem se as políticas públicas municipais para a pessoa idosa contribuem para o desenvolvimento humano, os participantes reconheceram avanços em áreas como saúde e infraestrutura, especialmente no que se refere à criação de parques e à ampliação de serviços. Contudo, alguns relataram não sentir esses benefícios de forma direta por residirem em uma instituição, o que revela desigualdades dentro da própria população idosa. As falas indicam que, embora haja iniciativas positivas, seu alcance ainda é limitado, sobretudo para idosos institucionalizados, que dependem fortemente de mediação externa para acessar atividades comunitárias.

A interpretação conjunta das respostas demonstra que os residentes do Lar Oase percebem o envelhecimento de forma diversa, mantendo vínculos sociais, ainda que limitados pela situação de institucionalização, buscando atividades que promovem bem-estar físico e mental. Embora relatem boa inserção social e atendimento em saúde, identificam importantes desafios, especialmente relacionados à comunicação institucional, à acessibilidade urbana, ao lazer e ao apoio governamental. Essas constatações reforçam a necessidade de ampliar políticas públicas que garantam não apenas a existência de serviços, mas sua efetiva acessibilidade, promovendo inclusão, autonomia e desenvolvimento humano para todos os idosos, incluindo aqueles que vivem em instituições de longa permanência.

Para aprofundar a compreensão sobre as experiências dos idosos e identificar convergências e especificidades entre diferentes grupos, o Quadro 6, a seguir, apresenta as perguntas e a síntese das respostas obtidas no grupo focal realizado com as participantes do Coral Viva a Vida.

Quadro 6 – Perguntas e Sínteses de Respostas: Coral Viva a Vida – Grupo Focal

Pergunta	Síntese da resposta e transcrição
Na percepção de vocês, o que é ser uma pessoa idosa?	A maioria dos participantes associa ser idoso a viver com gratidão, manter-se ativo e integrado na sociedade. Destacaram a importância de

	participação nos grupos, como coral, igreja e Sesc. Alguns relatam aspectos negativos, como sentir-se excluídos. Trecho da transcrição: <i>P13: "A velhice atualmente, aqui no Brasil, é uma idade colocada de escanteio", mas, em geral, prevalece a percepção de que ser idoso é bom"</i> Trecho da transcrição: <i>P6: "viver um dia de cada vez",</i> Trecho da transcrição: <i>P5: "não parar para não enferrujar" e</i> Trecho da transcrição: <i>P15: "ter vontade de viver".</i>
Dentro do conceito que vocês têm de pessoas idosas, como vocês se sentem inseridos na sociedade? Como se dá essa inserção?	A maioria dos participantes se sente inserida na sociedade, especialmente por meio das atividades em que participam e as atividades sociais são vistas como essenciais para essa inserção. Trecho da transcrição: <i>P1: "Me sinto bem",</i> Trecho da transcrição: <i>P4: "Participo do Sesc, do coral, da igreja".</i> Trecho da transcrição: <i>P7: "Me sinto participante, sempre que quero consigo ir nos lugares, fazer atividades, participar do coral."</i>

	Trecho da transcrição: P8: <i>“Também me sinto inserida. Acho que aqui no coral é o principal local que posso interagir com as amigas.”</i> Trecho da transcrição: P9: <i>“Estou inserida, estou aqui participando.”</i> Trecho da transcrição: P10: <i>“Adoro participar das atividades que são oferecidas pelo Sesc e pela FACCAT”</i> Trecho da transcrição: P14: <i>“Sim, participo aqui do coral e do sesc”</i> Trecho da transcrição: P15: <i>“Sim. Estou ativa.”</i>
Quais as atividades no dia-a-dia que vocês mais gostam de fazer?	As atividades mais citadas são: participar do coral, estar com a família e amigos, jogar canastra, caminhar, frequentar a igreja e fazer atividades no Sesc. A interação social é o principal motor de bem-estar. Trecho da transcrição: P1: <i>“Participar do Coral”</i> Trecho da transcrição: P2: <i>“Jogar Canastra, atividades de lazer”</i>

	Trecho da transcrição: P3: <i>“Adoro pescar”</i> Trecho da transcrição: P4: <i>“Gosto de participar do Coral.”</i> Trecho da transcrição: P12: <i>“Gosto de passear, estar com a família e participar do Coral.”</i> Trecho da transcrição: P13: <i>“Gosto de participar do coral, estar com as amigas, interagir com pessoas.”</i> Trecho da transcrição: P14: <i>“Gosto de ir a igreja, estar aqui no coral”</i> Trecho da transcrição: P15: <i>“Participo do coral, estar com a família e amigos é o que mais gosto. Fazer atividades ao ar livre.”</i>
O Município de Taquara oferece opções de lazer que satisfaçam plenamente as pessoas idosas?	A percepção geral dos idosos é que não satisfaz plenamente. A maioria afirma que "precisa melhorar", que há poucas opções, restritas ao "parcão", e que faltam atividades nos bairros, com acompanhamento adequado. Trecho da transcrição: P4: <i>“Precisa ter mais atividades. Mais atividades nas praças, acompanhada por um professor, que sabe nos orientar para não fazermos errado.”</i> Trecho da transcrição: P8: <i>“Acho que tem que melhorar. Só tem a ginástica no parcão.”</i> Trecho da transcrição: P10: <i>“Muitos bairros não têm fisioterapia, deveria ter. Acho que precisa melhorar”</i> Trecho da transcrição: P14: <i>“Acho que poderiam investir mais em atividades. É pouco.”</i>

	Trecho da transcrição: P1: <i>“Acho que é só o parcão que tem atividade. Acho que não é suficiente.”</i> Trecho da transcrição: P15: <i>“Não sei quais são as atividades, mas tem que melhorar para termos acesso e saber o que acontece.”</i> Trecho da transcrição: P11: <i>“Acho que poderia ter mais atividades. Deveria ter ajuda psicológica também.”</i>
Em termos de atendimento à saúde e demais serviços assistenciais, a cidade oferece condições adequadas para os idosos?	A maioria considera que os serviços precisam melhorar muito, principalmente no que diz respeito a demora em exames, falta de médicos e dificuldade para agendar consultas: <i>“Tá feia a coisa”, “Fila de espera de um ano”, “Sempre que precisei fui bem atendida”</i> (ponto isolado e positivo). Trecho da transcrição: P4: <i>“A gente tem que marcar médico para poder ser atendida, tem que melhorar.”</i> Trecho da transcrição: P11: <i>“Sempre que precisei, fui bem atendida.”</i> Trecho da transcrição: P14: <i>“Tem que melhorar, demora muito para ser atendida.”</i> Trecho da transcrição: P12: <i>“Não dá para agendar, tem que melhorar.”</i> Trecho da transcrição: P8: <i>“Os exames demoram, tem que esperar muito tempo, tem fila de espera de 1 ano, no mínimo.”</i>

Como é o mercado de trabalho na idade de vocês, há oportunidades em Taquara?	A percepção predominante é de que não há oportunidades de trabalho para idosos. Alguns reconhecem que <i>"ainda tem, nos supermercados"</i>, mas em geral dizem: <i>"acho que não tem"</i>, <i>"não conheço ninguém que trabalha"</i>. Trecho da transcrição: P4: <i>"Acho que tem ainda, nos supermercados têm oportunidades."</i> Trecho da transcrição: P5: <i>"Não sei."</i> Trecho da transcrição: P6: <i>"Acredito que não tem."</i> Trecho da transcrição: P7: <i>"Não conheço ninguém que trabalhe."</i> Trecho da transcrição: P8: <i>"Acho que tem, mas são poucos os lugares que têm vagas para pessoas mais velhas."</i> Trecho da transcrição: P9: <i>"Acho que não tem, pois as pessoas estão ficando doentes nessa idade."</i> Trecho da transcrição: P10: <i>"Os jovens não querem trabalhar, quem ganha do governo não quer mais trabalhar."</i>
Vocês sentem que há um preconceito da sociedade em função de já estarem na terceira idade ou isso não acontece?	Os participantes têm opiniões divididas. Uma parte não percebe preconceito: <i>"Acho que não, todos me tratam bem"</i>. Outra parte sente sim: <i>"As pessoas</i>

	<i>olham de forma diferente", "Nos chamam de vovó ou tia, não é legal", "Tem preconceito sim". A maioria, porém, reconhece a existência de algum grau de preconceito.</i> Trecho da transcrição: <i>P4: "Acho que sim, as pessoas olham de forma diferente, como se a gente não entendesse as coisas."</i> Trecho da transcrição: <i>P5: "Acho que não tem."</i> Trecho da transcrição: <i>P6: "Tem, as pessoas começam a chamar de tia ou de vovó, não é legal."</i> Trecho da transcrição: <i>P7: "Acredito que tem, muita gente nao nos respeita mais."</i> Trecho da transcrição: <i>P8: "Tem sim, a gente percebe."</i> Trecho da transcrição: <i>P9: "Acho que não, todos me tratam bem, eu nunca percebi nenhum preconceito."</i> Trecho da transcrição: <i>P10: "Tem preconceito, as pessoas dizem que não, mas tem sim."</i> Trecho da transcrição: <i>P11: 'Eu sinto que ainda tem preconceito.'</i>
--	---

Vocês conhecem a Secretaria de Desenvolvimento Social? Se sim, qual ação ou participação deles em determinado assunto, vocês têm conhecimento?	A maioria não conhece a Secretaria de Desenvolvimento Social: <i>"Não conheço", "Nem sei onde é"</i>. Alguns já ouviram falar, poucos participaram de alguma atividade, como crochê ou atividades no parque. Isso revela um desconhecimento generalizado dos serviços da secretaria. Trecho da transcrição: P3: <i>"Não conheço, nem sei onde é."</i> Trecho da transcrição: P4: <i>"Conheço, mas só de ouvir falar."</i> Trecho da transcrição: P5: <i>"Conheço mas não utilizo."</i> Trecho da transcrição: P6: <i>"Conheço, mas tem gente que tem preconceito."</i> Trecho da transcrição: P7: <i>"Conheço, mas não sei nenhuma atividade."</i>
Se vocês tivessem que escolher um ponto específico para melhorar na cidade de Taquara - RS, que visa proporcionar uma vida mais agradável à pessoa idosa, o que seria? O que já é oferecido e que deve permanecer?	As principais sugestões indicadas foram: melhorias na saúde (aumentar profissionais, psicólogos, reduzir filas de espera para exames), mais parques e espaços nos bairros, mais aparelhos nas praças, maior número de atividades físicas com profissionais capacitados e manutenção das atividades já existentes. Trecho da transcrição: P2: <i>"Acho que mais lugares como parques nos bairros."</i> Trecho da transcrição: P3: <i>"Acho que poderia ter mais atividades para nossa"</i>

	<i>idade, com mais horários para atividades físicas.”</i> Trecho da transcrição: <i>P4. “Acho que poderia ter mais assistentes nas praças para utilizarmos os aparelhos.”</i> Trecho da transcrição: <i>P5. “Poderia ter mais máquinas para exercício nas praças.”</i> Trecho da transcrição: <i>P6. “No centro a prefeitura investiu, mas nos bairros está precário.”</i> Trecho da transcrição: <i>P7. “Não sei.”</i> Trecho da transcrição: <i>P12. “Acho que a questão de ter psicólogo para nos atender é muito importante, sinto falta disso.”</i> Trecho da transcrição: <i>P13. “As atividades físicas no parque precisam continuar e aumentar.”</i>
Vocês entendem que as políticas públicas voltadas ao idoso, promovidas no município de Taquara auxiliam no desenvolvimento humano dos idosos? De que forma?	A maioria respondeu que as políticas públicas auxiliam, destacando que as atividades favorecem a interação, o bem-estar e a saúde: <i>“Nos mantém ativos”, “Nos ajuda a viver mais”, “Ajuda na saúde emocional e física”</i>. Entretanto, aparece de forma recorrente a necessidade de ampliar o atendimento

	psicológico: <i>"Precisamos refletir mais sobre saúde emocional"</i>. Trecho da transcrição: P3. <i>"Sim, o melhor atendimento na saúde é importante para que a gente viva mais."</i> Trecho da transcrição: P4. <i>"Sim. A interação entre nós é muito boa e nos mantém ativa."</i> Trecho da transcrição: P5. <i>"Com certeza. A participação em atividades como coral e atividade física nos deixa mais alegres e nos motiva a continuar vivendo."</i> Trecho da transcrição: P6. <i>"Sim. A gente interage com outros, é menos remédio que teremos que tomar."</i> Trecho da transcrição: P7. <i>"Sim, é importante ter ações voltadas para os idosos, principalmente na saúde."</i> Trecho da transcrição: P8. <i>"Sim, mas precisa ter mais atenção à saúde mental, precisamos de mais psicólogos."</i> Trecho da transcrição: P9. <i>"Concordo com a colega, precisamos além de se exercitar, ter acompanhamento de psicólogos, muitas vezes precisamos conversar sobre como nos sentimos para entender essa fase da vida."</i>
--	--

	Trecho da transcrição: P10. <i>“Precisamos refletir mais sobre a necessidade de psicólogos e saúde emocional.”</i> Trecho da transcrição: P11. <i>“Na nossa idade é mais difícil o relacionamento na nossa idade.”</i>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As respostas fornecidas pelas participantes do Coral Viva a Vida evidenciam que, para esse grupo, ser pessoa idosa está diretamente associado à manutenção da atividade, da vitalidade e do desejo de integração social. As falas revelam uma compreensão da velhice como fase de continuidade da vida, não como encerramento, sendo marcada pela valorização da autonomia, da convivência e do cuidado emocional.

Expressões como “não parar para não enferrujar” e “ter vontade de viver” reforçam que o envelhecimento é percebido de forma positiva quando há oportunidades de participação e redes de apoio. Entretanto, algumas narrativas também mencionam experiências de exclusão ou sentimentos de desvalorização, indicando que a velhice ainda pode ser atravessada por desigualdades.

No que se refere à inserção social, prevalece entre as participantes a percepção de que se sentem integradas, sobretudo devido ao envolvimento em atividades coletivas como o coral, a igreja, o Sesc e grupos de convivência. Apontam que a participação comunitária é elemento central para o sentimento de pertencimento, funcionando como espaço de expressão individual, construção de vínculos e fortalecimento da autoestima. Manter-se ativa e envolvida na comunidade é entendido pelas idosas como condição essencial para uma velhice saudável.

Em relação às atividades cotidianas, destaca-se a necessidade da convivência e do lazer compartilhado. O coral aparece como atividade estruturante da rotina e do bem-estar emocional das participantes, ao lado de práticas como caminhar, visitar familiares, frequentar a igreja e realizar trabalhos manuais. A sociabilidade representa um eixo que organiza o cotidiano e sustenta a construção de sentidos positivos sobre o envelhecimento, confirmando que a interação social é um dos principais motores de bem-estar percebido.

Ao discutir as opções de lazer oferecidas pelo Município de Taquara, as idosas apresentaram uma avaliação, em sua maioria, crítica. Embora reconheçam a existência de atividades no “Parcão”, afirmam que a oferta ainda é limitada e insuficiente, especialmente nos bairros mais afastados. A demanda por estrutura adequada, acompanhamento profissional e diversidade de atividades reforça a percepção de que o lazer ainda não se configura como política pública plenamente acessível e equitativa.

No tema saúde, as falas mostram uma insatisfação generalizada quanto à demora nos atendimentos, à dificuldade de agendamento de consultas e à carência de profissionais especializados, ao contrário dos relatos dos participantes do grupo focal Lar Oase. Embora alguns participantes tenham expressado experiências positivas, o sentimento predominante é de que “precisa melhorar muito”. Além disso, destaca-se com força a demanda por acompanhamento psicológico, indicando que a saúde emocional das pessoas idosas ainda é pouco reconhecida nas políticas públicas locais, mesmo sendo vista pelas participantes como fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida.

Sobre o mercado de trabalho, a percepção da maioria é de que existem poucas ou quase nenhuma oportunidade para idosos, o que reforça a ideia de que a reinserção laboral é complexa e marcada por barreiras estruturais. Há uma sensação de distanciamento do mundo do trabalho, seja pela falta de vagas, seja pelas limitações físicas ou pela ausência de políticas municipais voltadas ao envelhecimento produtivo.

No tocante ao preconceito etário, o grupo apresenta opiniões divididas. Enquanto algumas não percebem discriminação, outras relatam atitudes sutis de menosprezo, como a forma depreciativa de ser tratada como “tia” ou “vovó”. Essas percepções sugerem que o avanço da idade nem sempre é reconhecido por todas as pessoas idosas, o que não impede sua existência e impacto nas relações sociais.

De forma consistente com o grupo focal anterior, observa-se novamente um desconhecimento significativo das ações oferecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Muitas participantes afirmam não saber onde fica a secretaria ou desconhecer suas atividades, evidenciando falhas de comunicação institucional e distanciamento entre a política pública e seu público-alvo.

Ao indicarem melhorias prioritárias, as participantes destacam a saúde como área central, demandando mais profissionais, maior agilidade nos exames e diminuição das filas de espera. Também solicitam mais parques, atividades físicas orientadas e ações nos bairros, bem como manutenção e ampliação das atividades já existentes. Ao refletirem sobre as políticas públicas para idosos, reconhecem sua importância para a socialização, o bem-estar e a saúde física e emocional, mas alertam que é preciso avançar, especialmente na oferta de suporte psicológico.

A análise das falas revela um entendimento claro de que políticas bem estruturadas e acessíveis são essenciais para a promoção do desenvolvimento humano na velhice, fortalecendo a autonomia, a participação social e a qualidade de vida das pessoas idosas. A etapa seguinte aprofunda essa discussão ao apresentar o processo de categorização e codificação das entrevistas, permitindo a sistematização dos significados atribuídos pelos participantes e a interpretação dos dados coletados.

4.2 Categorização e Codificação

A categorização dos entrevistados será organizada inicialmente pela percepção dos idosos e após pelo Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social de Taquara – RS e Prefeita Municipal..

4.2.1 Percepção sobre a inserção do idoso na sociedade (Idosos e Prefeita)

A análise conjunta das entrevistas com os idosos e com a prefeita do município permite compreender diferentes dimensões da inserção social da pessoa idosa em Taquara. No que se refere ao significado de ser idoso, as falas dos participantes revelam percepções heterogêneas. Entre os idosos, observa-se tanto uma visão positiva da velhice, associada à continuidade das atividades e ao desejo de viver plenamente, quanto a percepção de limitações físicas e sociais que acompanham essa etapa da vida. Exemplos disso aparecem em declarações como: *“Acho que é uma pessoa que viveu e está vivendo ainda e tem vontade de viver”* (P15) e *“Ser uma pessoa que continua em atividades, não importando a idade”* (P5 -

Lar). Em contraponto, outros participantes associam a velhice à perda de autonomia, como expresso em *“Uma pessoa que não pode mais fazer os serviços”* (P4 - Lar). A prefeita, por sua vez, reforça uma visão positiva e ativa da velhice, destacando a relevância dos idosos no desenvolvimento do município, afirmando que *“muitas pessoas acima de 60 anos estão em atividades importantíssimas dentro de Taquara”*.

Quanto à inserção na sociedade, os idosos participantes dos grupos relatam sentir-se plenamente incluídos, destacando que o convívio social favorece a interação e o bem-estar. Isso aparece em falas como: *“Me sinto inserida, participo do Sesc e aqui do coral”* (P4) e *“Sempre dou um jeito de fazer as coisas, interagir”* (P3 - Lar). A prefeita reafirma a presença ativa dessa população em diferentes espaços municipais, inclusive na administração pública, mencionando sua própria condição de idosa como exemplo de participação social ampliada.

No que diz respeito ao preconceito etário, as percepções são divergentes entre os idosos. Alguns relatam situações de desrespeito ou infantilização, como no trecho *“As pessoas começam a chamar de tia ou vovó, não é legal”* (P6), enquanto outros afirmam nunca terem vivenciado discriminação, como relatado por P4 (Lar): *“Não sinto preconceito, todos me tratam bem”*. A gestão municipal, por sua vez, nega a existência de preconceito institucional, enfatizando que os idosos estão integrados nas atividades administrativas e comunitárias do município: *“Nós não temos nenhum preconceito. Eu sou uma idosa na administração de Taquara”*.

A visão da gestão municipal reforça a importância da população idosa nas políticas públicas atuais, destacando iniciativas como a criação do Fundo do Idoso e o incentivo à participação em eventos culturais, esportivos e sociais. Conforme afirma a prefeita, tais ações têm buscado fortalecer a estrutura de políticas públicas e ampliar o protagonismo dessa população no município, como relatado pela prefeita: *“Fundamos o Fundo do Idoso para termos políticas públicas fortes. O idoso está integrado nas atividades do Município, são fundamentais para a realização de eventos como o Natal Mágico”*.

Sobre o mercado de trabalho, os idosos relatam uma trajetória de permanência prolongada na vida laboral, seja por necessidade ou por escolha, ainda que reconheçam a escassez de oportunidades formais para pessoas mais velhas. Muitas falas indicam continuidade laboral até idades avançadas, como *“Trabalhei até meus 70 e poucos anos”* (P8 - Lar). Já a prefeita aponta que, embora não existam

programas específicos para a inserção de idosos no trabalho, há pessoas idosas empregadas no serviço público por meio de empresas terceirizadas, reforçando que não há barreiras explícitas para essa participação: *“Existem pessoas de idade que trabalham conosco por meio de empresas terceirizadas”*.

No que diz respeito ao bem-estar, os idosos associam-no principalmente à socialização, espiritualidade e engajamento em atividades físicas e cognitivas. Participação em igrejas, corais, artesanato e atividades físicas são frequentemente mencionadas como fundamentais para sua qualidade de vida, com falas como: *“Gosto de criar frases bonitas e compartilhar”* (P8 - Lar), *“Participo da igreja, do coral, participo no Lar Oase”* (P3 - Lar). A gestão reconhece essa importância e cita a oferta de academias ao ar livre com instrutores, atividades culturais e grupos comunitários: *“Temos academias com instrutores pagos pela Prefeitura, além de atividades culturais como corais e grupos no parque”* (Prefeita), embora os próprios idosos expressem a necessidade de ampliar e diversificar essas iniciativas.

A avaliação da saúde pública no município revela percepções ambíguas. Enquanto alguns idosos relatam experiências positivas de atendimento, especialmente os residentes do Lar Oase, há críticas recorrentes quanto à demora para consultas e falta de especialistas. P8 (Lar) relata essa diversidade ao afirmar: *“Fui bem atendida, mas às vezes a espera é longa.”* A prefeita menciona esforços para melhorar a assistência, como a coleta de exames no interior e a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), reconhecendo, entretanto, limitações estruturais que ainda precisam ser superadas: *“Implementamos a coleta de exames no interior, o Hiperdia nas UBS, e as práticas integrativas”*. (Prefeita).

4.2.2 Políticas públicas e desafios na execução (Secretário e Prefeita de Taquara - RS)

A análise das entrevistas com o Secretário de Desenvolvimento Social e com a Prefeita de Taquara evidencia um conjunto de políticas públicas já existentes no município, ao mesmo tempo em que revela desafios estruturais e operacionais que dificultam sua plena execução.

No que diz respeito às políticas públicas atualmente oferecidas pelo Município de Taquara, tanto o Secretário de Desenvolvimento Social quanto a Prefeita

destacam a existência de programas que buscam promover a convivência, participação social e bem-estar. O secretário ressalta a atuação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, voltados ao público 60+, mencionando parcerias intersetoriais consolidadas: *“Temos o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos...grupo 60+, parceria com o SESC, projeto Maturidade Ativa.”* A prefeita complementou essa visão ao enfatizar a oferta de atividades físicas e culturais, além de serviços de saúde descentralizados, afirmando que *“Temos atividades físicas, corais, clube de mães e coleta de exames no interior.”* Assim, as ações existentes dialogam com diferentes dimensões do envelhecimento, ainda que não contemplem toda a complexidade das demandas apresentadas pelos idosos.

No que se refere às demandas feitas pelos idosos ao município, tanto o Secretário quanto a Prefeitura destacaram uma preocupação recorrente com infraestrutura urbana e com espaços adequados para prática de atividades físicas e convivência comunitária. A prefeita destaca pedidos frequentes vindos da população idosa, como *“academias e orientação física no interior... espaços para caminhadas”*, ressaltando ainda que *“a praça na Beira Rio foi reformada por demanda de idosos.”* Esses relatos demonstram que os idosos do município possuem participação na reivindicação de melhorias e que suas solicitações, quando viáveis, têm influenciado intervenções no território.

Entretanto, apesar dos avanços, persistem dificuldades significativas na implementação das políticas públicas. O secretário aponta limitações estruturais da pasta, afirmando que *“Temos uma secretaria enxuta, faltam técnicos para atuar com o público idoso... atendemos mais urgências do que o planejamento.”* Essa fala indica um cenário de sobrecarga administrativa, no qual as demandas emergenciais comprometem a capacidade de planejamento continuado. A prefeita também reconhece barreiras institucionais, sobretudo em relação à vulnerabilidade social e ao abandono, mencionando que *“o Judiciário aciona o município para resolver casos de abandono... falta estrutura técnica.”* Esses desafios evidenciam a necessidade de ampliar equipes, fortalecer fluxos intersetoriais e desenvolver estratégias de prevenção que minimizem a judicialização de situações que poderiam ser acompanhadas precocemente.

A gestão municipal também destaca o papel do apoio de entidades não governamentais, que têm colaborado de forma complementar às ações públicas. A prefeita relata que *“associações de moradores são mais atuantes... empresas*

ajudam quando solicitadas, como a Prativita e a Citral nas enchentes.” Essa colaboração demonstra a relevância de redes comunitárias e empresariais para enfrentamento de emergências e para o fortalecimento da assistência social. O secretário, por sua vez, enfatiza parcerias institucionais mais estruturadas, afirmando que há colaboração com “*SESC, Instituto Vitória.*” Essas iniciativas refletem um esforço de articulação com setores não governamentais, embora ainda limitado pela capacidade institucional do município.

A ausência de funcionamento do Conselho Municipal do Idoso aparece como um ponto crítico, evidenciando fragilidades na participação social formal. O secretário reconhece que o conselho apresenta histórico de inatividade, afirmando que “*é movido por ações externas... teve período de inatividade.*” A prefeita confirma essas dificuldades e aponta esforços recentes de revitalização do órgão, destacando que “*Houve falhas... estamos reestruturando com nova coordenação e participação das escolas e UBS.*” A reestruturação do Conselho demonstra uma tentativa de fortalecer mecanismos de controle social e ampliar a representatividade das políticas para idosos no município, embora ainda em processo de consolidação.

4.2.3 Barreiras ao Acesso a Serviços Públicos (Idosos e Municipalidade)

Por meio da análise das falas dos idosos e da Prefeita Municipal foi possível identificar a existência de obstáculos estruturais que dificultam o acesso efetivo das pessoas idosas às políticas públicas em Taquara/RS. Entre os principais desafios identificados estão a dificuldade de locomoção, a demora no atendimento em saúde, a carência de profissionais especializados e a baixa divulgação dos serviços disponibilizados.

No que se refere à dificuldade de locomoção, os idosos relatam limitações significativas relacionadas à mobilidade reduzida, à precariedade da infraestrutura urbana e à ausência de transporte adequado, especialmente para aqueles que residem em áreas distantes do centro da cidade ou no interior do município. Os residentes do Lar Oase destacam que “*as ruas são irregulares, é difícil caminhar... falta segurança nas praças*”, evidenciando que a irregularidade das calçadas e a insegurança nos espaços públicos comprometem a autonomia e a circulação da população idosa. Essa percepção é corroborada pela fala da prefeita, ao reconhecer

que *“o interior é precário em transporte coletivo”*, o que amplia as dificuldades de acesso a serviços básicos, atividades de lazer e atendimentos de saúde.

Outra dificuldade recorrente diz respeito à fila de espera na área da saúde, especialmente para consultas e exames especializados. Os relatos dos grupos focais revelam tempos de espera prolongados, que impactam diretamente a qualidade de vida dos idosos. No Grupo Focal Informática para a Terceira Idade, foi destacado que *“a cirurgia de catarata leva mais de 7 meses para acontecer”*, enquanto no Grupo Focal Coral Viva a Vida, as participantes relataram que há *“fila de espera de 1 ano para exames... demora para consultas.”* Esses dados reforçam a percepção de que, embora o acesso ao sistema de saúde exista, sua efetividade é comprometida pela morosidade, o que agrava quadros clínicos e gera insegurança entre os idosos. Além disso, os idosos destacaram que a municipalidade exige que sejam marcadas previamente as consultas nos postos de saúde, impossibilitando o atendimento imediato. Em casos mais graves, as pessoas devem procurar o atendimento na ala de urgência do Hospital Municipal de Taquara, Hospital Bom Jesus.

A falta de profissionais especializados para o atendimento da população idosa também representa uma fragilidade relevante. A Secretaria de Desenvolvimento Social reconhece limitações técnicas e humanas ao afirmar que há *“falta de técnicos e psicólogos... não conseguimos fazer prevenção.”* O Secretário ressaltou que o município acaba agindo de forma reativa quando acionado para solucionar casos de abandono. Essa carência compromete ações de acompanhamento contínuo e de promoção da saúde, especialmente no campo da saúde mental e do envelhecimento saudável. A constatação é reforçada pelos participantes do Grupo Focal Coral Viva a Vida, que apontam de forma direta que *“falta psicólogos, principalmente nos bairros.”* A ausência desses profissionais limita o cuidado integral e dificulta o enfrentamento de questões emocionais e sociais que acompanham o processo de envelhecimento.

Destaca-se a baixa divulgação dos serviços públicos, que contribui para o desconhecimento da população sobre as políticas existentes e reduz a participação dos idosos nos programas ofertados. A própria Secretaria reconhece essa limitação ao afirmar que *“nem toda população tem conhecimento”* sobre as ações desenvolvidas. De forma convergente, os Grupos Focais 1 (Informática para a Terceira Idade) e 3 (coral Viva a Vida) revelam desconhecimento generalizado ao afirmarem: *“Não conhecemos a Secretaria... falta informação... não sabemos quais*

atividades existem.” Esse cenário evidencia falhas na comunicação institucional e aponta a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação e aproximação com a população idosa, de modo a garantir que os direitos e serviços disponíveis sejam, de fato, acessados.

Diante desses obstáculos, torna-se evidente que a efetividade das políticas públicas voltadas à pessoa idosa depende não apenas da sua existência formal, mas também da eliminação de barreiras estruturais que limitam o acesso, à informação e a continuidade dos serviços.

Nesse contexto, a próxima categoria analítica aprofunda a discussão ao apresentar a análise sobre o envelhecimento ativo e as oportunidades de lazer, a partir da comparação entre os relatos dos idosos dos grupos focais e as falas da prefeita, buscando identificar convergências, lacunas e possibilidades de fortalecimento das ações municipais.

4.2.4 Envelhecimento Ativo e Lazer (Idosos e Prefeita)

A análise da categoria Envelhecimento Ativo e Lazer evidencia que o Município de Taquara dispõe de alguns espaços públicos destinados ao lazer da população idosa, especialmente parques e praças estruturadas, os quais são reconhecidos tanto pela gestão municipal quanto pelos próprios idosos. A prefeita destaca investimentos realizados em locais como o Parque do Trabalhador, a Praça da Bandeira e a área da Beira Rio, ressaltando que muitas dessas melhorias decorreram de demandas apresentadas pelos próprios idosos: *“Parque do Trabalhador, Praça da Bandeira, Beira Rio... reformados por pedidos dos idosos”*.

Ainda assim, os relatos dos grupos focais indicam que esses espaços são percebidos como insuficientes, sobretudo no que se refere à quantidade e à acessibilidade, apontando a necessidade de ampliação e descentralização das áreas de lazer do centro da cidade para os bairros e interior da cidade: *“Precisamos de mais praças e espaços acessíveis”* (Grupos Focais 2 e 3).

No que diz respeito aos programas esportivos voltados à pessoa idosa, observa-se a existência de iniciativas municipais que buscam estimular a prática regular de atividades físicas como estratégia de promoção da saúde e do envelhecimento ativo. A prefeita menciona a oferta de acompanhamento profissional

no Parque do Trabalhador, bem como a realização de atividades nos bairros: *“Personal trainer no parcão... atividades 2 vezes por semana nos bairros”*. Essa ação é destacada pelos idosos, que reconhecem os benefícios do acompanhamento adequado, como expresso pelo Grupo Focal 1 - Informática para Terceira Idade: *“A ginástica no parcão com acompanhamento era muito boa”*. Entretanto, os depoimentos também sugerem que tais ações precisam ser ampliadas, tanto em frequência quanto em abrangência territorial, para alcançar um maior número de idosos.

Quanto ao acesso à cultura, os relatos revelam que a participação em atividades culturais e artísticas ocupa papel importante na vida cotidiana dos idosos, funcionando como importante instrumento de socialização e bem-estar. As participantes do Grupo Focal 3 - Coral Viva a Vida, destacam o envolvimento em corais, atividades do SESC, bingos, costura e ações promovidas por instituições religiosas: *“Participamos do coral, bingo, costura, SESC, atividades da igreja”*. Essa percepção converge com a fala da prefeita, que afirma o apoio do município a iniciativas culturais voltadas à terceira idade: *“Temos corais da terceira idade e grupos culturais com apoio do município”*. Essas atividades contribuem para a manutenção da autonomia, da autoestima e do sentimento de pertencimento social.

Por fim, a integração intergeracional surgiu como um aspecto relevante do envelhecimento ativo, sendo reconhecida como espaço de troca de saberes e fortalecimento dos vínculos sociais. A prefeita destaca experiências que envolvem idosos em eventos municipais, como o Natal Mágico, no qual participam da confecção de enfeites e da organização das atividades: *“No Natal Mágico, senhoras idosas fazem os enfeites... trazem experiências únicas”*. De forma complementar, os idosos reconhecem seu papel na transmissão de conhecimentos e valores às gerações mais jovens, especialmente no âmbito familiar: *“Transmitimos saberes para filhos e netos”* (Grupo Focal 1 - Informática para a Terceira Idade). Esses relatos reforçam a compreensão do envelhecimento ativo como um processo que valoriza a participação social, o protagonismo e o reconhecimento da pessoa idosa como sujeito fundamental na dinâmica comunitária.

Nesse contexto, observa-se que as iniciativas voltadas ao lazer, à cultura e à integração social são elementos significativos para a promoção do envelhecimento ativo no município. No entanto, a efetividade dessas ações também está diretamente

relacionada ao grau de participação e representatividade da população idosa nos processos de formulação, execução e acompanhamento das políticas públicas.

A próxima categoria aborda a participação e a representatividade dos idosos nas políticas públicas, a partir da comparação das falas da Prefeita e do Secretário de Desenvolvimento Social, buscando compreender como o poder público percebe e incorpora as demandas desse grupo na gestão municipal.

4.2.5 Participação e Representatividade dos Idosos nas Políticas Públicas (Prefeita e Secretário de Desenvolvimento Social)

A análise da categoria Participação e Representatividade dos Idosos nas Políticas Públicas evidencia avanços institucionais no município de Taquara, ao mesmo tempo em que revela desafios relacionados à continuidade, ao fortalecimento e à efetiva participação da população idosa nos espaços de decisão. Um dos principais instrumentos de representação é o Conselho Municipal do Idoso, cuja trajetória é marcada por períodos de inatividade. O secretário de Desenvolvimento Social reconhece que o funcionamento do conselho ocorre de forma intermitente, afirmando que *“o conselho funciona por fases, atualmente inativo”*. De forma complementar, a prefeita admite falhas no processo de consolidação do órgão, destacando que *“reconhecemos falhas... nova composição está em andamento”*. Esses relatos indicam a necessidade de fortalecer o conselho como espaço permanente de controle social, participação democrática e formulação de políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

No tocante à participação dos idosos na gestão e na vida pública municipal, a prefeita destaca diferentes formas de envolvimento, ainda que, em sua maioria, associadas a ações culturais, eventos e atividades comunitárias. Segundo ela, *“idosos participam do coral, do Natal Mágico, da administração pública”*, sendo que a participação deles na administração se dá por meio de trabalho terceirizado em escolas, nas áreas de limpeza e alimentação, o que demonstra o reconhecimento do papel ativo, ainda que limitado, dessa população em iniciativas simbólicas e sociais do município. Essa percepção vai de encontro com as falas dos grupos focais, nos quais os idosos expressam satisfação em se sentirem úteis, ativos e reconhecidos socialmente, reforçando a importância de ampliar mecanismos que promovam não

apenas a participação em atividades, mas também a escuta qualificada e a inclusão nos processos decisórios.

Outro avanço institucional relevante é a criação do Fundo Municipal do Idoso, instrumento considerado estratégico para o financiamento e a ampliação das políticas públicas voltadas a essa população. O secretário de Desenvolvimento Social destaca que o fundo foi instituído pela Lei nº 6.996/2024, ressaltando seu potencial: *“Criado pela Lei 6996/2024... essencial para ampliar os serviços específicos”*. A prefeita reforça essa avaliação ao afirmar que o fundo é *“fundamental para a estruturação das ações voltadas ao idoso”*, evidenciando o alinhamento da gestão municipal sobre a importância desse mecanismo para garantir recursos e sustentabilidade às políticas de atenção à pessoa idosa.

Por fim, a análise aponta que a participação e a representatividade dos idosos também são fortalecidas por meio de parcerias com instituições da sociedade civil, como associações, igrejas e empresas privadas. A prefeita destaca o papel dessas articulações no apoio às demandas do município, afirmando que *“associações e igrejas auxiliam... empresas como Prativita ajudam quando são provocadas”*. Essas parcerias configuram-se como estratégias complementares à ação estatal, contribuindo para a ampliação da rede de proteção social e para o atendimento das necessidades da população idosa, especialmente em contextos de limitações estruturais e orçamentárias do poder público.

A partir dessa categoria, observa-se que a participação e a representatividade dos idosos nas políticas públicas estão diretamente relacionadas às oportunidades concretas de inserção social e econômica oferecidas pelo município, entretanto, mostra-se ineficaz, pois os idosos não possuem um instrumento de participação, o que existiria se o Conselho Municipal do Idoso fosse ativo. .

Nesse sentido, a oferta de trabalho representa autonomia, reconhecimento social e desenvolvimento humano na velhice. Assim, a próxima categoria apresenta uma comparação entre as falas dos idosos e da Prefeita acerca das condições e oferta de trabalho para a população idosa no município de Taquara, buscando compreender as percepções, limites e possibilidades de inclusão produtiva na terceira idade.

4.2.6 Condições de Trabalho para Idosos (Idosos e Município de Taquara - RS)

No que se refere às condições e oferta de trabalho para a população idosa no município de Taquara, observa-se uma convergência entre os relatos dos idosos e a fala da gestão municipal quanto à existência de dificuldades de reinserção no mercado de trabalho. Os participantes dos grupos focais apontam a falta de oportunidades e a ausência de divulgação de vagas específicas para pessoas idosas, mencionando que, embora ainda existam casos pontuais de inserção, estas são exceções. Conforme relato de uma participante do Grupo Focal 1 - Informática para Terceira Idade, *“nunca vi divulgação de vagas para idosos... já vi alguns trabalhando em mercados, mas é raro”*, o que evidencia a limitação estrutural do mercado local para absorver essa força de trabalho.

Do ponto de vista da gestão municipal, a prefeita reconhece que não há políticas públicas específicas de empregabilidade voltadas à terceira idade, destacando que a inserção laboral ocorre de forma pontual, principalmente por meio de empresas terceirizadas contratadas pela municipalidade para serviços específicos em escolas, na área de limpeza e zeladoria. Em suas palavras, *“não há política específica... alguns trabalham por terceirizadas”*, o que revela um lapso na formulação de ações sistemáticas que promovam o trabalho digno e contínuo para idosos que desejam ou necessitam permanecer ativos.

A importância do trabalho aparece de forma recorrente nos discursos dos idosos como elemento fundamental para a manutenção da autonomia financeira e da independência. Participantes relatam que continuaram trabalhando mesmo após a aposentadoria, muitas vezes por necessidade, especialmente para custear despesas relacionadas à saúde. Um idoso do Grupo Focal 2 - Lar Oase afirmou: *“continuei trabalhando até os 70 anos... por necessidade”*, enquanto outra participante do Grupo Focal 3 - Coral Viva a Vida, destacou que *“muitas precisam trabalhar por causa de medicamentos”*, evidenciando a relação direta entre trabalho, renda e acesso a cuidados básicos.

Apesar disso, os idosos apresentaram relatos de preconceito etário no ambiente de trabalho, sobretudo no tratamento cotidiano e nos processos de inserção laboral. Alguns idosos relatam experiências de desvalorização e infantilização, como expresso por uma participante do Grupo Focal 3: *“chamam de ‘tia’, ‘vovó’... tratam como se não entendêssemos nada”*. Embora a prefeita não

reconheça a existência de preconceito institucionalizado, ressalta a necessidade de estimular maior participação dos idosos nas ações e espaços sociais, afirmando que *“precisamos provocar mais a participação dos idosos nas ações”*.

Dessa forma, a análise dessa categoria evidencia que, embora exista disposição e capacidade por parte de muitos idosos para permanecerem ativos no mercado de trabalho, persistem barreiras como a ausência de políticas específicas e práticas sociais marcadas pelo etarismo, o que limita a efetiva inclusão produtiva da população idosa no município.

Diante das limitações identificadas no que se refere às ofertas de trabalho e à inclusão da população idosa, torna-se fundamental considerar as propostas e melhorias apontadas pelos próprios idosos, bem como as perspectivas da gestão municipal sobre esse tema. Assim, a próxima categoria apresenta uma comparação entre as falas dos idosos, da prefeita, e do secretário de desenvolvimento social, com o objetivo de evidenciar as principais demandas, sugestões e possibilidades de aprimoramento das políticas públicas voltadas à pessoa idosa no município de Taquara, à luz das experiências vivenciadas e das ações em planejamento pelo poder público.

4.2.7 Propostas e Melhorias Sugeridas pelos Idosos (Idosos, Prefeitura e Secretário do Desenvolvimento Social- RS)

As propostas e melhorias sugeridas para a população idosa no município de Taquara, os relatos dos idosos e as falas da gestão municipal vão de encontro para a necessidade de ampliação e qualificação das políticas públicas existentes. Uma das demandas mais recorrentes diz respeito ao aumento de espaços de convivência, especialmente nos bairros. Os participantes dos grupos focais apontam a carência de praças, academias ao ar livre e centros específicos destinados à realização de atividades regulares, destacando que esses espaços favorecem a socialização e o bem-estar. Conforme relato do Grupo Focal 2 -Lar Oase, *“faltam praças nos bairros... deveriam ter mais academias e centros com atividades”*, evidenciando a necessidade de descentralizar as ações atualmente concentradas em áreas próximas ao centro do município.

Outro aspecto destacado refere-se à melhoria no transporte público, considerado elemento essencial para garantir o acesso dos idosos aos serviços de

saúde, lazer e assistência social. Os idosos relatam dificuldades relacionadas à redução de horários e à limitação das rotas disponíveis, o que compromete sua autonomia. Uma participante do Grupo Focal 1 afirmou que o “*transporte diminuiu, horários escassos*”. Em contraponto, a prefeita reconhece as dificuldades de locomoção enfrentadas pela população idosa, sobretudo no interior do município, justificando iniciativas como a descentralização de serviços de saúde, ao afirmar que “*levamos exames ao interior por causa da dificuldade de locomoção*”.

A ampliação dos serviços de saúde também aparece como prioridade, especialmente no que se refere à oferta de profissionais especializados e à redução do tempo de espera e necessidade de agendamento para consultas e exames. Os grupos focais ressaltam a carência de psicólogos nos bairros e a demora para atendimentos especializados, conforme relato do Grupo Focal 3 - Coral Viva a Vida: “*falta psicólogo nos bairros... demora de exames e consultas*”. Essa percepção é corroborada pela fala do secretário de Desenvolvimento Social, que reconhece as limitações estruturais do município ao afirmar que “*faltam técnicos... a demanda é alta*”, evidenciando desafios para a efetivação de ações preventivas e contínuas.

Por fim, destaca-se a necessidade de maior divulgação das políticas públicas e serviços ofertados pelo município, uma vez que muitos idosos relatam desconhecer as atividades disponíveis. Participantes do Grupo Focal 2 - Lar Oase afirmam que “*não sabemos das atividades... falta divulgação*”, o que indica falhas na comunicação institucional. O secretário de Desenvolvimento Social reconhece essa lacuna ao afirmar que “*nem todos tomam conhecimento do que é feito pela Secretaria*”, reforçando a importância de investir em estratégias de comunicação acessíveis e adequadas ao público idoso.

As propostas apresentadas evidenciam que o aprimoramento das políticas públicas voltadas à pessoa idosa passa não apenas pela criação de novos serviços, mas também pela ampliação do acesso, pela qualificação da rede de atendimento e pelo fortalecimento dos canais de informação e participação social.

Diante das propostas e melhorias apontadas, torna-se necessário aprofundar a compreensão de cada uma das categorias analisadas, de modo a evidenciar seus significados, limites e potencialidades no contexto das políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Assim, a próxima seção apresenta a análise detalhada de cada categoria, buscando articular os achados empíricos com o referencial teórico

adotado, bem como problematizar as convergências e divergências entre as percepções dos idosos e as falas dos gestores municipais.

4.3 Análise das Categorias

A análise qualitativa das entrevistas, fundamentada no método de análise de conteúdo de Bardin (2011), permitiu identificar e categorizar sentidos produzidos por diferentes atores institucionais e sociais acerca das políticas públicas voltadas à população idosa no município de Taquara/RS.

Ainda, segundo Gaskell (2002), a entrevista não é apenas um instrumento de coleta de informações, mas um espaço de interação em que o pesquisador e o entrevistado constroem conjuntamente o sentido da experiência vivida, o que requer escuta ativa, sensibilidade e atenção ao contexto comunicacional. Por sua vez, para Braun e Clarke (2006), a análise temática é uma metodologia flexível e acessível que oferece uma forma de lidar com grandes volumes de dados qualitativos, importantes para compreender experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes.

As categorias emergentes foram construídas por meio de um processo sistemático de pré-análise, codificação e interpretação, sendo agrupadas em sete eixos temáticos que serão discutidos a seguir à luz da literatura e dos referenciais teóricos previamente abordados.

4.3.1 Percepção dos Idosos sobre o Envelhecimento

Por meio dos grupos focais realizados, tanto com os idosos residentes do Lar Oase, quanto dos participantes dos projetos Informática para a Terceira Idade e Coral Viva a Vida, pode-se perceber que os participantes destacaram que ser uma pessoa idosa é uma fase de desafios, mas também de aprendizado e um momento de auxiliar familiares no seu cotidiano.

Contudo, relataram que enfrentam dificuldades na inclusão social, especialmente no mercado de trabalho. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), o envelhecimento ativo pressupõe a participação contínua do idoso na vida social, econômica e cultural, algo que ainda não é plenamente possibilitado em Taquara - RS, conforme relato dos idosos e gestores municipais.

O Município de Taquara – RS, por meio de sua representante destacou que a gestão municipal reconhece a importância dos idosos, mas apontou desafios estruturais na ampliação dos programas voltados para essa população, especialmente para aqueles que residem em áreas afastadas da cidade, dificultando a promoção de ações, pois há um amplo .

Como enfatiza Beauvoir (1990), a velhice tende a ser marginalizada em sociedades modernas, onde a produtividade e a juventude são supervalorizadas. A presença de atividades culturais e físicas, como corais, grupos do SESC, caminhadas no Parcão, foram valorizadas pelos idosos, mas considerados insuficientes e mal distribuídas espacialmente. Os bairros distantes do centro, especialmente nas áreas rurais, carecem de ações sistemáticas:

“Só tem ginástica no Parcão. Precisamos de mais atividades nos bairros.”
(GF3).

As declarações dos participantes revelam que as atividades de lazer não são vistas apenas como entretenimento, mas como espaços de pertencimento, expressão e saúde emocional. Isso confirma a tese de Nussbaum (2011) de que o envelhecimento digno exige oportunidades para afeto, afiliação, expressão corporal e criatividade. O lazer, nesse sentido, se transforma em instrumento de cidadania.

Além disso, a valorização das ações intergeracionais, como o Natal Mágico organizado por voluntárias idosas, demonstra que o Município de Taquara - RS possui práticas culturais promissoras. No entanto, elas ainda se mantêm restritas a determinados grupos e localidades.

Zimmerman (2000), ao tratar o processo de envelhecimento, destaca que a forma como o indivíduo percebe a si mesmo nessa etapa da vida, especialmente quando marcada por uma concepção negativa, pode resultar em prejuízos à saúde. Nesse sentido, o acompanhamento psicológico durante o envelhecer mostra-se imprescindível, pois possibilita à pessoa idosa compreender essa fase como natural e inerente ao ciclo da vida. Fonseca e Gonçalves (2003) acrescentam que a negligência do poder público em relação à saúde mental dos idosos e de seus familiares tende a gerar conflitos e fragilizar os vínculos familiares, podendo inclusive desencadear situações de violência.

No mesmo sentido, Braga (2011) ressalta que o envelhecimento deve ser tratado com seriedade, uma vez que representa uma fase de continuidade da vida, marcada por limitações físicas e psicológicas, as quais demandam atenção tanto do

poder público quanto da sociedade. Diante dessas contribuições teóricas, observa-se, nas falas da gestão municipal e dos próprios idosos, que o acesso ao acompanhamento psicológico no município é limitado, em razão da escassez de profissionais, da oferta restrita a alguns postos de saúde e da realização de atendimentos muito espaçados, o que dificulta a continuidade do cuidado e a efetividade das ações de saúde mental voltadas à população idosa.

Evidencia-se que as limitações no acesso aos serviços de saúde mental não se restringem apenas à insuficiência de profissionais, mas também se relacionam à forma como as políticas públicas são estruturadas, implementadas e comunicadas à população idosa. Assim, torna-se necessário avançar a análise para compreender de que maneira as políticas públicas voltadas aos idosos são divulgadas no município, bem como os impactos dessa divulgação, no acesso e na efetiva utilização dos serviços disponíveis. A próxima categoria dedica-se a examinar as políticas públicas e sua divulgação, buscando identificar desafios, lacunas e possibilidades de fortalecimento das ações voltadas à população idosa.

4.3.2 Políticas Públicas e sua Divulgação

O secretário de Desenvolvimento Social de Taquara - RS mencionou que o Município desenvolve programas como o Centro de Convivência e serviços assistenciais, mas que há dificuldades na divulgação dessas ações e, por isso, muitos idosos acabam não sendo atingidos pelas atividades desenvolvidas pela municipalidade.

Bardin (2011), esclarece que a comunicação eficiente das políticas públicas é essencial para garantir sua efetividade, uma vez que, para alcançar o fim que a política se propõe, é necessário que os alvos da política saibam onde encontrá-la.

Isso se confirma na fala dos idosos, que demonstraram desconhecimento sobre parte dos serviços municipais. Como ressalta Carvalho e Neri (2013), a falta de informação pode impedir que políticas bem estruturadas cumpram seu papel social.

A análise evidenciou uma estrutura institucional comprometida com a implementação de políticas públicas para idosos, mas ainda limitada por fragilidades estruturais e operacionais. A Secretaria de Desenvolvimento Social aponta como principais ações os serviços do SUAS, a parceria com o SESC e a previsão de

reestruturação do Conselho Municipal do Idoso. Entretanto, reconhece a insuficiência de pessoal técnico e a prevalência de uma atuação reativa, focada nas urgências: *“Não conseguimos canalizar um trabalho de médio e longo prazo.”* (Secretaria).

Esse cenário reflete o que Abramo (1997) denomina como “fragilidade institucional das políticas sociais”, em que a ausência de planejamento estratégico e de recursos humanos impede a consolidação de uma política pública sustentável. A criação do Fundo Municipal do Idoso, recentemente sancionado na Câmara Municipal de Vereadores, surge como uma resposta a essa lacuna, visando à captação de recursos e à ampliação das ações voltadas à população idosa.

Conforme Sen (2010) e Nussbaum (2011), políticas públicas efetivas devem ampliar as liberdades substantivas das pessoas, proporcionando condições para que os idosos vivam com dignidade. A ausência de continuidade no funcionamento do Conselho Municipal do Idoso compromete a interação dos sujeitos idosos e sua inserção nos processos decisórios que dizem respeito às suas vidas, caracterizando uma violação direta ao princípio da participação como vetor de desenvolvimento humano.

No estudo sobre os conselhos municipais do idoso e a representação social, realizado por Fernandes e Andrade (2019), o Conselho é apresentado como um importante instrumento de participação e controle social na defesa dos direitos da pessoa idosa. Segundo os autores, esse órgão deve ser composto por representantes da sociedade civil de forma intersetorial, com especial destaque para aqueles não vinculados diretamente ao governo. A existência do Conselho, bem como a adequada divulgação de suas atribuições, é fundamental para garantir a participação da sociedade na defesa dos direitos dos idosos, além de possibilitar a colaboração na formulação de propostas e políticas públicas voltadas a esse público. A captação de recursos também se mostra essencial para a ampliação do acesso à garantia de direitos, sendo o Conselho responsável pela fiscalização e pelo controle do Fundo Municipal do Idoso.

Não obstante o Município de Taquara - RS tenha promulgado lei instituindo o Fundo Municipal do Idoso, a ausência de funcionamento efetivo do Conselho Municipal compromete a finalidade desse instrumento. Isso porque, sem a existência concreta e ativa do órgão colegiado, a criação do Fundo torna-se infrutífera, uma vez

que não produz efeitos práticos sem a instância responsável por sua gestão, fiscalização e controle social.

Nesse contexto, evidencia-se que a efetivação das políticas públicas destinadas à população idosa depende não apenas de sua previsão normativa e institucional, mas principalmente de sua concretização por meio de ações que garantam direitos básicos. A próxima categoria de análise dedica-se a examinar o acesso à saúde, ao lazer e à cultura, elementos fundamentais para a promoção do envelhecimento ativo, da participação social e da melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas no Município de Taquara - RS.

4.3.3 Acesso à Saúde, Lazer e Cultura

Os entrevistados apontaram que a oferta de serviços de saúde, lazer e cultura para a terceira idade ainda é insuficiente, os relatos dos idosos foram uníssonos quanto a isso, assim como o da Prefeita e do Secretário do Desenvolvimento Social. Segundo Sen (2000), o desenvolvimento humano depende da ampliação de capacidades e liberdades, e o acesso à saúde e ao lazer são essenciais para garantir qualidade de vida. A limitação desses serviços compromete não apenas o bem-estar, mas também a saúde e a participação social das pessoas idosas.

Os idosos relataram dificuldades recorrentes para acessar atendimento médico especializado, além de mencionarem a escassez de opções de lazer e atividades culturais. A prefeita reconheceu essa realidade, afirmando que, embora existam iniciativas e planejamento para a ampliação desses serviços, a demanda ainda supera significativamente a oferta disponível no município.

A saúde configura-se como um dos eixos mais críticos destacados nas entrevistas e nos grupos focais. A demora nos atendimentos, a carência de profissionais especializados e a ausência de serviços contínuos de saúde mental foram apontadas de forma recorrente. Os participantes enfatizaram a relevância do acolhimento psicológico e da escuta qualificada, conforme evidenciam os relatos: *“Às vezes a pessoa só precisa conversar”* (GF1) e *“Falta psicólogo nos bairros, principalmente para mulheres”* (GF3). Esses depoimentos revelam que a atenção à saúde emocional permanece fragilizada, apesar de sua importância para o envelhecimento com dignidade.

Nesse contexto, para Sen (2010) compreende a saúde como uma liberdade instrumental e, simultaneamente, como um fim em si mesma, sendo indispensável para o desenvolvimento humano. A restrição ou limitação do acesso aos serviços de saúde pode, portanto, configurar violação de direitos fundamentais, especialmente do direito à vida digna. O comprometimento da saúde física e emocional dos idosos impacta não apenas sua qualidade de vida, mas também sua capacidade de participação social, repercutindo negativamente no desenvolvimento humano em sua totalidade.

Essa compreensão dialoga com Barroso (2020), ao afirmar que o princípio da autonomia, intrínseco à dignidade da pessoa humana, corresponde à liberdade de autodeterminação e de realização de escolhas de forma independente, como decidir sobre a continuidade no trabalho, a vida religiosa ou outros aspectos existenciais. O impedimento à autodeterminação, especialmente quando decorrente da restrição de acesso a direitos essenciais, configura violação à dignidade humana.

Ao limitar o acesso à saúde em razão de atendimentos espaçados, necessidade de agendamento para consulta e insuficiência de profissionais, o Município acaba por restringir o direito à vida, uma vez que a saúde é condição indispensável para sua preservação. O idoso não pode prever quando adoecerá e tampouco aguardar longos períodos para ser atendido, situação que evidencia uma negligência institucional com potencial de gerar consequências graves.

Ressalta-se, ainda, que a população idosa no Brasil já representa aproximadamente 15% da população total, e o Município de Taquara conta com cerca de 10 mil idosos. Essa realidade impõe ao poder público o dever de tratar essa parcela da população com respeito, dignidade e prioridade, assegurando políticas públicas efetivas que garantam o acesso à saúde, ao lazer e à cultura como direitos fundamentais e como pilares do desenvolvimento humano na velhice.

No que se refere aos espaços de lazer, os relatos indicam que as opções disponíveis no município concentram-se, predominantemente, nas praças públicas e no Parque do Trabalhador. Ainda que limitados, os idosos reconhecem a relevância desses espaços, especialmente quando há acompanhamento de profissionais de educação física para a realização de atividades orientadas, o que contribui para a prática regular de exercícios, para a socialização e para a manutenção da saúde física e mental.

Quanto às opções culturais, destacou-se quase exclusivamente o evento do Natal Luz, o qual, apesar de sua importância simbólica e cultural, permanece restrito ao centro da cidade, não alcançando de forma efetiva os bairros mais afastados e as localidades do interior do município. Essa concentração evidencia a necessidade de ampliação e descentralização das ações culturais e de lazer, com a criação de novas iniciativas que contemplem diferentes territórios e possibilitem maior inclusão da população idosa nas atividades culturais e recreativas ao longo do ano.

Como possível resposta às demandas identificadas, a adesão do Município à Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa mostra-se como uma alternativa alinhada às necessidades apontadas pelos idosos e pela gestão municipal. Instituída pelo Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, a Estratégia propõe ações voltadas ao envelhecimento ativo e sustentável, atribuindo aos municípios o papel central na execução de políticas públicas específicas, especialmente no âmbito da assistência social. (BRASIL, 2019).

O Decreto define o envelhecimento saudável como a preservação das capacidades funcionais da pessoa idosa, permitindo seu bem-estar físico, mental e social, o que pressupõe acesso efetivo e contínuo aos serviços de saúde. Além disso, estabelece o conceito de cidade amiga da pessoa idosa como aquela que respeita e incentiva o envelhecimento ativo, garantindo condições adequadas de vida, participação social, acesso ao lazer, à cultura e aos serviços públicos essenciais, o que pode contribuir para a superação das limitações atualmente identificadas no Município. (BRASIL, 2019).

Além disso, a adesão do Município à Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa, instituída pelo Decreto nº 9.921/2019, também se mostra relevante do ponto de vista do financiamento das políticas públicas. Embora a Estratégia não crie novas fontes de recursos, ela incentiva a articulação e o fortalecimento dos instrumentos já existentes, especialmente o Fundo Nacional do Idoso e o Fundo Municipal do Idoso. Ao estimular a estruturação dos conselhos e fundos como instâncias de controle social e financiamento, a Estratégia amplia as possibilidades de captação e aplicação de recursos em ações voltadas ao envelhecimento ativo, saudável e sustentável. Dessa forma, a efetiva utilização do Fundo Municipal do Idoso, em consonância com o Fundo Nacional, torna-se um elemento central para viabilizar programas, projetos e serviços que garantam o acesso da população idosa à saúde,

ao lazer, à cultura e à participação social, fortalecendo a implementação das políticas públicas no âmbito local.

A próxima categoria abordará as concepções relacionadas ao mercado de trabalho e ao preconceito etário, a partir da comparação entre as falas dos idosos e da gestão municipal. Essa análise permitirá compreender como a permanência ou reinserção no trabalho é percebida na velhice, bem como de que forma o etarismo se manifesta nas relações sociais e institucionais, influenciando a autonomia, a dignidade e as oportunidades das pessoas idosas no município.

4.3.4 Mercado de Trabalho e Preconceito

A inserção no mercado de trabalho foi apontada como um dos principais desafios enfrentados pelas pessoas idosas. De acordo com relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), o preconceito etário constitui um obstáculo significativo para que pessoas com mais de 60 anos permaneçam ou retornem à atividade econômica, mesmo quando ainda apresentam plena capacidade produtiva.

Os idosos entrevistados relataram dificuldades concretas para encontrar oportunidades de trabalho no município de Taquara, o que evidencia a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas específicas voltadas à empregabilidade na terceira idade. Para parte dos participantes, o trabalho é compreendido como um importante instrumento de autonomia financeira, manutenção da autoestima e preservação do sentimento de utilidade social.

Entretanto, a ausência de políticas públicas direcionadas à empregabilidade da pessoa idosa foi reconhecida por todos os atores entrevistados. Tal percepção é ilustrada pelas falas: *“Nunca vi divulgação de vagas para idosos.”* (GF1) e *“Não temos nenhuma política específica para isso.”* (Prefeita). Ainda que alguns idosos permaneçam ativos no mercado de trabalho por meio de empresas terceirizadas, conforme relatado pela gestão municipal, essa inserção ocorre de forma pontual e não estruturada.

Nesse contexto, o preconceito etário, aliado à inexistência de programas institucionais voltados ao trabalho na velhice, revela uma cultura que ainda não reconhece plenamente o direito à atividade laboral nessa fase da vida, conforme defendem Nussbaum (2011) e Abramo (1997). Esse cenário conflita com o

ordenamento jurídico brasileiro, que assegura a proteção ao trabalho, inclusive na velhice.

Ressalta-se que a Política Nacional do Idoso estabelece, entre as competências dos órgãos e entidades públicas, a garantia de mecanismos que impeçam a discriminação da pessoa idosa quanto à sua participação no mercado de trabalho, tanto no setor público quanto no privado. (BRASIL, 1994). De forma complementar, o Estatuto da Pessoa Idosa assegura expressamente o direito ao exercício de atividade profissional, vedando qualquer forma de discriminação por idade e garantindo igualdade de oportunidades, além de reconhecer a importância da valorização da experiência e do saber acumulados ao longo da vida (BRASIL, 2003). O Estatuto também reforça o direito à continuidade no trabalho, desde que respeitadas as condições de saúde, a dignidade e a livre escolha da pessoa idosa.

Constata-se que a inserção do idoso no mercado de trabalho, no contexto do município de Taquara, permanece marcada por barreiras, ausência de políticas públicas específicas e pela persistência do preconceito etário, fatores que limitam a autonomia, a participação social e o pleno desenvolvimento humano na velhice.

As falas dos idosos e da gestão municipal evidenciam uma divergência entre o reconhecimento normativo dos direitos da pessoa idosa e sua efetiva concretização na realidade local, reforçando a necessidade de ações que valorizem a experiência, a capacidade produtiva e o protagonismo dos idosos, em consonância com os princípios da Política Nacional do Idoso e do Estatuto da Pessoa Idosa. Esses elementos, analisados à luz do referencial teórico, contribuem para compreender como as condições de trabalho impactam diretamente a dignidade, a autoestima e a inclusão social na velhice, aspectos centrais para o desenvolvimento humano ao longo do curso da vida.

Na categoria a seguir, serão apresentadas as considerações relativas à Percepção sobre a Inserção do Idoso na Sociedade, a partir da análise comparativa das falas dos idosos e dos representantes da gestão municipal.

4.3.5 Percepção Sobre a Inserção do Idoso na Sociedade

Por meio da análise realizada, considerando o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), evidencia que os idosos de Taquara - RS percebem o

envelhecimento de forma multifacetada, apontando pontos positivos e negativos com relação à percepção da sociedade sobre os idosos.

Os idosos valorizam a participação em atividades sociais, culturais, espirituais e de lazer como meios fundamentais para o bem-estar e a manutenção de sua autonomia. Ao mesmo tempo, revelam fragilidades significativas, especialmente no acesso à saúde pública, nas oportunidades no mercado de trabalho e na percepção de preconceito em determinadas situações.

Por sua vez, a gestão municipal, representada pela prefeita, também reconhece tanto os avanços quanto os desafios para a população idosa. Por meio das respostas, demonstrou-se o comprometimento em implementar políticas públicas voltadas à inclusão e à valorização da pessoa idosa, especialmente por meio da criação do Fundo do Idoso, da ampliação de espaços de convivência, das práticas integrativas na saúde e de ações culturais.

Contudo, a municipalidade reconhece limitações estruturais, como a dificuldade de alcance em todas as regiões, especialmente no interior no Município de Taquara, e reconhece a necessidade de fortalecer a atuação do conselho municipal e das políticas de proteção social.

Neste contexto, os relatos dos idosos, aliados à percepção da gestão, demonstram a necessidade de fortalecer as políticas públicas que garantam não apenas a sobrevivência, mas, também, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano e o envelhecimento ativo da população idosa, com a sua efetiva participação na sociedade, inclusive em áreas decisórias, como no Conselho Municipal do Idoso, que durante o período da pesquisa, estava em inatividade.

Verificou-se que a participação social dos idosos ocorre majoritariamente em atividades culturais e comunitárias, mas é frágil no campo institucional. O Conselho Municipal do Idoso, inativo, representa um entrave à construção coletiva de políticas, conforme relatado pelos entrevistados: *“Faltou organização e provocação por parte do poder público.”* (Prefeita)

Para Camarano (2014), a ausência de estruturas participativas consolidadas mina a efetividade das políticas públicas e distancia os idosos das decisões que impactam diretamente sua vida. A fala da Prefeita reforça a importância de um conselho atuante como “braço do município” para alcançar mais idosos e romper com a lógica de invisibilização da terceira idade nas instâncias decisórias.

Algumas barreiras de acesso ao serviço público foram mencionadas na coleta. A acessibilidade urbana e o transporte público se destacaram como desafios para o acesso aos serviços, especialmente para os idosos residentes nas áreas na zona rural. Os grupos focais relataram dificuldades com calçadas irregulares, inexistência de praças próximas aos bairros distantes do centro da cidade e poucos horários de ônibus. A coleta de exames no interior, iniciativa pontual do Município, é destacado como um avanço, mas ainda insuficiente diante das demandas expressas.

Além disso, a demora no atendimento em saúde e a falta de especialistas (como geriatras e psicólogos) foram recorrentes nos depoimentos dos idosos: *“A fila de espera é de um ano para exames.”* (GF3). *“Faltam psicólogos nos bairros.”* (GF1)

Esses dados estão alinhados com os apontamentos de Camarano (2014), que destaca a falta de preparo da rede pública de saúde diante do envelhecimento populacional brasileiro, especialmente no que tange à formação de profissionais para lidar com as especificidades da terceira idade. A falta de visibilidade das necessidades do idoso do sistema público de saúde reflete uma dificuldade evidente não só do Município de Taquara - RS, mas de todo o Brasil.

A análise também evidenciou a baixa divulgação dos serviços disponíveis, o que limita o exercício do direito à informação e ao acesso, conforme relatado pelo Secretário de Desenvolvimento: *“Nem todo mundo tem conhecimento daquilo que é feito.”*

Nesse ponto, verifica-se que a acessibilidade à informação constitui um requisito fundamental para o envelhecimento ativo, conforme proposto pela Organização Mundial da Saúde (2005), que elenca a informação e comunicação como um dos eixos essenciais para cidades que desejam ser amigas das pessoas idosas. A ausência de estratégias comunicativas inclusivas compromete a autonomia, o protagonismo e o pleno exercício da cidadania por parte da população idosa. Como destaca Mineiro (2017), a comunicação acessível não se limita a eliminar barreiras físicas, mas exige ações que considerem aspectos intelectuais, sociais e culturais, permitindo que os idosos compreendam, participem e usufruam dos serviços públicos de forma efetiva.

Para além da ampliação de serviços, é indispensável que o poder público desenvolva políticas integradas de formação profissional, acessibilidade e participação social, a fim de garantir não apenas o direito ao envelhecimento com

dignidade, mas também o reconhecimento da pessoa idosa como sujeito ativo na construção das políticas que a afetam diretamente em suas mais diversas áreas.

4.4 Discussão e Interpretação

A análise dos resultados evidencia que o desenvolvimento humano da população idosa de Taquara, RS, está diretamente relacionado à qualidade, amplitude e alcance das políticas públicas implementadas, bem como à atuação de iniciativas privadas. O desenvolvimento regional, por sua vez, depende da inclusão efetiva dessa população, considerando sua capacidade de contribuir economicamente, culturalmente e socialmente para o município. A ausência de acesso equitativo a políticas públicas, a limitação de divulgação e o preconceito etário não apenas fragilizam a autonomia dos idosos, mas também reduzem o potencial de fortalecimento das comunidades e da economia local.

As atividades desenvolvidas pelo Coral Viva a Vida e pelo projeto Informática para a Terceira Idade, de iniciativa privada, representam exemplos importantes de integração, pois complementam as ações públicas e ampliam oportunidades de participação e interação dos idosos. Essas iniciativas demonstram que o envolvimento do setor não governamental é fundamental para suprir lacunas da esfera pública, ampliando o acesso a espaços de convívio, aprendizado e expressão cultural. As ações potencializam redes comunitárias e contribuem diretamente para o desenvolvimento humano, que, por sua vez, se reflete no desenvolvimento regional ao promover maior integração social, inclusão e qualidade de vida.

Portanto, é possível afirmar que o fortalecimento das políticas públicas, aliado à participação ativa da sociedade civil e do setor privado, constitui condição essencial para ampliar as liberdades individuais da população idosa e, consequentemente, promover um desenvolvimento regional mais inclusivo, sustentável e alinhado aos princípios da equidade social, conforme defendido por Amartya Sen (2000).

Além disso, o estudo dos resultados que foram obtidos por meio da pesquisa de campo permitiram relacionar os dados com os objetivos da pesquisa. O objetivo específico “a” (contextualizar o conceito de pessoa idosa, considerando sua inserção na sociedade, bem como as normas e documentos internacionais e nacionais que

tratam da sua proteção), constatou-se que o conceito de pessoa idosa, tanto na percepção do Poder Público quanto na dos idosos ainda possui divergências.

Enquanto na legislação brasileira e internacional estabelecem garantias de proteção e de dignidade, as falas dos participantes mostram que ainda existe estereótipos sociais e preconceito etário, limitando a inserção plena do idoso na sociedade. Essa constatação traduz a importância de políticas públicas que não apenas assegurem formalmente direitos, mas que provoque mudanças culturais capazes de repercutir o idosos como sujeito de direitos. Beauvoir (1990) indica que a marginalização da velhice é uma construção social, assim como Debert (1999), que aduz que o envelhecimento é uma questão pública, devendo ser observada pelas autoridades por meio de políticas que permitam atender às necessidades da população idosa.

Por sua vez, com relação ao objetivo específico “b” (identificar e especificar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa), verificou-se ações no Município de Taquara - RS, especificamente por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assistência na saúde, atividades culturais consistente no Natal Mágico, e previsão de criação do Fundo Municipal do Idoso, por meio da criação da Lei 6996/2024. Todavia, observou-se que as iniciativas precisam de maior divulgação e alcance. Muitos dos idosos informaram desconhecer a Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável por grande parte da realização de ações com os idosos. Dessa forma, a falta de divulgação, restringe a participação de mais pessoas, comprometendo a sua efetividade. Essa omissão traduz a necessidade de estratégias da gestão para aproximar as políticas públicas da população, problema identificado por Camarano (2014), ao analisar a fragmentação e a baixa articulação das políticas públicas destinadas à pessoa idosa no Brasil.

Com relação ao objetivo específico “c” (c) verificar a implementação, pelo Município de Taquara/RS, das políticas públicas destinadas à pessoa idosa e discutir suas diferentes abordagens, especialmente no âmbito da saúde, do lazer e da cultura, analisando em que medida podem contribuir para o desenvolvimento humano), verificou-se que o Município implementa políticas públicas, como o estacionamento rotativo, que possui vagas destinadas aos idosos, atividades de exercício físico com os idosos nos parques da cidade, além da integração em atividades de trabalhos manuais, nos quais idosos auxiliam na decoração da cidade

em épocas festivas, assim como o atendimento prioritário em postos de saúde (citados pelos grupos focais e nas entrevistas).

Entretanto, as áreas de saúde, lazer e cultura, embora possuam atividades com iniciativas locais, não atingem plenamente os idosos, sobretudo aqueles residentes em áreas no interior do Município de Taquara - RS, que são afastadas do centro da cidade. Além disso, foi possível observar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e preconceito etário, impactando na autonomia e bem-estar dos idosos. A dificuldade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho e o preconceito etário, é uma realidade apontada por Neri (2013), pois o envelhecimento ativo depende não só da oferta de trabalho e serviços, mas da eliminação de barreiras sociais e econômicas que impossibilitam o exercício da cidadania.

À vista disso, conforme a teoria do desenvolvimento como liberdade, proposta por Amartya Sen (2000), é possível afirmar que as políticas públicas, especialmente as citadas como realizadas no período de 2021 a 2024 contribuem de forma parcial para o desenvolvimento humano da população idosa de Taquara - RS, pois boa parte dos idosos demonstraram desconhecer a totalidade das ações.

Além disso, os resultados indicam que, embora existam políticas públicas voltadas aos idosos em Taquara - RS, ainda há desafios na sua implementação e divulgação. Como afirma Sen (2000), o verdadeiro desenvolvimento ocorre quando há ampliação das liberdades individuais e maior acesso a oportunidades.

No tocante aos idosos, essas liberdades ainda são limitadas pela falta de inserção social, dificuldades no acesso a serviços essenciais e as barreiras no mercado de trabalho, pois conforme relatado pelos idosos, embora tenham algum tipo de recurso financeiro, ainda há pessoas que carecem de auxílio governamental, ou que não possuem renda.

O conceito de marginalização da velhice é um fenômeno social amplamente discutido por Beauvoir (1990), que aponta como o envelhecimento é tratado de forma excludente nas sociedades modernas. Essa realidade foi refletida nos discursos de alguns idosos entrevistados, que relataram preconceito e falta de reconhecimento de sua importância para a comunidade. Um relato indicou que o preconceito pode surgir da própria percepção dos idosos consigo mesmos, ao relatar que se sentia velho e sem disposição.

A análise também constatou a criação de um programa municipal para os idosos, por meio do Fundo Municipal do Idoso e o fortalecimento do Conselho

Municipal do Idoso, que nos últimos 4 anos esteve em inatividade. A promulgação da Lei Municipal nº 6.996/2024, ocorreu em novembro de 2024 e instituiu o Fundo Municipal do Idoso em Taquara/RS, com a finalidade de captar, repassar e aplicar recursos destinados ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no município (Taquara, 2024). A iniciativa representa um marco relevante, pois cria condições institucionais para viabilizar políticas públicas de maior alcance e efetividade.

Contudo, a simples existência do Fundo não assegura, por si só, o fortalecimento do desenvolvimento humano dessa população, sendo imprescindível que sua operacionalização esteja vinculada a estratégias concretas, como políticas de empregabilidade, ampliação das atividades de lazer e cultura e a atuação ativa do Conselho Municipal do Idoso no controle social e no acompanhamento da aplicação dos recursos.

Portanto, é possível afirmar que o fortalecimento das políticas públicas, aliado à participação ativa de instituições privadas e não governamentais, constitui condição essencial para ampliar as liberdades individuais da população idosa e, consequentemente, promover um desenvolvimento regional mais inclusivo, sustentável e alinhado aos princípios da equidade social, conforme esclarece por Amartya Sen (2000).

À luz das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, a seção seguinte apresenta as considerações finais da pesquisa, nas quais são sistematizados os principais achados, limites e contribuições do trabalho, bem como apontadas reflexões e perspectivas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à população idosa no município de Taquara – RS.

CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida ao longo desta pesquisa, foi possível constatar que as políticas públicas voltadas à pessoa idosa no Município de Taquara - RS, especialmente durante a gestão 2021-2024, apresentam avanços significativos, porém insuficientes diante dos relatos dos idosos que participaram da coleta de dados. Essa insuficiência está relacionada, principalmente, à limitação de alcance das ações, à baixa divulgação das iniciativas, à dificuldade de acesso por parte de idosos residentes em áreas mais distantes do centro do município e à ausência de integração entre políticas voltadas à saúde, lazer, cultura e inclusão social, além da falta de controle e acompanhamento social das políticas.

Os relatos indicaram que persistem barreiras culturais e preconceitos etários que comprometem a plena participação dos idosos, restringindo sua interação social, especialmente no mercado de trabalho. Essas limitações revelam que, embora existam ações que possibilitam a participação do idoso na comunidade e o acesso à saúde, lazer e cultura, há limitação da abrangência dessas políticas, uma vez que elas restringem-se a área central da cidade, afastando o acesso de idosos dos bairros mais distantes a essas ações, repercutindo na restrição do desenvolvimento ativo e humano.

Embora o Município de Taquara não tenha fornecido documentos comprobatórios das atividades mencionadas nas entrevistas com a representante do Executivo Municipal e com o Secretário de Desenvolvimento Social, ambos foram uniformes ao relatar iniciativas desenvolvidas, especialmente aquelas voltadas à promoção do bem-estar e da saúde, como a oferta de profissional de educação física no Parque do Trabalhador, em diversos dias da semana e em horário comercial, além da reforma dos parques municipais, nos bairros, com a instalação de academias ao ar livre. Esses relatos condizem com as falas dos idosos, que também mencionaram a existência dessas atividades.

Destacou-se também a atividade do Natal Mágico, mencionada tanto pela Municipalidade quanto pelos idosos, que relataram sentir-se incluídos em ações festivas por meio da colaboração na decoração da cidade e da participação na cantata de Natal. A amostra avaliada demonstrou entusiasmo em integrar-se a essas atividades culturais. Entretanto, as atividades culturais acabam se restringindo ao Natal Mágico, evidenciando a necessidade de ampliação e diversificação das

iniciativas ao longo do ano, com a oferta regular de atividades culturais e artísticas, tais como oficinas de música, canto, teatro, artesanato, dança, pintura, exposições culturais, saraus, apresentações intergeracionais e atividades culturais descentralizadas nos bairros e no interior do município, promovendo a convivência, o protagonismo e o envelhecimento ativo da população idosa.

Destaca-se que a ausência de documentação comprobatória limita não apenas a precisão da análise realizada, mas também a capacidade de avaliar de forma consistente o impacto dessas ações no desenvolvimento humano da população idosa e, conseqüentemente, no desenvolvimento regional. Sem registros formais, torna-se mais difícil mensurar a efetividade, a abrangência e a continuidade dessas iniciativas, bem como identificar lacunas e potencialidades. Assim, o registro sistemático de projetos e atividades voltadas à pessoa idosa são essenciais para assegurar o planejamento estratégico, a melhoria das políticas públicas e a potencial ampliação de seus efeitos positivos sobre a qualidade de vida dos idosos e o fortalecimento social e econômico do Município de Taquara.

Nesse contexto, o problema de pesquisa proposto “Como as políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa, implementadas pelo Município de Taquara, na última gestão municipal (2021-2024), podem contribuir para o desenvolvimento humano destas e, por via de consequência, para o desenvolvimento regional?” revelou-se de resposta complexa. Os resultados apontaram contribuições parciais, limitadas pela ausência de informações precisas e documentos comprobatórios, pela insuficiente divulgação das políticas públicas e pelo fato de que, embora o Município possua cerca de 10 mil idosos, conforme dados do IBGE, muitos não são alcançados por essas iniciativas, sobretudo aqueles que residem em áreas rurais e afastadas da cidade, onde não há a mesma oferta de lazer e bem-estar.

A falta de acesso ao mercado de trabalho também foi relatada pelos idosos, o que gera preocupação, pois, apesar da idade avançada, a insuficiência de recursos financeiros e de auxílio familiar reflete na necessidade de complementação da renda por meio de atividades laborais formais. Além disso, o próprio Município reconheceu a ausência de estratégias para fomentar a continuidade do idoso no mercado de trabalho.

Constatou-se ainda que o Município desenvolve ações voltadas à saúde, como a realização de coleta de sangue em postos no interior, o que evita o deslocamento até a cidade, e o atendimento prioritário nos serviços de saúde.

Contudo, embora tenham prioridade, os idosos relataram demora na realização de consultas com especialistas e, sobretudo, a insuficiência de psicólogos para acompanhamento da saúde mental, além da necessidade de agendamento prévio de consultas para conseguirem atendimento.

As ações desenvolvidas, portanto, não alcançam de forma equitativa a totalidade dos idosos, especialmente aqueles residentes em áreas rurais ou afastadas do centro urbano, evidenciando disparidades no acesso às políticas públicas. Soma-se a isso a dificuldade de mobilidade urbana e transporte público, comprometendo a efetividade dos programas ofertados e impactando diretamente na qualidade de vida, pois as ações culturais e de interação limita-se ao Parque do Trabalhador, que fica no centro da cidade, impossibilitando aqueles que não tem meio de locomoção própria acessarem esses serviços.

Outro aspecto relevante foi a percepção dos próprios idosos sobre si mesmos. Em sua maioria, reconheceram o envelhecimento como fase de aprendizado e contribuição social, especialmente ao relatar que continuam auxiliando filhos e netos na educação. Essa compreensão rompe com estereótipos associados à inutilidade ou dependência na velhice e expressa uma percepção positiva do envelhecer, diretamente relacionada ao fortalecimento da autoestima, do bem-estar subjetivo e do desejo de permanência na vida social ativa.

A inatividade do Conselho Municipal do Idoso ao longo dos últimos quatro anos (2021–2024) representa o cenário de fragilidade das políticas públicas voltadas à população idosa no município, especialmente diante da escassez de recursos financeiros e humanos, conforme relatado pelo Secretário de Desenvolvimento Social e pelo Executivo Municipal. A descontinuidade compromete diretamente os mecanismos de participação social e de controle social, além de limitar a formulação, o monitoramento e a avaliação de iniciativas específicas destinadas aos idosos. A ausência de um conselho atuante configura-se como uma barreira concreta à promoção da qualidade de vida dessa população, uma vez que esse espaço institucional poderia viabilizar a proposição de ações direcionadas, o acompanhamento sistemático das políticas existentes e a articulação de parcerias estratégicas para captação de recursos e investimentos em prol da pessoa idosa.

Apesar das limitações identificadas, a criação do Fundo Municipal do Idoso, ocorrida justamente no período da pesquisa de campo, representa um avanço institucional relevante e sinaliza que a provocação desta investigação pode ter

contribuído para despertar maior atenção do Poder Público às demandas da população idosa. O Fundo possui potencial para captar recursos e destiná-los a ações específicas, possibilitando a ampliação das liberdades dos idosos e o alcance de grupos historicamente mais vulneráveis, como aqueles residentes em áreas rurais.

Todavia, embora constitua um avanço formal, o Fundo, por si só, não produzirá efeitos concretos se não estiver vinculado a um Conselho Municipal do Idoso devidamente estruturado, composto por membros competentes, qualificados e com autonomia em relação ao Poder Executivo. A ausência de um conselho atuante e independente compromete a aplicação efetiva, transparente e democrática dos recursos captados, esvaziando o potencial do Fundo como instrumento de promoção de direitos, controle social e fortalecimento das políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas à pessoa idosa em Taquara – RS, no período da gestão 2021–2024, contribuem para o desenvolvimento humano, especialmente por meio do incentivo à convivência comunitária e de iniciativas culturais e de lazer. Contudo, sua capacidade de impactar de forma estrutural o desenvolvimento regional permanece limitada, em razão das fragilidades na implementação, da baixa divulgação e da ausência de políticas consistentes voltadas à empregabilidade, à saúde e à inclusão social. Além disso, a ausência de controle e fiscalização dessas políticas pela comunidade configura-se como uma violação à dignidade humana das pessoas idosas, sobretudo diante da limitação de sua autonomia.

A análise dos relatos dos idosos indica que, para que haja efetiva contribuição para o desenvolvimento regional, seria necessário avançar em ações mais estruturadas, capazes de atingir diferentes dimensões da vida comunitária e econômica. Como exemplo, destacam-se: a atuação mais precisa de profissional de psicologia nas unidades de saúde, para acompanhar o processo de envelhecimento e promover bem-estar emocional; a ampliação das atividades com professor de educação física nos demais bairros, de forma descentralizada, garantindo acesso a quem reside em áreas mais afastadas; e a criação de programas de capacitação profissional para idosos, estimulando sua participação ativa na economia local.

Dessa forma, o fortalecimento das ações institucionais pelo Município de Taquara, RS, a descentralização das políticas e a promoção de uma cultura de

valorização do envelhecimento ativo, além da captação de recursos por meio do Fundo Municipal do Idoso, constituem caminhos essenciais para que o Município assegure não apenas a proteção formal, mas a efetiva inclusão dos idosos como sujeitos de direitos e agentes de desenvolvimento humano e regional. Assim, políticas públicas mais articuladas, acessíveis e integradas têm o potencial de transformar a realidade da população idosa, ampliando sua autonomia, sua participação social e, conseqüentemente, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento regional no Município de Taquara.

Nesse sentido, uma resposta fundamental para que as políticas públicas voltadas à pessoa idosa contribuam de forma significativa para o desenvolvimento humano no Município de Taquara – RS reside na efetiva estruturação e fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso. Trata-se de um espaço institucional indispensável para assegurar um olhar específico e qualificado sobre as demandas dessa população, viabilizando a participação social, o controle das políticas públicas e a garantia de direitos. Um conselho atuante possibilita a articulação entre poder público, sociedade civil e demais atores institucionais, além de orientar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso de forma transparente, técnica e alinhada às reais necessidades dos idosos. Assim, o fortalecimento do conselho configura-se como condição estratégica para transformar iniciativas pontuais em políticas estruturadas, capazes de promover autonomia, dignidade e inclusão social, elementos essenciais para o desenvolvimento humano ao longo do envelhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena, (1997). **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, p. 25-36, maio-dez. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade).
- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. *Dados*, v. 46, n. 1, p. 5–34, 2002.
- AGUIAR, M. R. V. DE . et al.. **Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016**. Interações (Campo Grande), v. 21, n. 2, p. 305–316, abr. 2020.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ANDRADE, L. M. *et al.* **Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 12, p. 3543–3552, dez. 2013.
- ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2003.
- Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios (2022). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-dodesenvolvimento-humanoo/atlas-dos-municipios.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, S. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Tempo de memória: de senectude e outros escritos autobiográficos**. Tradução de Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BRAGA, Pérola Melissa V. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é desenvolvimento local?** 2. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 mar. 2024. Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11962-22-marco-2024-795421-publicacaooriginal-171338-pe.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social**: institui a Política Nacional de Assistência Social, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 2019**. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Série histórica do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos** – Município de Taquara/RS. Base de dados – Aplicações Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?vsc=PYfnoX&ag=p>. Acesso em: 09 dez. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology**.

Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração pública burocrática à gerencial**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 49, n. 1, p. 7-39, jan./mar. 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PDC 863/2017**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=2164910>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARA. Lei Municipal nº 6.996, de 07 de novembro de 2024. **Institui o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências**. Taquara, RS: Câmara Municipal de Taquara, 07 nov. 2024. Disponível em: <https://www.camarataquara.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/24159>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARVALHO, J. A. M.; NERI, A. L. **Envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica**. São Paulo: Atheneu, 2013.

CARVALHO, O. F. D.. **As políticas públicas como concretização dos direitos sociais**. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 6, n. 3, p. 773–794, set. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ericles Leonam dos Santos et al. **Os desafios no acesso ao BPC**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 4, 2025.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DIAS, C. A. **Grupo focal**. Informação & Sociedade, v. 10, n. 2, 2000.

DIAS, Jean C.; SIMÕES, Sandro Alex de S. **Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento**. São Paulo: Grupo GEN, 2013.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Grupo GEN, 2012.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. In: SOUSA et al. Celso Furtado. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

DINIZAR, F. Becker; WITTMANN, Milton Luiz (org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DUARTE, C. M. R. et al.. **Proteção social e política pública para populações vulneráveis: uma avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 11, p. 3515–3526, nov. 2017.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 14. ed. Boston: Pearson, 2013.

FALQUETO, junia maria zandonade; HOFFMANN, . E.; FARIAS, . S. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. Revista de Ciências da Administração, [S. l.], v. 20, n. 52, p. 40–53, 2018. DOI: 10.5007/2175-8077.2018V20n52p40. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p40>. Acesso em: 27 set. 2023.

FERNANDES, J. DA S. G.; ANDRADE, M. S. DE. **Conselhos Municipais do Idoso e Representações Sociais de seus Conselheiros**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, p. e187297, 2019.

FISCHER, Frank. **Reframing public policy: discursive politics and deliberative practices**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. São Paulo: Grupo A, 2012.

Fonseca, M. M. & Gonçalves, H. S. (2003). Violência contra o idoso: Suportes legais para a intervenção. Interação em Psicologia, 7(2), 121-128.

FONTE, Felipe de M. Políticas públicas e direitos fundamentais. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

GIOVANNI, Di Geraldo. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisas, NEEP/UNICAMP, n. 82, 2009.

GOMES, Jesus Tupã Silveira. **Controle de Convencionalidade no Poder Judiciário**: da hierarquia normativa ao diálogo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2018.

GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lígia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. São Paulo: Grupo A, 2017.

GRIEBELER, Marcos Paul Dhein; Riedl, Mario; Orgs. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017.

GUSSOLI, Felipe Klein. **Políticas Públicas Exclusivas de Lazer**: Em Busca do Cansaço Profundo. Revista Licere, v. 23, n. 2, p. 511-536, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/24093>. Acesso em:

HALL, Peter A. **Policy paradigms, social learning and the state**: the case of economic policymaking in Britain. *Comparative Politics*, v. 25, n. 3, p. 275-296, Apr. 1993.

HARDY, E. **Instruções para escrever um projeto de pesquisa**. Campinas: Macroven Gráfica, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34420&t=resultados>. Acesso em 4 jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IBGE. **Taquara (RS) – Panorama**. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/taquara.html>. Acesso em: jul. 2023.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

LASSWELL, Harold D. **The policy orientation**. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (Ed.). *The policy sciences: recent developments in scope and method*. Stanford: Stanford University Press, 1951. p. 3-15.

LIMA, A. E. M. **A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PAPEL DO ESTADO**. *Análise Econômica*, [S. l.], v. 24, n. 45, 2009. DOI: 10.22456/2176-5456.10848. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10848>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MANTOVANI, E. P.; LUCCA, S. R. DE .; NERI, A. L.. **Associações entre significados de velhice e bem-estar subjetivo indicado por satisfação em idosos**. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 19, n. 2, p. 203–222, mar. 2016.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Direito dos idosos**. São Paulo: LTr, 1997.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016.

MENDES, Gilmar F. **Manual dos direitos da pessoa idosa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

MENDES, Gilmar. **Direitos Fundamentais e a Constituição Brasileira**. São Paulo: Editora Malheiros, 2022.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S.. **A análise de conteúdo como uma metodologia**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, jul. 2017.

MILANI, M. L.; CARDOSO, C. B. **Políticas públicas de cultura, esporte e lazer e a visão da juventude de São Mateus do Sul- Paraná**. *Revista Grifos*, [S. l.], v. 23, n. 36/37, p. 29–40, 2016.

MINEIRO, Cristiano (coord.). **Guia de boas práticas de acessibilidade e comunicação inclusiva em monumentos, palácios e museus**. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.; Direção-Geral do Património Cultural, 2017.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **O que é Políticas Públicas**. In.: MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das Políticas Públicas*. Tradução Agemir Bavaresco; Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2007

NUSSBAUM, Martha C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: OPAS, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: OPAS, 2005.

PINHEIRO, Osvaldo Daniel dos Santos; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. O envelhecimento humano e os direitos da pessoa idosa: políticas públicas e cidadania em pauta. *Revista Kairós: Gerontologia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 135-150, 2019;

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2023). **PNUD no Brasil**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POGGE, Thomas. **World poverty and human rights: cosmopolitan responsibilities and reforms**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2005.

PREFEITURA DE TAQUARA. **História**. Taquara: Prefeitura, 2024. Disponível em: <https://www.taquara.rs.gov.br/conteudo/2848/918>. Acesso em: jul. 2024.

RAMOS, Paulo Roberto B. **Curso de direito do idoso**. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

RIEDL, Mário. **Desenvolvimento**. In: GRIEBELER, Marcos Paul Dhein; Riedl, Mario; Orgs. *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.

RODRIGUES, Léo. **Contingente de idosos residentes no Brasil aumenta 39,8% em 9 anos**. Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/contingente-de-idosos-residentes-no-brasil-aumenta-398-em-9-anos#:~:text=Um%20novo%20levantamento%20realizado%20pela,31%2C23%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAG/RS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: atlassocioeconomico.rs.gov.br. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOARES FV; SOARES S; MEDEIROS M; OSÓRIO RG. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília; 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/56493465-f942-4074-9db1-5fa1ab7338aa>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

STEIN BACKES, D. .; SILVEIRA COLOMÉ, J. .; HERDMANN ERDMANN, R. .; LERCH LUNARDI, V. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**: DOI: 10.15343/0104-7809.2011354438442. O Mundo da Saúde, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438–442, 2011. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/538>. Acesso em: 10 jul. 2023.

TAQUARA. Lei Ordinária n. 2995, de 2002. **Cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e da outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/taquara/lei-ordinaria/2002/300/2995/lei-ordinaria-n-2995-2002-cria-o-conselho-municipal-dos-direitos-do-idoso-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 nov. 2023.

THEIS, I. M. **O que é desenvolvimento regional?** Uma aproximação a partir da realidade brasileira. Redes, v. 24, n. 3, p. 334-360, 3 set. 2019.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 jun. 2022.

VIANNA ML; Teixeira W. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. In: VIANA ALA; ELIAS PEM; IBÁÑEZ N. organizadores. *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec; 2005.

VIEIRA, Roseli Schminski; VIEIRA, Reginaldo de Souza. *Saúde do idoso e execução da Política Nacional da Pessoa Idosa nas ações realizadas na atenção básica à*

saúde. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 14-37, mar./jun. 2016.
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v17i1p14-37>.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. São Paulo: Grupo A, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que tem como tema Políticas Públicas para a pessoa idosa desenvolvido pela mestrandia Suelen Santos Moraes, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação da professora Dr. Carlos Fernando Jung.

O objetivo central do estudo é analisar em que medida as políticas públicas voltadas à assistência da pessoa idosa no Município de Taquara contribuem para o desenvolvimento humano. O estudo justifica-se pela necessidade de avaliar como a população idosa visualiza a concretização dos seus direitos, uma vez que representam cerca de 31,2 milhões de pessoas no Brasil.

O convite a sua participação se deve pelo fato de você pertencer ao público alvo da pesquisa, ser pessoa idosa com mais de 60 anos de idade, residir no Município de Taquara - RS e participar dos projetos Coral Viva a Vida, Informática para Terceira Idade desenvolvidos pela FACCAT e ser residente ou frequentador do Lar Oase.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A pesquisadora do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado. Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa você estará amparado pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Havendo algum dano decorrente da pesquisa você estará amparado pela legislação brasileira (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954; entre outras e Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 19).

A sua participação consistirá em responder perguntas realizadas durante a entrevista, que tem como finalidade esclarecer os objetivos da pesquisa, a entrevista e os grupos focais terão duração de aproximadamente 1 (uma) hora. Cada grupo focal será realizado em 1 (um) encontro.

As entrevistas/questionários/grupos focais serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua professora orientadora. Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e serão examinados perante banca avaliadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados. O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará no aprofundamento da temática sobre as políticas públicas para os idosos e sua contribuição para o desenvolvimento humano que poderá acarretar outros estudos.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer, poderá se manifestar para a acadêmica e sua orientadora conforme explicitado neste termo. Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, situado no 2º piso do Prédio administrativo – Campus das Faculdades Integradas de Taquara.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial, o Comitê de Ética em Pesquisa da FACCAT (CEP/FACCAT), que tem por objetivo defender os direitos dos participantes de pesquisas. Dessa forma o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento dos projetos de modo que as pesquisas respeitem os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da confidencialidade e da privacidade.

O CEP está situado no 1º piso do Prédio Administrativo - Campus FACCAT na Av. Oscar Martins Rangel, 4500- ERS 115, Bairro: Fogão Gaúcho, Taquara-RS, telefone (51) 3541-6604, ou também pelo e-mail: cep@faccat.br – Horário de funcionamento: nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras das 13:30 às 22:30, sextas feiras das 13h às 18h.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa à pesquisadora. Este termo deverá ser assinado em duas vias, todas as páginas deverão ser rubricadas, uma fica com você e a outra deve ser entregue à pesquisadora.

Pesquisadora: Suelen Santos Moraes

Tel.: 51 - 997984196

E-mail: suelen.santos@sou.faccat.br

Professor orientador: Dr. Carlos Fernando Jung

Tel.:

E-mail: jung@faccat.br

() Autorizo a gravação da entrevista.

() Não autorizo a gravação da entrevista.

_____	____ / ____ / ____
(Assinatura do Participante)	Dia mês ano

(Nome do Participante)

_____	____ / ____ / ____
(Assinatura Pesquisador(a))	Dia mês ano

APÊNDICE B - MODELO DE INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Roteiro de entrevista semi-estruturada para o Representante do Município de Taquara ou pessoa designada por este

Assunto: Políticas Públicas para a pessoa idosa no Município

1. De que forma o Município de Taquara percebe a pessoa idosa no contexto da sociedade?
2. A Prefeitura Municipal de Taquara recebe demandas, por parte dos idosos, para utilizar espaços de convívio ou serviços públicos que são disponibilizados pelo município? O município possui informações sobre o número de pessoas idosas residentes na cidade?
3. Quais políticas praticadas pelo município que podem ser destacadas como ações que promovam o pleno acesso aos serviços essenciais, como saúde, lazer e assistência social na cidade, para os idosos?
4. Qual a situação atual do Conselho Municipal do Idoso e qual o seu papel desempenhado perante a Municipalidade? O Município tem ou pretende criar o Fundo Municipal do Idoso?
5. Existem entidades não governamentais que contribuem de alguma forma com ações voltadas para a população idosa?
6. O envelhecimento saudável se dá por diversas formas, como lazer, práticas de exercícios físicos, inclusive com a continuidade no mercado de trabalho. Como o município percebe a inserção e/ou manutenção do idoso no mercado de trabalho? Existe alguma ação, por parte do município, que promova o acesso dos idosos no mercado de trabalho?
7. Na sua opinião, qual a importância do idoso para o desenvolvimento do município?
8. Qual o papel do Município para o desenvolvimento humano do idoso?

9. No seu entendimento, quais as maiores dificuldades que o município enfrenta para que os idosos tenham um envelhecimento ativo no município e quais as virtudes do município para propiciar bem estar às pessoas acima de 60 anos ?
10. O município possui algum projeto a médio ou longo prazo voltado para a promoção do desenvolvimento humano da pessoa idosa residente no município?

Roteiro de entrevista semi-estruturada para o representante da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Taquara - RS.

1. Quais os trabalhos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social para as pessoas idosas no Município de Taquara - RS?
2. Nesse momento, quais são as atribuições específicas da Secretaria de Desenvolvimento Social na área da pessoa idosa?
3. A população idosa tem conhecimento das ações praticadas pela Secretaria?
4. Quais são as maiores dificuldades encontradas no dia-a-dia do Secretaria?
5. Qual o procedimento da Secretaria quando da ocorrência de uma urgência relacionada à pessoa idosa, como por exemplo, idosos em situação de risco e sem abrigo?
6. Há êxito na obtenção de recursos para ações desenvolvidas pela Secretaria? Como são obtidos esses recursos?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente pela população idosa residente no município de Taquara?
8. Quais programas em andamento ou em desenvolvimento que podem ser destacados pelo Secretaria em prol da pessoa idosa?
9. Como é possível garantir que a pessoa idosa tenha acesso pleno à saúde, espaços de lazer, serviços públicos e a possibilidade de se fazer presente no mercado de trabalho?
10. Qual o principal avanço que a Secretaria espera ter nos próximos anos, em relação ao bem-estar da população idosa?

Roteiro de entrevista semi-estruturada para os idosos

1. Na percepção de vocês, o que é ser uma pessoa idosa?
2. Dentro do conceito que vocês têm de pessoas idosas, como vocês se sentem inseridos na sociedade? Como se dá essa inserção?
3. Quais as atividades no dia-a-dia que vocês mais gostam de fazer?
4. O Município de Taquara oferece opções de lazer que satisfaçam plenamente as pessoas idosas?
5. Em termos de atendimento à saúde e demais serviços assistenciais, a cidade oferece condições adequadas para os idosos?
6. Como é o mercado de trabalho na idade de vocês, há oportunidades em Taquara?
7. Vocês sentem que há um preconceito da sociedade em função de já estarem na terceira idade ou isso não acontece?
8. Vocês conhecem a Secretaria de Desenvolvimento Social? Se sim, qual ação ou participação deles em determinado assunto, vocês têm conhecimento?
9. Se vocês tivessem que escolher um ponto específico para melhorar na cidade de Taquara - RS, que visa proporcionar uma vida mais agradável à pessoa idosa, o que seria? O que já é oferecido e que deve permanecer?
10. Vocês entendem que as políticas públicas voltadas ao idoso, promovidas no município de Taquara auxiliam no desenvolvimento humano dos idosos? De que forma?